





Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607 | Código CVM n.º 02544-5

# ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM 14 DE MAIO DE 2024

# MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

# <u>SUMÁRIO</u>

MEI	NSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO	2
MA	NUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS	3
1. C	DBJETO	3
2. [	DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS	4
3. C	CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA	4
4. L	OCAL DA ASSEMBLEIA	5
5. P	PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	5
6. B	BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA	9
7. R	REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA	9
8. A	APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA	10
9. A	ATA DA ASSEMBLEIA	10
PRC	DPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	12
1. N	MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	12
1.1.	A REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA	12
1.2.	A CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA	12
2. C	CONCLUSÃO	13
ANE	EXO I - COMPARATIVO DO ESTATUTO SOCIAL EVIDENCIANDO, EM DESTAQUE,	
TOL	DAS AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS	14
	EXO II - ESTATUTO SOCIAL EM MARCAS COM ALTERAÇÕES PROPOSTAS	
ANE	EXO III - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO	126



Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607 | Código CVM n.º 02544-5

# ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM 14 DE MAIO DE 2024

## MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

É com grande satisfação que os convido a participarem da Assembleia Geral Extraordinária ("<u>Assembleia</u>") da MPM Corpóreos S.A. ("<u>Espaçolaser</u>" ou "<u>Companhia</u>"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 14 de maio de 2024, às 16h, de modo exclusivamente digital, para discutirem e votarem sobre as matérias constantes da ordem do dia.

O presente manual para participação dos acionistas ("<u>Manual</u>") tem o propósito de compilar, de forma resumida, as informações pertinentes à participação na Assembleia. A administração da Espaçolaser apresentou propostas com relação às matérias sob votação, as quais estão incluídas neste Manual e Proposta ("<u>Proposta</u>").

Sugerimos que avaliem criteriosamente a presente Proposta e demais documentos relativos à Assembleia, colocados à disposição para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (<u>ri.espacolaser.com.br</u>), além dos sites da CVM (<u>www.gov.br/cvm</u>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("<u>B3</u>") (<u>www.b3.com.br</u>).

Contamos com sua presença, e reforçamos a importância de sua participação, de forma a decidirmos sobre as matérias agui apresentadas.

Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para orientá-los e esclarecer quaisquer dúvidas através do e-mail dri@espacolaser.com.br.

São Paulo, 04 de maio de 2024.

Ygor Alessandro de Moura

Presidente do Conselho de Administração



Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607 | Código CVM n.º 02544-5

# ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM 14 DE MAIO DE 2024

## MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

#### 1. OBJETO

A administração da Companhia, levando em consideração os melhores interesses da Companhia, submete ao exame, discussão e votação da Assembleia as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i) a reforma do Estatuto Social da Companhia, com vistas a: (a) ajustar previsões estatutárias às normas legais e regulamentares; (b) realizar aprimoramentos e simplificações; (c) reordenar dispositivos para melhor organização dos assuntos; (d) atualizar o capital social da Companhia, considerando aumentos de capital realizados dentro do limite do capital autorizado; (e) alterar previsão de reembolso das ações; (f) ajustar as regras de convocação e realização das assembleias gerais; (g) ajustar as regras organização, composição e substituição dos membros do Conselho de Administração, bem como para a realização e participação nas reuniões do Conselho de Administração; (h) aumentar de limite de capital autorizado e aprimorar regras relacionadas ao capital autorizado; (i) ajustar, incluir e excluir competências do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (j) ajustar as regras de organização e substituição dos membros da Diretoria e ajustar as competências dos Diretores; (k) ajustar regras de representação da Companhia; (I) ajustar regras de composição, organização, funcionamento e remuneração do Conselho Fiscal; (m) ajustar regras relativas à destinação do lucro líquido; (n) ajustar regras relativas a levantamento de balanços e demonstrações financeiras intermediárias e a distribuições intercalares e intermediários; (o) criar reserva estatutária; (p) excluir de cláusulas transitórias obsoletas; (q) incluir, excluir e renumerar os dispositivos; e
- (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.



## 2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS

A administração da Companhia, em atendimento ao disposto nos artigos 133 e 135, § 3º, da Lei das S.A. e na regulamentação aplicável, colocou à disposição dos Senhores Acionistas, os documentos relativos à Assemblei Geral, incluindo a presente Proposta com seus anexos.

Os documentos acima arrolados estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. dos Eucaliptos, n.º 763, sala 2, Indianópolis, CEP: 04.517-050, e nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.espacolaser.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

## 3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a Assembleia será convocada por anúncio publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia por 3 (três) vezes, contendo no mínimo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia. Adicionalmente, o edital de convocação será disponibilizado nas páginas eletrônicas da Companhia (<a href="https://ri.espacolaser.com.br/">https://ri.espacolaser.com.br/</a>), da CVM (<a href="https://www.gov.br/cvm">https://www.gov.br/cvm</a>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<a href="https://www.b3.com.br">https://www.b3.com.br</a>).

No dia 30 de abril de 2024, foi realizada, em primeira convocação, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, na qual compareceram acionistas titulares de ações representando número superior a 1/4 do capital total e votante, mas inferior a 2/3 do capital social total e votante da Companhia. Sendo assim, ficou prejudicada a instalação e não puderam ser discutidas as matérias relacionadas à reforma do estatuto social da Companhia, conforme *quórum* legal previsto no art. 135 da Lei das S.A. Dessa forma, a Assembleia Geral será convocada para tratar de tais matérias em segunda convocação.

De acordo com a Lei das S.A., a primeira publicação do anúncio de segunda convocação de assembleia geral de companhias abertas deve ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da Assembleia, em jornal de grande circulação editado no local da sua sede.

Nesse sentido, a Companhia informa que realizou a publicação do anúncio de convocação para a Assembleia com mais de 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para sua realização.



#### 4. LOCAL DA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, por meio de disponibilização de sistema eletrônico que possibilitará a participação e o voto dos acionistas, considerando-se a Assembleia realizada, assim, na sede social da Companhia.

## 5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente digital, observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma Digital").

Reitera-se que não haverá a possibilidade de os Senhores Acionistas comparecerem fisicamente à Assembleia, uma vez que esta será realizada exclusivamente de modo digital.

Para participar e votar por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá efetuar o cadastro válido por meio do link <a href="https://assembleia.ten.com.br/355335481">https://assembleia.ten.com.br/355335481</a> com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 12 de maio de 2024, inclusive ("Solicitação de Acesso"). Importante ressaltar que, na data da Assembleia, o link para participação estará somente disponível para os acionistas que efetuarem devidamente o cadastro no prazo indicado.

A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPFs e/ou CNPJs, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo.

Depois do credenciamento na Plataforma Digital, o acionista receberá confirmação do cadastro enviada pela Plataforma Digital, com as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia, o que não implica a aprovação da documentação enviada para a participação, a qual caberá à Companhia.

Após a aprovação pela Companhia da documentação enviada para cadastro, o acionista receberá da Companhia uma confirmação de credenciamento para participação na Assembleia por meio do seu e-mail utilizado para o preenchimento da Solicitação de Cadastro conforme acima.

As informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas



sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos da Proposta da Administração para a Assembleia.

Caso o acionista não receba informações e confirmações para participação na Assembleia, conforme acima indicadas, com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, com até, no máximo, 8 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário.

Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia.

Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia, no momento do Cadastro Prévio, os acionistas deverão apresentar à Companhia, por meio da Plataforma Digital, cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- caso o acionista seja pessoa física, documento de identidade do acionista e, se for o caso, de seu representante (RG, RNE, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que com foto de seu titular);
- (ii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à realização da Assembleia;
- (iii) caso o acionista seja pessoa jurídica, os atos societários que comprovem a representação legal (conforme abaixo) e documento de identidade do representante (RG, RNE, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que com foto de seu titular);
- (iv) conforme aplicável (e nos termos abaixo), instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura



de Chaves Públicas Brasileiras ("<u>ICP-Brasil</u>") ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários.

O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado, quando aplicável.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1.º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, e com firma reconhecida do outorgante, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Nota-se que, em se tratando de procurador, caberá a ele indicar o(s) respectivo(s) acionista(s) que irá(ão) representar. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado na Solicitação de Acesso. Nesse sentido, o procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia.

Vale mencionar que acionistas: (a) pessoas naturais somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme o artigo 126, §1º da Lei das S.A.; e (b) pessoas jurídicas poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil.



Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização dos documentos dos acionistas expedidos no exterior, que deverão ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

A Companhia também não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

## 5.1. Participação por Plataforma Digital

A Assembleia será realizada por meio da Plataforma Digital, que ficará disponível apenas para os acionistas que se credenciarem validamente, dentro do prazo e conforme os procedimentos detalhados acima.

A Companhia esclarece que, caso não seja realizado o cadastro pelo acionista (ou seu respectivo representante, conforme o caso) para participar da Assembleia, nos termos acima estabelecidos, ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação de documentação e/ou esclarecimentos que venham a ser feitas pela Companhia, de forma a atestar a regularidade dos documentos, da condição de acionista e de representação do acionista, até o dia 12 **de maio de 2024**, não será possível a participação do acionista na Assembleia.

O acionista, seu representante ou procurador deverá acessar a Plataforma Digital habilitando seu vídeo e munido dos documentos que comprovem a sua identidade previamente enviados à Companhia na Solicitação de Acesso.

Os acionistas deverão assegurar a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da Plataforma Digital. Por meio da Plataforma Digital, os acionistas validamente credenciados poderão discutir e votar os itens da ordem do dia, tendo acesso com vídeo e áudio à sala virtual em que será realizada a Assembleia.

Na data da Assembleia, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência e até 15 (quinze) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados (entre 30 (trinta) minutos antes e 15 (quinze) minutos após o horário marcado para início da Assembleia). Após 15 (quinze) minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia,



independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. Instruções e orientações detalhadas sobre os procedimentos para acompanhamento, participação e manifestação por parte dos acionistas serão prestadas pela mesa no início da Assembleia.

Instruções e orientações detalhadas sobre os procedimentos para acompanhamento, participação e manifestação por parte dos acionistas serão prestadas pela mesa no início da Assembleia.

Nos termos da RCVM 81, serão considerados presentes à Assembleia os acionistas cujo boletim de voto a distância seja considerado válido pela Companhia, conforme orientações constantes do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** abaixo, ou os acionistas que registrem sua presença no sistema eletrônico de participação a distância de acordo com as orientações acima.

Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital.

### 6. BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

Uma vez que a Assembleia, cujo objeto consiste na análise e discussão acerca de tais matérias que tratam da reforma do estatuto social da Companhia, em segunda convocação, será realizada em prazo inferior a 30 (trinta) dias depois da data da primeira convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2024, as instruções de voto a distância validamente recebidas para a Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2024 por meio do respectivo boletim de voto a distância serão consideradas normalmente, conforme previsto no artigo 49 da RCVM 81.

Ressalta-se que, como já foi encerrado o prazo de votação à distância, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo se participar da Assembleia através do sistema eletrônico, conforme regras do item 5 acima, e solicitar explicitamente a desconsideração das instruções de voto enviadas via boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação.

#### 7. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Como regra geral, enunciada no artigo 125 da Lei das S.A., as assembleias gerais instalam-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.



Não obstante, nos termos do art. 135 da Lei das S.A., as assembleias gerais extraordinárias que tenham por objeto a reforma do estatuto social somente serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações representativas de, pelo menos, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto.

Conforme mencionado anteriormente, não foi atingido o *quorum* mínimo legal para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2024 ser instalada e deliberar, em primeira convocação, sobre as matérias relacionadas à reforma do estatuto social da Companhia. Assim, será realizada a nova convocação, sendo que, em segunda convocação, a Assembleia Geral será instalada com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito de voto, conforme art. 135 da Lei das S.A.

## 8. APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA

As deliberações das assembleias gerais de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei, são tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, desconsideradas as abstenções (artigo 129 da Lei das S.A.).

Visto que as matérias a serem apreciadas no âmbito da Assembleia não estão sujeitas à aprovação por maioria qualificada, a aprovação das matérias objeto da ordem do dia da Assembleia dependerá do voto da maioria absoluta das ações presentes à Assembleia, desconsideradas as abstenções.

#### 9. ATA DA ASSEMBLEIA

Nos termos do art. 130, *caput*, da Lei das S.A., os trabalhos das assembleias gerais são documentados por escrito em ata lavrada no "Livro de Atas das Assembleias Gerais", que será assinada, observando o disposto na RCVM 81 com relação às formalidades das assembleias digitais.

É possível, desde que autorizado pela assembleia geral, lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas (art. 130, §1º, da Lei das S.A.), assim como publicar a ata com a omissão das assinaturas dos acionistas (art. 130, §2º, da Lei das S.A.). Nesse caso, as propostas ou documentos submetidos à Assembleia, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, serão numerados, autenticados pela mesa e por qualquer acionista que o solicitar, e arquivados na companhia.



Adicionalmente, a mesa, a pedido de acionista interessado, autenticará exemplar ou cópia de proposta, declaração de voto ou dissidência, ou protesto apresentado.

Nos termos da legislação em vigor, serão extraídas certidões da ata da assembleia geral, devidamente autenticadas pelo presidente e secretário (Lei das S.A., art. 130, caput), a serem enviadas eletronicamente à CVM e à B3, apresentadas a registro na junta comercial do estado da sede da Companhia e publicadas na forma da lei. Adicionalmente, a Lei das S.A. (art. 130, § 2º) prevê a possibilidade de publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas.

Uma vez que a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos do art. 47, § 2º, da RCVM 81, o registro em ata dos acionistas que participarem da Assembleia por meio do sistema eletrônico de participação a distância será feito pelo presidente ou secretário da mesa.

Desse modo, a Administração propõe que a ata da Assembleia seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, observados os requisitos legais acima referidos, e sua publicação seja efetuada com a omissão das assinaturas dos acionistas.

Em conformidade com as orientações da CVM, todas as declarações de voto, de dissidências e de protesto entregues à mesa serão digitalizadas e enviadas eletronicamente para a CVM juntamente com a ata da Assembleia.



Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607 | Código CVM n.º 02544-5

# ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM [=] DE MAIO DE 2024

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

A administração da Espaçolaser vem apresentar a V.Sas. a seguinte proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação na Assembleia ("<u>Proposta</u>").

### 1. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA

### 1.1. A reforma do Estatuto Social da Companhia

A administração da Companhia, no âmbito de sua contínua busca pelo aperfeiçoamento da estrutura corporativa e governança da Companhia, submete aos Senhores Acionistas proposta de reforma integral de seu Estatuto Social.

O <u>Anexo I</u> à presente Proposta contém quadro comparativo do Estatuto Social evidenciando, em destaque, todas as alterações propostas, acompanhadas de informações sobre sua respectiva origem, justificativa e impactos (observando o art. 12, II, da RCVM 81).

Em atenção ao art. 12, I, da RCVM 81, o <u>Anexo II</u> reflete cópia do Estatuto Social com a totalidade das alterações aqui propostas em marcas, evidenciando cada modificação, inclusão ou exclusão ora proposta.

## 1.2. A consolidação do Estatuto Social da Companhia

Considerando a reforma descrita no item 1.1 acima, propõe-se a consolidação do estatuto da Companhia, com vistas a permitir aos acionistas, investidores e terceiros interessados acesso prático e fácil à versão consolidada e completa do documento, essencial à organização interna da Companhia.



Assim, caso a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia objeto do item 1.1 acima seja aprovada, propõe-se que a Assembleia também a versão consolidada do Estatuto Social que acompanha esta Proposta na forma do **Anexo III**.

## 2. CONCLUSÃO

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos Senhores Acionistas e recomenda a sua **integral aprovação**.

São Paulo, 04 de maio de 2024.

**Ygor Alessandro de Moura** Presidente do Conselho de Administração



Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607 | Código CVM n.º 02544-5

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM 14 DE MAIO DE 2024

ANEXO I - COMPARATIVO DO ESTATUTO SOCIAL EVIDENCIANDO, EM DESTAQUE, TODAS AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS

(CONFORME 12, II, DA RCVM 81)



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
ESTATUTO SOCIAL	ESTATUTO SOCIAL	
Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e	Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e	Sem alteração
Prazo de Duração	Prazo de Duração	
Artigo 1º. A MPM Corpóreos S.A. ("Companhia") é uma	Artigo 1º. A MPM Corpóreos S.A. ("Companhia") é uma	A proposta de alteração do dispositivo tem como
sociedade anônima de capital autorizado, regida pelo	sociedade anônima <del>de capital autorizado</del> , regida pelo	objetivo aprimoramento redacional.
presente estatuto social ("Estatuto Social") e pelas	presente estatuto social ("Estatuto—Social") e pelas	
disposições legais e regulamentares aplicáveis.	disposições legais e regulamentares aplicáveis,	
	notadamente pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976	
	<u>("Lei das S.A.")</u> .	
Parágrafo 1º. Com a admissão da Companhia no	Parágrafo <u>Único</u> 4. Com a admissão da Companhia no	A proposta de alteração do dispositivo tem como
segmento especial de listagem denominado Novo	segmento especial de listagem denominado Novo	objetivo aprimoramento redacional.
Mercado, da B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão (" <b>B3</b> " e " <b>Novo</b>	Mercado, da B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão (" <b>B3</b> " e "Novo	
Mercado", respectivamente), sujeitam-se a Companhia,	Mercado", respectivamente), sujeitam-se a Companhia,	
seus acionistas, incluindo acionistas controladores,	seus acionistas, incluindo acionistas controladores $_{\underline{\iota}}$	
membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do	<u>administradores e</u> membros <del>do Conselho de</del>	
Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do	Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal	
Regulamento de Listagem do Novo	conselho fiscal, se e quando instalado, às disposições do	
Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").	Regulamento <del>de Listagem</del> do Novo Mercado	
	<del>("Regulamento do Novo Mercado")</del> .	
Parágrafo 2º. As disposições do Regulamento do Novo	Parágrafo 2º. As disposições do Regulamento do Novo	A proposta de exclusão do dispositivo tem por
Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias,	Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias,	objetivo simplificar o Estatuto Social.



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários	nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários	
das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.	das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.	
Parágrafo 3º. A Companhia, seus acionistas, incluindo	Parágrafo 3°. A Companhia, seus acionistas, incluindo	A proposta de exclusão do dispositivo tem por
acionistas controladores, membros do Conselho de	acionistas controladores, membros do Conselho de	objetivo simplificar o Estatuto Social.
Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e	Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e	
quando instalado, deverão observar os prazos, as	quando instalado, deverão observar os prazos, as	
obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento	obrigações e os procedimentos previstos no	
para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de	Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à	
Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e	Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do	
no Regulamento do Novo Mercado.	Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.	
Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São	Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos,	Paulo, Estado de São Paulo <u>, no endereço fixado pelo</u>	objetivo ajustar a redação para inserir como
nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050.	Conselho de Administração. O endereço da sede poderá	competência do Conselho de Administração a
	ser alterado a qualquer tempo, por deliberação do	alteração do endereço da sede, desde que no
	Conselho de Administração, desde que, no mesmo	mesmo município.
	Município, na Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2,	
	<del>Indianópolis, CEP 04517-050</del> .	
Parágrafo único. A Companhia poderá abrir, manter,	Parágrafo único. A Companhia poderá abrir, manter,	A proposta de alteração do dispositivo tem como
transferir, extinguir e alterar endereço de filiais,	transferir <u>, e</u> extinguir <u>e alterar endereço de</u> filiais,	objetivo aprimoramento redacional.
escritórios, agências, depósitos e quaisquer outros	escritórios, agências, depósitos <u>, representações</u> e	
estabelecimentos, em qualquer ponto do país ou do	quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer ponto	
exterior, por deliberação do Conselho de Administração.	do país ou do exterior, por deliberação do Conselho de	
	Administração.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Artigo 3º. A Companhia tem prazo de duração	Artigo 3º. A Companhia tem prazo de duração	Sem alteração.
indeterminado.	indeterminado.	
Artigo 4º A Companhia tem por objeto social a	Artigo 4º A Companhia tem por objeto social a	A proposta de alteração do dispositivo tem como
participação como acionista, sócia ou quotista de	participação como acionista, sócia ou quotista deem	objetivo aprimoramento redacional.
sociedades empresárias, personificadas ou não, no Brasil	sociedades empresárias, personificadas ou não, no Brasil	
ou no exterior, que desenvolvam direta ou indiretamente	ou no exterior, que desenvolvam direta ou indiretamente	
atividades de depilação, estética facial, capilar e, de modo	atividades de depilação, estética facial, capilar e, de	
geral, corporal e a comercialização de produtos	modo geral, corporal e a comercialização de produtos	
cosméticos e de cuidados corporais.	cosméticos e de cuidados corporais.	
Capítulo II - Capital Social e Ações	Capítulo II - Capital Social e Ações	
Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente	Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente	Atualização em linha com os aumentos de capital
subscrito e integralizado, é de R\$ 1.303.361.932,19 (um	subscrito e integralizado, é de R\$	já realizados dentro do limite do capital
bilhão, trezentos e três milhões, trezentos e sessenta e um	191.483.830.682,1.303.361.932,19 (um bilhão, trezentos	autorizado.
mil, novecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos)	e três milhões, trezentos e sessenta e um mil, novecentos	
dividido em 244.235.566 (duzentos e quarenta e quatro	e trinta e dois reais e dezenove centavos um bilhão,	
milhões, duzentas e trinta e cinco mil, quinhentas e	quatrocentos e oitenta e três milhões, oitocentos e trinta	
sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais	mil, seiscentos e oitenta e dois reais e dezenove	
e sem valor nominal.	<u>centavos</u> ) dividido em <del>244.235.566 (duzentos e quarenta</del>	
	e quatro milhões, duzentas e trinta e cinco mil,	
	quinhentas e sessenta e seis) 361.423.066 (trezentas e	
	sessenta e um milhões, quatrocentas e vinte e três mil e	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais	
	e sem valor nominal.	
Parágrafo 1º Cada ação ordinária confere ao seu titular o	Parágrafo 1º Cada ação ordinária confere ao seu titular o	A proposta de simplificação da redação, tendo
direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas	direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas	em vista previsão legal e normativa a respeito da
da Companhia. A propriedade das ações será comprovada	da Companhia. <del>A propriedade das ações será</del>	titularidade das ações.
pelo registro existente na conta do acionista junto à	comprovada pelo registro existente na conta do acionista	
instituição depositária.	<del>junto à instituição depositária.</del>	
Parágrafo 2º. As ações serão indivisíveis em relação à	Parágrafo 2º. As ações serão indivisíveis em relação à	Exclusão sugerida com vistas a simplificar o
Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma	Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma	estatuto, uma vez que as regras já são previstas
pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo	pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo	na legislação aplicável.
representante do condomínio.	representante do condomínio	
Sem correspondência.	Parágrafo 2º. Todas as da Companhia deverão ser	Previsão realocada, para melhor organização, e
	escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de	ajustada para aprimoramento da redação e das
	seus titulares, junto à instituição financeira autorizada	regras, em linha com o previsto na legislação.
	pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com as	
	quais a Companhia mantenha contrato de custódia em	
	vigor, sem emissão de certificados. A Companhia poderá	
	autorizar a instituição financeira encarregada do registro	
	das ações escriturais a cobrar do acionista o custo do	
	serviço de transferência da propriedade das ações	
	escriturais, observadas as normas aplicáveis.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Parágrafo 3º. Mediante a aprovação do Conselho de	Parágrafo 3º. Mediante a aprovação do Conselho de	Exclusão sugerida com vistas a simplificar o
Administração e observado o disposto na Lei n° 6.404, de	Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de	estatuto, uma vez que as regras já são previstas
15 de dezembro de 1976, conforme alterada (" <b>Lei das</b>	15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das	na legislação e regulamentação aplicáveis.
Sociedades por Ações") e nas demais normas aplicáveis, a	Sociedades por Ações") e nas demais normas aplicáveis,	
Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas	a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas	
ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou	ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou	
canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral	canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral	
ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos	ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso,	
termos da regulamentação aplicável da Comissão de	nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de	
Valores Mobiliários ("CVM").	Valores Mobiliários ("CVM").	
Parágrafo 4º. Para fins de reembolso, de acordo com as	Parágrafo 3º. O valor de reembolso devido aos acionistas	Proposta para alterar a regra a ser aplicável em
hipóteses previstas em lei, o valor da ação será	dissidentes que exercerem o direito de retirada nas	caso de reembolso das ações da Companhia.
determinado com base no valor econômico da	hipóteses previstas em lei será determinado pela divisão	
Companhia, apurado em avaliação procedida por	do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas	
empresa especializada indicada e escolhida em	últimas demonstrações financeiras individuais aprovadas	
conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei das	pela Assembleia Geral, pelo número total de ações de	
Sociedades por Ações.	emissão da Companhia. Parágrafo 4º. Para fins de	
	reembolso, de acordo com as hipóteses previstas em lei,	
	o valor da ação será determinado com base no valor	
	econômico da Companhia, apurado em avaliação	
	<del>procedida por empresa especializada indicada e</del>	
	escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45	
	<del>da Lei das Sociedades por Ações.</del>	

Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Artigo 6º. Mediante deliberação do Conselho de	Artigo 6º. Mediante deliberação do Conselho de	Alteração redacional para aumentas o limite do
Administração da Companhia, o capital social poderá ser	Administração <del>da Companhia</del> , o capital social <u>da</u>	capital autorizado, bem como para aprimorar a
aumentado, independentemente de reforma estatutária,	Companhia poderá ser aumentado, independentemente	redação e regras relativas ao capital autorizado.
mediante a emissão de até 240.000.000 (duzentas e	de reforma estatutária, até que o capital social total da	
quarenta milhões de ações) de ações ordinárias pela	Companhia atinja o limite de 542.000.000 (quinhentos e	
Companhia.	quarenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante a	
	emissão de <u>novasaté 240.000.000 (duzentas e quarenta</u>	
	milhões de ações) de ações ordinárias <u>da</u> pela	
	Companhia, ou da capitalização de lucros ou reservas,	
	com ou sem emissão de novas ações.	
Parágrafo 1º. O Conselho de Administração fixará as	Parágrafo 1º. O Conselho de Administração fixará as	A proposta de alteração do dispositivo tem como
condições da emissão, subscrição, forma e prazo de	condições da emissão, <del>subscrição</del> - <u>incluindo número de</u>	objetivo aprimoramento das regras.
integralização, preço por ação, forma de colocação	<u>ações</u> , forma <u>e</u> , prazo <u>e condições</u> de integralização,	
(pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no	preço <del>por ação <u>de emissão</u>, forma de <del>colocação</del></del>	
exterior.	subscrição (pública ou privada) e sua distribuição no país	
	e/ou no exterior.	
Sem correspondência	Parágrafo 2º. Dentro do limite do capital autorizado, por	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	deliberação do Conselho de Administração, a Companhia	objetivo aprimoramento das regras.
	poderá emitir debêntures conversíveis em ações e bônus	
	de subscrição, bem como outorgar opções de compra ou	
	de subscrição de ações da Companhia, de acordo com	
	plano aprovado pela Assembleia Geral e na forma da	
	legislação aplicável.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Parágrafo 2º. A critério do Conselho de Administração,	Parágrafo 2º. A critério do Conselho de Administração,	Exclusão para proposta melhor organização,
poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência	poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência	tendo em vista que o assunto será tratado em
ou com redução do prazo de que trata o artigo 171,	ou com redução do prazo de que trata o artigo 171,	novo dispositivo
parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, de ações,	parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, de ações,	
debêntures conversíveis em ações ou bônus de	<del>debêntures conversíveis em ações ou bônus de</del>	
subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em	subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em	
bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda	bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda	
mediante permuta por ações em oferta pública de	mediante permuta por ações em oferta pública de	
aquisição de controle, nos termos estabelecidos na	<del>aquisição de controle, nos termos estabelecidos na</del>	
legislação e na regulamentação aplicáveis, dentro do	legislação e na regulamentação aplicáveis, dentro do	
limite do capital autorizado.	<del>limite do capital autorizado.</del>	
Artigo 7º. As ações de emissão da Companhia são	Artigo 7º. As ações de emissão da Companhia são	Exclusão para proposta melhor organização,
escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de	escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de	tendo em vista que o assunto será tratado em
seus titulares, perante instituição financeira autorizada	seus titulares, perante instituição financeira autorizada	novo dispositivo
pela CVM.	<del>pela CVM.</del>	
Parágrafo único. Observados os limites máximos fixados	Parágrafo único. Observados os limites máximos fixados	Exclusão para proposta melhor organização,
pela CVM, o custo do serviço de transferência da	<del>pela CVM, o custo do serviço de transferência da</del>	tendo em vista que o assunto será tratado em
propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado	propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado	novo dispositivo
diretamente do acionista pela instituição depositária,	diretamente do acionista pela instituição depositária,	
conforme definido em contrato de escrituração de ações.	conforme definido em contrato de escrituração de ações.	
Artigo 8º. Fica vedada a emissão de ações preferenciais e	Artigo 8º. Fica vedada a emissão de ações preferenciais e	Proposta de exclusão para simplificação do
partes beneficiárias pela Companhia.	partes beneficiárias pela Companhia.	estatuto.



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Artigo 9º. Observado o disposto neste Estatuto Social,	Artigo 79º. Observado o disposto neste Estatuto e na Lei	Aprimoramento da redação
notadamente o disposto no Erro! Fonte de referência não	das S.A., Social, notadamente o disposto no Erro! Fonte	
encontrada.º, Parágrafo 2°, e na Lei das Sociedades por	de referência não encontrada.º, Parágrafo 2°, e na Lei	
Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na	das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de	
proporção de sua respectiva participação acionária,	preferência para, na proporção de sua respectiva	
subscrever ações, bônus de subscrição e outros valores	participação acionária, subscrever ações, bônus de	
mobiliários conversíveis em ações de emissão da	subscrição e outros valores mobiliários conversíveis em	
Companhia.	ações de emissão da Companhia.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 1º. Dentro das hipóteses permitidas pela	Previsão realocada, para melhor organização, e
	legislação, o Conselho de Administração poderá excluir o	ajustada para aprimoramento da redação e das
	direito de preferência dos acionistas ou reduzir o prazo	regras, em linha com legislação aplicável
	para seu exercício, na subscrição do aumento de capital,	
	emissão de ações, de debêntures conversíveis em ações	
	ou bônus de subscrição, nos termos estabelecidos na	
	legislação e na regulamentação aplicáveis.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 2º. Sem prejuízo das demais hipóteses	Aprimoramento das regras, em linha com
	estabelecidas neste Estatuto, na lei e na regulamentação	legislação aplicável
	aplicável, o acionista não tem direito de preferência: (i)	
	na conversão em ações de debêntures conversíveis em	
	ações; (ii) na emissão de ações decorrente do exercício	
	de direitos previstos em bônus de subscrição; e (iii) na	
	outorga e no exercício de opção de compra ou subscrição	
	de ações da Companhia.	

Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Artigo 10. A não integralização do valor subscrito pelo	Artigo 8º10. A não integralização do valor subscrito pelo	A proposta de alteração do dispositivo tem como
subscritor, nas condições previstas no boletim ou na	subscritor, nas condições previstas no boletim ou na	objetivo aprimoramento redacional.
chamada requerida pelo órgão da administração,	chamada requerida pelo órgão da administração,	
constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora,	constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em	
de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades	mora, de acordo com <del>os artigos 106 e 107 da</del> a Lei das	
por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do	Sociedades por Ações-S.A., sujeitando-se o subscritor em	
valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com	mora ao pagamento do valor em atraso corrigido	
a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado	monetariamente de acordo com a variação do Índice	
divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou	Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação	
por outro índice que vier a substitui-lo, na menor	Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou por outro índice que vier	
periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12%	a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente	
(doze por cento) ao ano, pro rata temporis, e multa	admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano,	
correspondente a 10% (dez por cento) do valor da	pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez	
prestação em atraso, devidamente atualizada.	por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente	
	atualizada.	
Capítulo III - Assembleia Geral de Acionistas	Capítulo III - Assembleia Geral <del> de Acionistas</del>	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Capitulo III - Assembleia dei ai de Acionistas	Capitulo III - Asseribleia Geral de Acionistas	objetivo simplificação de redação.
Artigo 11. As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-	Artigo <u>9º11</u> . <u>As-Assembleias Gerais-Geral de acionistas</u>	A proposta de alteração do dispositivo tem como
ão (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro)	realizar-se- <u>áão:</u> (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos	objetivo aprimoramento redacional.
primeiros meses seguintes à data de encerramento de	4 (quatro) primeiros meses seguintes <del>à data de</del>	
cada exercício social, para deliberação das matérias	encerramento <u>ao término</u> de cada exercício social, para	
previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que	deliberação das matérias previstas em lei; e (b)	
os interesses sociais assim o exigirem ou quando as	extraordinariamente, sempre que os interesses sociais	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
disposições deste Estatuto Social ou da legislação	assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto	
aplicável exigirem deliberação dos acionistas.	Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos	
	acionistas.	
Parágrafo único. A Assembleia Geral Ordinária e a	Parágrafo único. A Assembleia Geral Ordinária e a	Sem alteração
Assembleia Geral Extraordinária podem ser	Assembleia Geral Extraordinária podem ser	
cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo	cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo	
local, data e hora, e instrumentadas em ata única.	local, data e hora, e instrumentadas em ata única.	
Artigo 12. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das	Artigo 1012. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das	Proposta de ajustes para aprimoramento
Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas	Sociedades por Ações, as A Assembleia Geral será	redacional.
serão convocadas pelo Conselho de Administração, sem	<u>convocada</u> Assembleias Gerais de acionistas serão	
prejuízo das demais hipóteses previstas no artigo 123,	convocadas pelo Conselho de Administração, <u>por meio de</u>	
parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações e neste	seu Presidente, de acordo com os prazos e	
Estatuto Social, com pelo menos 15 (quinze) dias de	procedimentos previstos na legislação aplicável. sem	
antecedência em primeira convocação e, pelo menos,	prejuízo das demais hipóteses previstas no artigo 123,	
com 8 (oito) dias de antecedência em segunda	parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações e neste	
convocação. Independentemente de qualquer	Estatuto Social, com pelo menos 15 (quinze) dias de	
formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das	antecedência em primeira convocação e, pelo menos,	
Sociedades por Ações, será considerada regularmente	<del>com 8 (oito) dias de antecedência em segunda</del>	
instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a	convocação. Independentemente de qualquer	
totalidade dos acionistas.	formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das	
	Sociedades por Ações, será considerada regularmente	
	instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a	
	totalidade dos acionistas.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência anterior	Parágrafo 1º. Assembleia Geral também poderá ser	Proposta de ajustes para aprimoramento
	convocada, nas hipóteses previstas na Lei das S.A., pelos	redacional.
	acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se instalado.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 2º. Independentemente de qualquer	Proposta de ajustes para aprimoramento
	formalidade de convocação, será considerada	redacional.
	regularmente instalada a Assembleia Geral a que	
	comparecer a totalidade dos acionistas.	
Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as	Artigo 11 Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente	em lei <u>e na regulamentação aplicável, a Assembleia Geral</u>	objetivo aprimoramento redacional
deliberarão em primeira convocação com a presença de	<del>as Assembleias Gerais somente</del> se <u>instalará, instalarão e</u>	
acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto)	validamente deliberarão em primeira convocação, com a	
do total das ações com direito a voto representativas do	presença de acionistas <u>titulares de ações</u> que	
capital social e, em segunda convocação, com qualquer	representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de	
número, sendo que para as deliberações não se	votos conferidos pelas <mark>das</mark> ações com direito a voto	
computarão os votos em branco.	<del>representativas do capital social</del> e, em segunda	
	convocação, com qualquer número <del>, sendo que para as</del>	
	deliberações não se computarão os votos em branco.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 1º. Somente o acionista, por si ou por seu	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	representante constituído nos termos das normas	objetivo aprimoramento da regra de participação
	aplicáveis e observados os requisitos da Lei das S.A. e	nas assembleias
	deste Estatuto, pode comparecer à Assembleia Geral,	
	permitindo-se a presença de administradores, fiscais,	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	avaliadores, consultores e assessores da Companhia que	
	possam prestar esclarecimentos sobre os assuntos	
	objeto da Assembleia Geral.	
Parágrafo 2º. O edital de convocação deverá indicar a	Parágrafo 2º. O edital de convocação deverá indicar a	Exclusão para proposta melhor organização,
hora, data e local em que será realizada a Assembleia	hora, data e local em que será realizada a Assembleia	tendo em vista que o assunto será tratado em
Geral, bem como as matérias a serem deliberadas na	Geral, bem como as matérias a serem deliberadas na	novo dispositivo
respectiva Assembleia Geral, sendo que a ordem do dia	respectiva Assembleia Geral, sendo que a ordem do dia	
não poderá incluir itens genéricos como "outras matérias	não poderá incluir itens genéricos como "outras matérias	
de interesse da Companhia".	<del>de interesse da Companhia".</del>	
Parágrafo 3º. Os acionistas poderão ser representados em	Parágrafo 2º 3º. Para ser admitido à Assembleia Geral, o	A proposta de alteração do dispositivo tem por
Assembleias Gerais da Companhia por procurador	acionista ou seu representante deverá apresentar, além	objetivo estabelecer os requisitos e documentos
constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades	do documento hábil de identidade, dos documentos de	necessários para regular participação em
por Ações.	representação e demais documentos e informações que	assembleia.
	sejam especificados no anúncio de convocação,	
	comprovante expedido pela instituição escrituradora	
	contendo a respectiva participação acionária e,	
	relativamente aos acionistas participantes da custódia	
	fungível de ações nominativas, o extrato contendo a	
	respectiva participação acionária, emitido pelo órgão	
	<u>competente.</u> Os acionistas poderão ser representados	
	em Assembleias Gerais da Companhia por procurador	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades	
	<del>por Ações.</del>	
Parágrafo 4º. O acionista que comparecer à Assembleia	Parágrafo 3º4º. Para melhor organização dos trabalhos	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Geral munido dos documentos que comprovem sua	da Assembleia Geral, a Companhia poderá solicitar o	objetivo aprimoramento redacional e de forma a
condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das	depósito de cópia dos documentos necessários para	adequar-se às previsões relativas a participação
Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos	participação na Assembleia Geral com antecedência da	por sistema eletrônico.
trabalhos em Assembleia Geral, poderá participar e votar,	data da Assembleia Geral. Sem prejuízo do disposto neste	
ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.	<u>Parágrafo, o</u> <del>O</del> -acionista que comparecer à Assembleia	
	Geral munido dos documentos que comprovem sua	
	condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das	
	Sociedades por Ações, necessários até o momento da	
	abertura dos trabalhos em <del>Assembleia Geral,</del> <u>assembleia</u>	
	poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de	
	apresentá-los previamente, observada a faculdade da	
	Companhia de exigir depósito prévio para a participação	
	nos casos de participação por sistema eletrônico.	
Parágrafo 5º. As Assembleias Gerais serão instaladas e	Artigo 12 Parágrafo 5º. As Assembleias Gerais serão	Proposta de aprimoramento das regras de
presididas pelo Presidente do Conselho de Administração	instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de	composição da mesa, de forma a permitir que
ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de	Administração ou, na sua ausência, por qualquer membro	eventualidades ou imprevistos prejudiquem a
Administração ou da Diretoria por ele indicado,	do Conselho de Administração ou da Diretoria por ele	realização da assembleia.
competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa,	indicado, <u>ou, na ausência dessa indicação, por qualquer</u>	
escolher o secretário, dentre os presentes.	pessoa escolhida pela maioria dos votos dos acionistas	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	presentes, competindo-lhe, na qualidade de presidente	
	da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes.	
Parágrafo 6º. exercício do direito de voto nos casos	Parágrafo 6º exercício do direito de voto nos casos	A proposta de exclusão do dispositivo tem como
especiais de condomínio, acordos de acionistas, usufruto	especiais de condomínio, acordos de acionistas, usufruto	objetivo a simplificação do Estatuto Social
e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica	e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica	
sujeito às exigências legais específicas e às comprovações	sujeito às exigências legais específicas e às comprovações	
estabelecidas em lei.	estabelecidas em lei.	
Parágrafo 7º. Não poderá votar na Assembleia Geral o	Parágrafo 7º- Não poderá votar na Assembleia Geral o	A proposta de exclusão do dispositivo tem como
acionista com direitos sociais suspensos na forma dos	acionista com direitos sociais suspensos na forma dos	objetivo a simplificação do Estatuto Social
artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por	artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por	
Ações.	<del>Ações.</del>	
Parágrafo 8º. O acionista não poderá votar nas	Parágrafo 8º O acionista não poderá votar nas	A proposta de exclusão do dispositivo tem como
deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com	<del>deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com</del>	objetivo a simplificação do Estatuto Social
que concorrer para o capital social e à aprovação de suas	que concorrer para o capital social e à aprovação de suas	
contas como administrador, nem em quaisquer outras	contas como administrador, nem em quaisquer outras	
que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que	que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que	
tiver interesse conflitante com o da Companhia.	tiver interesse conflitante com o da Companhia.	
Sem correspondência	Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto acima, o	Previsão realocada, para melhor organização, e
	presidente da mesa da Assembleia Geral deverá observar	ajustada para aprimoramento da redação e das
	e fazer cumprir as disposições de acordos de acionistas	regras
	eventualmente arquivados na sede da Companhia, não	
	sendo permitido o cômputo de votos proferidos em	
	contrariedade com o conteúdo de tais acordos de	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	acionistas, nos termos do artigo 118, parágrafo 8º, da Lei	
	das S.A.	
Sem correspondência anterior	Artigo 13. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as	Previsão realocada, para melhor organização, e
	deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por	ajustada para aprimoramento da redação e das
	maioria de votos dos presentes, desconsideradas as	regras
	<u>abstenções.</u>	
Parágrafo 9º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia	Artigo 14 Parágrafo 9º. Dos trabalhos e deliberações da	Ajustes visando o aprimoramento das regras, em
Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos	Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio <u>na</u>	linha com a legislação aplicável
membros da mesa e pelos acionistas presentes, na forma	forma de sumário dos fatos ocorridos, assinada pelos	
da legislação e regulamentação aplicáveis. Da ata extrair-	membros da mesa e <u>/ou</u> pelos acionistas presentes, na	
se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.	forma <del>da legislação e regulamentação <u>das normas</u></del>	
	aplicáveis <del>. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias</del>	
	autênticas para os fins legais, ficando autorizada a	
	publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas,	
	observados os requisitos legais.	
Artigo 13. Sem prejuízo das demais matérias previstas em	Artigo <u>15</u> 13. Sem prejuízo das demais <u>atribuições neste</u>	A proposta de alteração do dispositivo tem como
lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar	<u>Estatuto e na legislação e regulamentação</u>	objetivo aprimoramento redacional.
sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da	<u>aplicáveis,</u> <del>matérias previstas em lei,</del> compete	
Lei das Sociedades por Ações e, ainda:	privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as	
	seguintes matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136	
	<del>da Lei das Sociedades por Ações e, ainda</del> :	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
(i) eleger e destituir os membros do Conselho de	(i) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Administração;	Conselho de Administração <u>e do Conselho Fiscal, quando</u>	objetivo aprimoramento redacional, em linha
	<u>for o caso</u> ;	com a previsão legal.
Sem correspondência anterior	(ii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e	A proposta de inclusão do dispositivo tem como
	deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles	objetivo refletir a previsão legal.
	apresentadas;	
(ii) fixar a remuneração global anual dos membros do	(iii)(iii)-fixar a remuneração global anual dos membros do	Ajuste para aprimoramento redacional e
Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho	Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho	renumeração
Fiscal, se e quando instalado;	Fiscal, se e quando instalado;	
(iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela	(iv)(iii) deliberar, a partir da de acordo com proposta	A proposta de alteração do dispositivo tem como
administração, sobre a destinação do lucro do exercício e	apresentada pela administração, sobre a destinação do	objetivo aprimoramento redacional e
a distribuição de dividendos;	resultado do exercício lucro do exercício e a distribuição	renumeração em razão da inclusão dos
	<del>de dividendos</del> ;	dispositivos acima.
(iv) alterar este Estatuto Social e/ou deliberar acerca do	(v)(iv) alterar este Estatuto Social e/ou deliberar acerca	A proposta de alteração do dispositivo tem como
voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de	do voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de	objetivo aprimoramento redacional e
acionista, nas assembleias de sócios das subsidiárias da	acionista, nas assembleias de sócios das subsidiárias da	renumeração em razão da inclusão dos
Companhia, com relação à alteração do estatuto social ou	Companhia, com relação à alteração do estatuto social	dispositivos acima.
contrato social das referidas sociedades;	ou contrato social das referidas sociedades;	
(v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação,	(vi)(v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação,	A proposta de alteração do dispositivo tem como
cisão, consolidação ou outra reorganização societária ou	cisão <u>e</u> , consolidação ou outra reorganização societária	objetivo aprimoramento redacional e
transformação em que a Companhia seja parte, bem	ou transformação <u>do tipo societário da Companhia</u> em	renumeração em razão da inclusão dos
como sobre sua dissolução ou liquidação;	<del>que a Companhia seja parte, bem como sobre sua</del>	dispositivos acima.
	<del>dissolução ou liquidação</del> ;	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
(vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou	(vii)(vi) aprovar planos de outorga de opção de compra	A proposta de alteração do dispositivo tem como
subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração	ou subscrição de ações ou quaisquer planos de	objetivo alinhar a previsão aos dispositivos legais
baseado em ações aos seus administradores e	remuneração baseado em ações aos seus	e renumeração do artigo.
empregados, assim como aos administradores e	administradores e empregados <u>e prestadores de serviço</u>	
empregados de outras sociedades que sejam direta ou	pessoa natural da Companhia ou de suas Subsidiárias	
indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;	(conforme definidas no Artigo 29 deste Estatuto), assim	
	como aos administradores e empregados de outras	
	sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas	
	ou controladas pela Companhia;	
(vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação	(viii)(viii) autorizar os administradores a confessarem	A proposta de alteração do dispositivo tem como
judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o	deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial	objetivo aprimoramento redacional e
disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das	ou extrajudicial da Companhia, <u>bem como aceitar pedido</u>	renumeração.
Sociedades por Ações;	de falência, ressalvado o disposto na legislação aplicável	
	no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades	
	<del>por Ações</del> ;	
(viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que	(ix)(viii) aprovar a dissolução ou liquidação da	A proposta de alteração do dispositivo tem como
deverá funcionar no período de liquidação;	Companhia e a nomeação e destituição de liquidantes,	objetivo aprimoramento redacional para melhor
	bem como o encerramento das atividades da Companhia	organização e para alinhamento com previsão
	em caso de liquidação, e o encerramento do processo de	legal, e renumeração.
	liquidação, conforme o caso eleger o liquidante, bem	
	como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período	
	<del>de liquidação</del> ;	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência anterior	(x) aprovar a celebração de transações com partes	Inclusão de competência em linha com a Lei das
	relacionadas, bem como a alienação ou a contribuição	S.A.
	para outra empresa de ativos, caso o valor da operação	
	corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do	
	valor dos ativos totais da Companhia constantes do	
	último balanço aprovado;	
Sem correspondência anterior	(xi) aumentar ou reduzir o capital social da Companhia,	A proposta de aprimoramento das competências
	sem prejuízo das competências do Conselho de	da assembleia geral, em linha com a legislação
	Administração nos termos deste Estatuto e da legislação	aplicável.
	aplicável;	
Sem correspondência anterior	(xii) aprovar a emissão, pública ou privada, de valores	A proposta de aprimoramento das competências
	mobiliários ou de qualquer título de dívida, conversível	da assembleia geral, em linha com a legislação
	em ações;	aplicável.
(ix) aprovar a saída do Novo Mercado;	(ix) aprovar a saída do Novo Mercado;	Exclusão proposta tendo em vista que a matéria
		foi realocada para o Conselho de Administração,
		de forma a permitir mais celeridade às decisões
(x) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do	(xiii)(x)-aprovar o fechamento de capital e cancelamento	aprimoramento redacional
registro de companhia aberta perante a CVM;	do registro <u>da Companhia como</u> <del>de</del> -companhia aberta	
	perante a CVM;	
(xi) aprovar a escolha de empresa especializada	(xi) aprovar a escolha de empresa especializada	A proposta de exclusão do dispositivo tem por
responsável pela elaboração de laudo de avaliação das	responsável pela elaboração de laudo de avaliação das	objetivo simplificar a redação do Estatuto Social.
ações da Companhia, em caso de cancelamento de	ações da Companhia, em caso de cancelamento de	
registro de companhia aberta ou da conversão de	registro de companhia aberta ou da conversão de	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
categoria de registro perante a CVM ou saída do Novo	categoria de registro perante a CVM ou saída do Novo	
Mercado, conforme previsto no Erro! Fonte de referência	Mercado, conforme previsto no Errol Fonte de	
não encontrada. deste Estatuto Social;	referência não encontrada, deste Estatuto Social;	
(xii) aprovar a venda, disposição, arrendamento, locação	(xii) aprovar a venda, disposição, arrendamento, locação	A proposta de alteração do dispositivo tem como
ou transferência de todos ou substancialmente todos os	ou transferência de todos ou substancialmente todos os	objetivo prever que seja do Conselho de
ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;	ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;	Administração a competências, de forma a
		possibilitar maior agilidade às decisões e
		atividades da Companhia
(xiii) aprovar investimento fora do objeto social da	(xiii) aprovar investimento fora do objeto social da	A proposta de exclusão do dispositivo tem por
Companhia, observado o disposto no artigo 117,	Companhia, observado o disposto no artigo 117,	objetivo simplificar a redação do Estatuto Social
parágrafo 1º, alínea (a), da Lei das Sociedades por Ações;	parágrafo 1º, alínea (a), da Lei das Sociedades por Ações;	
е	e	
(xiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja	(xiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja	Sem alteração
submetida pelo Conselho de Administração.	submetida pelo Conselho de Administração.	
Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as	Parágrafo 1º- Ressalvadas as exceções previstas em lei,	Exclusão para proposta melhor organização,
deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por	as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por	tendo em vista que o assunto será tratado em
maioria de votos dos presentes, não se computando os	maioria de votos dos presentes, não se computando os	novo dispositivo.
votos em branco.	votos em branco.	
Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto acima, o	Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto acima, o	Exclusão para proposta melhor organização,
presidente da mesa da Assembleia Geral deverá observar	presidente da mesa da Assembleia Geral deverá observar	tendo em vista que o assunto será tratado em
e fazer cumprir as disposições de acordos de acionistas	e fazer cumprir as disposições de acordos de acionistas	novo dispositivo
eventualmente arquivados na sede da Companhia, não	eventualmente arquivados na sede da Companhia, não	
sendo permitido o cômputo de votos proferidos em	sendo permitido o cômputo de votos proferidos em	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
contrariedade com o conteúdo de tais acordos de	contrariedade com o conteúdo de tais acordos de	
acionistas, nos termos do artigo 118, parágrafo 8º, da Lei	acionistas, nos termos do artigo 118, parágrafo 8º, da Lei	
das Sociedades por Ações.	<del>das Sociedades por Ações.</del>	
Capítulo IV - Dos Órgãos da Administração	Capítulo IV - Dos Órgãos da Administração	Sem alteração
Seção I – Das Disposições Comuns	Seção I – Das Disposições Comuns	Sem alteração
Artigo 14. A administração da Companhia será exercida	Artigo 1614. A administração da Companhia será	Ajuste em decorrência de termo definido e
pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma	exercida pelo Conselho de Administração e pela	renumeração em razão das alterações anteriores.
da lei e deste Estatuto Social.	Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto <del>Social</del> .	
Parágrafo 1º. A posse dos membros do Conselho de	Parágrafo 1º. A posse dos membros do Conselho de	Aprimoramento da redação, em linha com
Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado	Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado	regulamentação aplicável
em livro próprio, assinado pelo administrador ou	em livro próprio, assinado pelo administrador ou	
conselheiro empossado e contemplando a sua sujeição à	<del>conselheiro empossado e contemplando a</del>	
cláusula compromissória de que trata o Erro! Fonte de	administradores fica condicionada à assinatura de termo	
referência não encontrada. deste Estatuto Social, sendo	de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula	
dispensada qualquer garantia de gestão, e estará	compromissória de que trata o Artigo 40 50 deste	
condicionada ao atendimento dos requisitos legais	Estatuto-Social, sendo dispensada qualquer garantia de	
aplicáveis.	gestão <del>, e estará condicionada ao atendimento dos</del>	
	requisitos legais aplicáveis	
Parágrafo 2º. A assinatura do termo de posse deverá ser	Parágrafo 2º. A assinatura do termo de posse deverá ser	A proposta de exclusão do dispositivo tem como
realizada nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, sob	realizada nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, sob	objetivo a simplificação do Estatuto Social, visto
pena da nomeação tornar-se sem efeito, salvo justificação	<del>pena da nomeação tornar-se sem efeito, salvo</del>	que se trata de regra legal.
aceita pelo respectivo órgão da administração para o qual	justificação aceita pelo respectivo órgão da	
o administrador tiver sido eleito.		



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	administração para o qual o administrador tiver sido	
	eleito.	
Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração	Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de	A proposta de exclusão do dispositivo tem como
e da Diretoria deverão formalizar sua adesão às políticas	Administração e da Diretoria deverão formalizar sua	objetivo a simplificação do Estatuto Social.
internas em vigor da Companhia na data de posse.	adesão às políticas internas em vigor da Companhia na	
	<del>data de posse.</del>	
Parágrafo 4º. Os administradores permanecerão em seus	Parágrafo 24º. Os administradores permanecerão em	A proposta de alteração do dispositivo tem como
cargos até a posse de seus substitutos e novos titulares,	seus cargos até a posse de seus substitutos e <u>/ou</u> novos	objetivo aprimoramento redacional e
salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral	titulares, salvo se diversamente deliberado pela	renumeração em razão das alterações anteriores.
ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.	Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração,	
	conforme o caso.	
Parágrafo 5º. Observado o disposto na Política de	Parágrafo 5°. Observado o disposto na Política de	A proposta de exclusão do dispositivo tem como
Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Companhia deverá	<del>Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Companhia</del>	objetivo a simplificação do Estatuto Social.
divulgar a renúncia ou a destituição dos seus	deverá divulgar a renúncia ou a destituição dos seus	
administradores até o dia útil seguinte em que a	administradores até o dia útil seguinte em que a	
Companhia for comunicada da referida renúncia ou em	Companhia for comunicada da referida renúncia ou em	
que for aprovada referida destituição.	<del>que for aprovada referida destituição.</del>	
Sem correspondência anterior	Artigo 17. Os cargos de Presidente do Conselho de	Previsão realocada, para melhor organização do
	Administração e de Diretor Presidente ou principal	documento, e ajustada em linha com a legislação
	executivo da Companhia não poderão ser acumulados	vigente.
	pela mesma pessoa, observado o estabelecido nas	
	normas e regulamentação aplicáveis.	

Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Parágrafo 6º. A Assembleia Geral fixará a remuneração,	Artigo 18 Parágrafo 6º. A Assembleia Geral fixará a	Proposta de aprimoramento redacional para
de forma individual ou global, anual para distribuição	remuneração <del>, de forma individual ou</del> global <del>, anual para</del>	deixar clara as competências relacionadas a
entre os administradores e caberá ao Conselho de	distribuição entre os dos administradores, e caberá ao	remuneração da administração.
Administração efetuar a distribuição da remuneração	Conselho de Administração <u>efetuar</u> <u>determinar</u> a	
individualmente.	distribuição da remuneração individualmente. global	
	entre os membros do Conselho de Administração e da	
	Diretoria, bem como a repartição entre parcela fixa e	
	<u>variável.</u>	
Parágrafo 7º. Só será dispensada a convocação prévia de	Parágrafo 7% Só será dispensada a convocação prévia de	Exclusão para proposta melhor organização,
reunião de qualquer órgão da administração como	reunião de qualquer órgão da administração como	tendo em vista que o assunto será tratado em
condição de sua validade se presentes todos os seus	condição de sua validade se presentes todos os seus	novo dispositivo
membros. São considerados presentes os	membros. São considerados presentes os	
administradores que manifestarem seu voto por meio da	administradores que manifestarem seu voto por meio da	
delegação feita em favor de outro membro do respectivo	delegação feita em favor de outro membro do respectivo	
órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito	<del>órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito</del>	
transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio	transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio	
legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua	legítimo de comunicação que possa ser comprovada a	
autoria e origem, neste caso, até o encerramento da	sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da	
respectiva reunião.	respectiva reunião.	
Sem correspondência anterior	Artigo 19. Sem prejuízo da contratação de seguro	Previsão realocada, para melhor organização, e
	específico, a Companhia poderá estabelecer políticas,	ajustada para aprimoramento da redação e das
	programas, compromissos ou instrumentos para	regras
	indenizar e/ou manter indenes seus administradores,	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam	
	cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas	
	Subsidiárias ("Beneficiários"), custeando ou	
	reembolsando diretamente os Beneficiários por	
	despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos e	
	que estejam diretamente ou indiretamente relacionados	
	ao exercício de suas funções.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 1º. Caberá ao Conselho de Administração	Previsão realocada, para melhor organização, e
	estabelecer a outorga e as diretrizes, condições,	ajustada para aprimoramento da redação e das
	limitações e demais termos e condições das políticas,	regras
	programas, compromissos ou instrumentos de	
	indenização e/ou indenidade, podendo, a seu exclusivo	
	<u>critério, delegar a implantação, execução e</u>	
	monitoramento desses instrumentos a comitê ou órgão	
	de assessoramento.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 2º. Não serão passíveis de indenização pela	Previsão realocada, para melhor organização, e
	Companhia as despesas decorrentes de atos dos	ajustada para aprimoramento da redação e das
	Beneficiários praticados (i) fora do exercício de suas	regras
	atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante	
	<u>fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em</u>	
	detrimento do interesse social da Companhia.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência anterior	Parágrafo 3º. Caso a Companhia delibere pelo	Previsão realocada, para melhor organização, e
	adiantamento de despesas antes de decisão final no	ajustada para aprimoramento da redação e das
	âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário	regras
	estará obrigado a devolver os valores adiantados nos	
	casos em que, após tal decisão, verifique-se que o ato	
	praticado pelo administrador não é passível de	
	indenização nos termos Parágrafo 2º deste Artigo 19 ou	
	do respectivo contrato ou instrumento de indenização ou	
	<u>indenidade.</u>	
Seção II - Do Conselho de Administração	Seção II - Do Conselho de Administração	Sem alteração
Artigo 15. O Conselho de Administração será composto	Artigo 2015. O Conselho de Administração será	Renumeração em razão das alterações
por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 10 (dez) membros,	composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 10 (dez)	anteriores.
acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior,	membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no	
todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com	exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia	
mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a	Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo	
reeleição.	permitida a reeleição.	
Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de	Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou	Administração, no mínimo, 2 (dois) <u>membros</u>	objetivo aprimoramento redacional.
20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser	conselheiros ou 20% (vinte por cento) dos membros, o	
conselheiros independentes, com base nos critérios e	que for maior, deverão ser conselheiros independentes,	
requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo	com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo	
Mercado, devendo a caracterização como conselheiro	Regulamento do Novo Mercado, devendo a	
independente ser deliberada pela Assembleia Geral que	caracterização como conselheiro independente ser	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
os eleger, sendo também considerado(s) como	deliberada pela Assembleia Geral que os eleger, sendo	
independente(s), enquanto houver acionista controlador,	também considerado(s) como independente(s),	
o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades	enquanto houver acionista controlador, o(s)	
previstas no artigo 141, parágrafos 4° e 5°, da Lei das	conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas	
Sociedades por Ações.	no artigo 141, parágrafos 4° e 5°, da Lei das <u>S.A.</u>	
	<del>Sociedades por Ações</del> .	
Parágrafo 2º. Quando, em decorrência do cálculo do	Parágrafo 2º. Quando, em decorrência do cálculo do	A proposta de alteração do dispositivo tem como
percentual referido no parágrafo anterior, resultar	percentual referido no parágrafo anterior, resultar	objetivo aprimoramento redacional.
número fracionário de conselheiros independentes,	número fracionário <del>de conselheiros independentes</del> ,	
proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro	proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro	
imediatamente superior.	imediatamente superior.	
Parágrafo 3º. O Conselho de Administração terá um	Parágrafo 3º. O Conselho de Administração terá um	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Presidente eleito pela maioria de votos dos membros do	Presidente eleito <u>na primeira reunião</u> <del>pela maioria de</del>	objetivo melhor organização das disposições, de
Conselho de Administração. Em caso de ausência do	votos dos membros do Conselho de Administração <u>que</u>	forma que as previsões relacionadas a ausências
Presidente do Conselho de Administração, as suas funções	ocorrer imediatamente após a eleição de seus membros	de conselheiros foram realocadas.
serão exercidas pelo membro do Conselho de	ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naquele	
Administração indicado na forma do Erro! Fonte de	<u>cargo.</u> - Em caso de ausência do Presidente do Conselho	
referência não encontrada., Parágrafo 1º, deste Estatuto	de Administração, as suas funções serão exercidas pelo	
Social.	membro do Conselho de Administração indicado na	
	forma do Erro! Fonte de referência não encontrada.,	
	Parágrafo 1º, deste Estatuto Social.	
Parágrafo 4º. O Presidente terá, além do próprio voto, o	Parágrafo 4º. O Presidente <u>do Conselho de</u>	Proposta para aprimoramento da redação.
voto de desempate, em caso de empate na votação em	Administração terá, além do próprio voto, o voto de	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
decorrência de eventual composição de número par de	desempate, em caso de empate na votação em	
membros do Conselho de Administração. Cada membro	decorrência de eventual composição de número par de	
do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto	membros do Conselho de Administração. Cada membro	
nas deliberações do órgão.	do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto	
	nas deliberações do órgão.	
Parágrafo 5º Os cargos de Presidente do Conselho de	Parágrafo 5º Os cargos de Presidente do Conselho de	Exclusão para proposta melhor organização,
Administração e de Diretor Presidente ou principal	Administração e de Diretor Presidente ou principal	tendo em vista que o assunto será tratado em
executivo da Companhia não poderão ser acumulados	executivo da Companhia não poderão ser acumulados	novo dispositivo
pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância, sendo	pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância, sendo	
que, nesse caso, a Companhia deverá (i) divulgar a	que, nesse caso, a Companhia deverá (i) divulgar a	
acumulação de cargos em decorrência da vacância até o	acumulação de cargos em decorrência da vacância até o	
dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de	dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo	
60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências	<del>de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as</del>	
tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e	providências tomadas para cessar a acumulação dos	
(iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.	cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um)	
	ano.	
Sem correspondência anterior	Artigo 21. Em caso de ausência ou impedimento	A proposta para aprimoramento das regras de
	temporário do Presidente do Conselho de Administração,	substituição de forma a alinhá-las à estrutura
	suas funções serão exercidas por outro conselheiro que	organizacional da Companhia.
	tenha sido indicado, por escrito, pelo Presidente.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo único. No caso de ausência ou impedimento	A proposta para aprimoramento das regras de
	temporário de qualquer outro membro do Conselho de	substituição de forma a alinhá-las à estrutura
	Administração, o membro ausente poderá indicar, por	organizacional da Companhia.



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	escrito, dentre os demais membros do Conselho de	
	Administração, aquele que o substituirá. Nessa hipótese,	
	o membro que estiver substituindo o membro	
	temporariamente ausente, além de seu próprio voto,	
	expressará o voto do membro substituído.	
Parágrafo 6º. Em caso de vacância de cargo, impedimento	Artigo 22. Parágrafo 6º. Em caso de vacância de cargo,	A proposta para aprimoramento das regras de
ou ausência permanente de qualquer membro do	impedimento ou ausência permanente de qualquer	substituição de forma a melhor alinhá-las à
Conselho de Administração, os membros do Conselho de	membro do Conselho de Administração <u>, incluindo do</u>	estrutura organizacional da Companhia.
Administração remanescentes deverão nomear	<u>Presidente,</u> os membros do Conselho de Administração	
substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da	remanescentes deverão nomear substituto, que servirá	
Companhia, a qual deverá ser realizada no prazo de	até a primeira Assembleia Geral da Companhia <del>, a qual</del>	
30 (trinta) dias contados da data da vacância ou	deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias contados	
impedimento do cargo.	da data da vacância ou impedimento do cargo. Para os	
	fins deste Artigo, ocorrerá a vacância de um cargo de	
	membro do Conselho de Administração quando ocorrer	
	<u>a</u> destituição, renúncia, morte, impedimento	
	permanente comprovado, invalidez ou perda do	
	mandato do membro.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 1º. No caso de vacância da maioria dos cargos	Proposta de inclusão em linha com regra legal.
	do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será	
	convocada para proceder a nova eleição.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência anterior	Parágrafo 2º.Em caso de vacância de todos os cargos do	Proposta de inclusão do dispositivo linha com a
	Conselho de Administração, compete à Diretoria	legislação aplicável.
	convocar a Assembleia Geral para eleger os conselheiros.	
Artigo 16. O Conselho de Administração reunir-se-á,	Artigo 2316. O Conselho de Administração reunir-se-á,	A proposta de alteração do dispositivo tem como
ordinariamente, de acordo com cronograma a ser	ordinariamente, de acordo com cronograma a ser	objetivo aprimoramento redacional e
definido pelos membros do Conselho de Administração na	definido pelos membros do Conselho de Administração	simplificação do estatuto.
primeira reunião de cada ano, e extraordinariamente,	na primeira reunião de cada ano, e extraordinariamente,	
sempre que for necessário.	sempre que for necessário.	
Sem correspondência anterior	Artigo 24. A convocação das reuniões do Conselho de	Previsão realocada, para melhor organização, e
	Administração, com a designação de dia, hora e a	ajustada para aprimoramento da redação e das
	especificação detalhada das matérias que serão objeto	regras
	de discussão e deliberação, será encaminhada, por	
	escrito, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência,	
	em 1ª (primeira) convocação, e 3 (três) dias de	
	antecedência, em 2ª (segunda) convocação.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 1º. Ficam dispensados os procedimentos de	Previsão realocada, para melhor organização, e
	convocação quando todos os conselheiros em exercício	ajustada para aprimoramento da redação e das
	estiverem presentes na reunião.	regras
Sem correspondência anterior	Parágrafo 2º. Os assuntos que não tenham sido incluídos	Previsão realocada, para melhor organização, e
	na notificação de convocação somente serão deliberados	ajustada para aprimoramento da redação e das
	caso todos os membros do Conselho de Administração	regras
	em exercício compareçam à reunião e concordem em	
	deliberá-lo.	

Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Parágrafo 1º. O Presidente do Conselho de Administração	Artigo 25 Parágrafo 1º. O Presidente do Conselho de	A proposta de alteração do dispositivo tem como
presidirá as reuniões do Conselho de Administração e	Administração presidirá as reuniões do Conselho de	objetivo aprimoramento redacional.
deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser	Administração e <sub>e</sub> deverá nomear nomeará o secretário da	
membro do Conselho de Administração) para atuar na	reunião, um dos presentes (o qual não precisa ser	
qualidade de secretário. Em caso de ausência do	membro do Conselho de Administração <del>) para atuar na</del>	
Presidente do Conselho de Administração, a maioria dos	<del>qualidade de secretário</del> . Em caso de ausência do	
membros do Conselho de Administração presentes	Presidente do Conselho de Administração <u>sem a</u>	
decidirá quem presidirá a reunião, cabendo ao substituto	indicação de seu substituto, na forma prevista neste	
indicar entre os presentes aquele que atuará como	Estatuto, a maioria dos membros do Conselho de	
secretário da reunião.	Administração presentes decidirá quem presidirá a	
	reunião, cabendo ao <del>substituto</del> <u>presidente da reunião</u>	
	indicar entre os presentes aquele que atuará como o	
	<u>secretário</u> da reunião.	
Parágrafo 2º. O Presidente do Conselho de Administração	Parágrafo 2º. O Presidente do Conselho de	A proposta de exclusão do dispositivo tem por
poderá dispensar uma reunião do Conselho de	Administração poderá dispensar uma reunião do	objetivo simplificar a redação do Estatuto Social.
Administração, em até 5 (cinco) dias da sua realização, se	Conselho de Administração, em até 5 (cinco) dias da sua	
não houver matérias a serem discutidas e aprovadas pelo	realização, se não houver matérias a serem discutidas e	
Conselho de Administração, exceto se ao menos 2 (dois)	aprovadas pelo Conselho de Administração, exceto se ao	
membros do Conselho de Administração requererem a	menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração	
realização de tal reunião ao Presidente dentro de 48	requererem a realização de tal reunião ao Presidente	
(quarenta e oito) horas da comunicação de dispensa. As	dentro de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação de	
reuniões do Conselho de Administração poderão ser	dispensa. As reuniões do Conselho de Administração	
convocadas pelo Presidente ou por qualquer outro	poderão ser convocadas pelo Presidente ou por qualquer	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
membro, se e quando solicitado e autorizado pelo	outro membro, se e quando solicitado e autorizado pelo	
Presidente do Conselho de Administração.	Presidente do Conselho de Administração.	
Parágrafo 3º. Sem prejuízo do disposto acima, a	Parágrafo 3º. Sem prejuízo do disposto acima, a	Exclusão para proposta melhor organização,
convocação das reuniões do Conselho de Administração,	convocação das reuniões do Conselho de Administração,	tendo em vista que o assunto será tratado em
com a designação de dia, hora e a especificação detalhada	com a designação de dia, hora e a especificação	novo dispositivo
das matérias que serão objeto de discussão e deliberação,	detalhada das matérias que serão objeto de discussão e	
será encaminhada por escrito e/ou por correspondência	deliberação, será encaminhada por escrito e/ou por	
eletrônica, aos membros do Conselho de Administração,	correspondência eletrônica, aos membros do Conselho	
com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, em 1ª	de Administração, com pelo menos 5 (cinco) dias de	
(primeira) convocação, e 3 (três) dias de antecedência, em	antecedência, em 1ª (primeira) convocação, e 3 (três)	
2ª (segunda) convocação.	dias de antecedência, em 2ª (segunda) convocação.	
Parágrafo 4º. Não obstante as formalidades previstas no	Parágrafo 4º. Não obstante as formalidades previstas no	Exclusão para proposta melhor organização,
Parágrafo 1° acima, as reuniões do Conselho de	<del>Parágrafo 1° acima, as reuniões do Conselho de</del>	tendo em vista que o assunto será tratado em
Administração serão consideradas devidamente	Administração serão consideradas devidamente	novo dispositivo
instaladas e regulares quando a totalidade de seus	instaladas e regulares quando a totalidade de seus	
membros estiver presente, nos termos do Erro! Fonte de	membros estiver presente, nos termos do <b>Erro! Fonte de</b>	
referência não encontrada., Parágrafo 7°, acima e	referência não encontrada., Parágrafo 7°, acima e	
reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas pela	reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas pela	
maioria dos votos dos presentes, ressalvadas as hipóteses	maioria dos votos dos presentes, ressalvadas as	
especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e	<del>hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por</del>	
observado o disposto no Erro! Fonte de referência não	Ações e observado o disposto no <b>Erro! Fonte de</b>	
encontrada., Parágrafo 2°, deste Estatuto Social.	referência não encontrada., Parágrafo 2°, deste Estatuto	
	Social.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Artigo 17. As reuniões do Conselho de Administração	Artigo 2617. As reuniões do Conselho de Administração	Ajuste para aprimoramento de redação.
serão instaladas com a presença, inclusive de forma	serão instaladas <del>com a presença, inclusive de forma</del>	
remota, (i) em 1ª (primeira) convocação, com a presença	remota, (i) em 1ª (primeira) convocação, com a presença	
de todos os membros eleitos do Conselho de	de todos os membros eleitos do Conselho de	
Administração; e (ii) em 2ª (segunda) convocação, com a	Administração ¿; e (ii) em 2ª (segunda) convocação, com a	
presença da maioria dos membros eleitos do Conselho de	presença da maioria dos membros <u>em exercício</u> eleitos	
Administração.	do Conselho de Administração.	
Sem correspondência anterior	Artigo 27. As deliberações do Conselho de Administração	Previsão realocada, para melhor organização, e
	serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes,	ajustada para aprimoramento da redação e das
	desconsideradas as abstenções, ressalvadas as hipóteses	regras
	previstas neste Estatuto.	
Parágrafo 1º. Os membros do Conselho de Administração	Parágrafo 1º. Os membros do Conselho de	Exclusão para proposta melhor organização,
poderão participar remotamente das reuniões do	Administração poderão participar remotamente das	tendo em vista que o assunto será tratado em
Conselho de Administração, por teleconferência ou	reuniões do Conselho de Administração, por	novo dispositivo
videoconferência, desde que (i) seja possível a	teleconferência ou videoconferência, desde que (i) seja	
identificação do(s) membro(s) que estiver(em)	possível a identificação do(s) membro(s) que estiver(em)	
participando remotamente; e (ii) enviem por carta ou	<del>participando remotamente; e (ii) enviem por carta ou</del>	
comunicação eletrônica (e-mail) (com confirmação de	comunicação eletrônica (e-mail) (com confirmação de	
recebimento) para o Presidente do Conselho de	recebimento) para o Presidente do Conselho de	
Administração, na data de ocorrência da referida reunião	Administração, na data de ocorrência da referida reunião	
do Conselho de Administração, cópia assinada do voto	do Conselho de Administração, cópia assinada do voto	
proferido na reunião do Conselho de Administração da	proferido na reunião do Conselho de Administração da	
qual participou de forma remota, voto este que deverá ser	qual participou de forma remota, voto este que deverá	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
arquivado na sede da Companhia. Na presente hipótese,	ser arquivado na sede da Companhia. Na presente	
a reunião deverá ser considerada realizada no local onde	hipótese, a reunião deverá ser considerada realizada no	
se encontrava o Presidente do Conselho de	local onde se encontrava o Presidente do Conselho de	
Administração.	Administração.	
Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º	Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º	Exclusão para proposta melhor organização,
abaixo, no caso de ausência temporária de qualquer	abaixo, no caso de ausência temporária de qualquer	tendo em vista que o assunto será tratado em
membro do Conselho de Administração, o membro	membro do Conselho de Administração, o membro	novo dispositivo
ausente poderá indicar seu substituto dentre os demais	ausente poderá indicar seu substituto dentre os demais	
membros do Conselho de Administração, para	membros do Conselho de Administração, para	
representá-lo e deliberar e votar, na reunião a qual não	representá-lo e deliberar e votar, na reunião a qual não	
puder estar presente, as matérias especificadas na	<del>puder estar presente, as matérias especificadas na</del>	
autorização, por meio de carta entregue ou correio	autorização, por meio de carta entregue ou correio	
eletrônico ao Presidente do Conselho de Administração,	eletrônico ao Presidente do Conselho de Administração,	
com prova de recebimento. Tais autorizações devem ser	com prova de recebimento. Tais autorizações devem ser	
arquivadas no livro próprio em que forem lavradas as atas	arquivadas no livro próprio em que forem lavradas as	
das reuniões do Conselho de Administração, nos termos	atas das reuniões do Conselho de Administração, nos	
do Parágrafo 4º abaixo.	termos do Parágrafo 4º abaixo.	
Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração	Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de	Sugerida exclusão para simplificação do estatuto.
que indicarem representantes, nos termos do Parágrafo	Administração que indicarem representantes, nos	
2º acima, serão considerados, para todos os efeitos,	termos do Parágrafo 2º acima, serão considerados, para	
presentes à respectiva reunião.	todos os efeitos, presentes à respectiva reunião.	
Parágrafo 4º. Das reuniões serão lavradas atas em livro	Parágrafo 4º. Das reuniões serão lavradas atas em livro	Sugerida exclusão para simplificação do estatuto.
próprio, assinadas por todos os membros presentes,	próprio, assinadas por todos os membros presentes,	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
observado o disposto no parágrafo anterior, devendo ser	observado o disposto no parágrafo anterior, devendo ser	
arquivadas na Junta Comercial e publicadas aquelas que	arquivadas na Junta Comercial e publicadas aquelas que	
contiverem deliberação destinada a produzir efeitos	contiverem deliberação destinada a produzir efeitos	
perante terceiros.	<del>perante terceiros.</del>	
Parágrafo 5º. Os Diretores deverão fornecer ao Conselho	Parágrafo 5°. Os Diretores deverão fornecer ao Conselho	Sugerida exclusão para simplificação do estatuto.
de Administração toda e qualquer informação requisitada	de Administração toda e qualquer informação	
em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e,	requisitada em relação à Companhia e suas controladas	
caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do	e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às	
Conselho de Administração a fim de prestar	reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar	
esclarecimentos.	esclarecimentos.	
Parágrafo 6º. É vedada a deliberação pelo Conselho de	<del>Parágrafo 6º. É</del> vedada a deliberação pelo Conselho de	Exclusão para proposta melhor organização,
Administração de assunto que não tenha sido incluído na	Administração de assunto que não tenha sido incluído na	tendo em vista que o assunto será tratado em
notificação de convocação, ressalvado o caso em que	notificação de convocação, ressalvado o caso em que	novo dispositivo
todos os membros do Conselho de Administração	todos os membros do Conselho de Administração	
compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.	compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.	
Artigo 18. O Conselho de Administração poderá criar	Artigo 28 Artigo 18. O Conselho de Administração poderá	A proposta de alteração do dispositivo tem como
comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não,	criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou	objetivo de aprimorar as regras relativas à
para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos,	não, para <del> analisar e se manifestar sobre quaisquer</del>	competência do Conselho para constituição de
conforme determinado pelo Conselho de Administração,	assuntos, conforme determinado pelo Conselho de	comitês.
sempre no intuito de assessorar o Conselho de	Administração, sempre no intuito de assessorar o	
Administração em suas atribuições. Os membros de tais	Conselho de Administração, <u>podendo eleger e destituir</u>	
comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência	seus membros a qualquer tempo e aprovar ou modificar	
específica nas áreas de competência dos seus respectivos	seus regimentos internos, e estabelecer suas respectivas	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada	remunerações. em suas atribuições. Os membros de tais	
pelo Conselho de Administração.	comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter	
	experiência específica nas áreas de competência comitês,	
	e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo	
	Conselho de Administração.	
Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além	<b>Artigo 2919.</b> Compete ao Conselho de Administração <u>.</u>	A proposta de alteração do dispositivo tem como
das demais atribuições estabelecidas na legislação	sem prejuízo das demais atribuições previstas neste	objetivo aprimoramento redacional.
aplicável ou neste Estatuto Social, observado que, em	<u>Estatuto e</u> além das demais atribuições estabelecidas <u>na</u>	
relação às matérias que sejam de competência dos órgãos	legislação e regulamentação aplicáveis, deliberar sobre	
deliberativos das subsidiárias da Companhia, a atribuição	as seguintes matérias: aplicável ou neste Estatuto Social,	
do Conselho de Administração da Companhia consistirá	observado que, em relação às matérias que sejam de	
na definição do voto a ser proferido pela Companhia, na	competência dos órgãos deliberativos das subsidiárias da	
qualidade de acionista, nas referidas deliberações:	Companhia, a atribuição do Conselho de Administração	
	da Companhia consistirá na definição do voto a ser	
	proferido pela Companhia, na qualidade de acionista, nas	
	referidas deliberações:	
(i) eleger e destituir os membros da Diretoria da	(i) eleger e destituir os membros da Diretoria da	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Companhia e de suas subsidiárias e fixar-lhes as	Companhia e de suas subsidiárias e fixar-lhes as	objetivo aprimoramento redacional, em linha
atribuições;	atribuições, observado o disposto neste Estatuto;	com a legislação aplicável.
(ii) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria	(ii) fiscalizar <u>a gestão dos diretores, examinar, a qualquer</u>	A proposta de alteração do dispositivo tem como
no cumprimento do objeto social da Companhia;	tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar	objetivo aprimoramento redacional, em linha
	informações sobre contratos celebrados ou em via de	com a legislação aplicável.
	celebração, e quaisquer outros atos, supervisionar,	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do	
	<del>objeto social da Companhia</del> ;	
(iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar	(iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar	A proposta de alteração do dispositivo tem como
conveniente, ou nos casos previstos em lei ou neste	conveniente, ou nos casos previstos em lei ou neste	objetivo aprimoramento redacional
Estatuto Social;	Estatuto <del>Social</del> ;	
(iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as	(iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as	Sem alteração.
contas da Diretoria;	contas da Diretoria;	
Sem correspondência anterior	(v) observadas as regras do Regulamento do Novo	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	Mercado, deliberar pela distribuição de dividendos de	objetivo aprimoramento redacional e
	forma diversa da prevista no presente Estatuto;	alinhamento com realidade da Companhia
(v) estabelecer a orientação geral e o direcionamento	(vi)(v) <u>fixar</u> estabelecer a orientação geral e o	A proposta de alteração do dispositivo tem como
estratégico dos negócios da Companhia e de suas	direcionamento estratégico dos negócios da Companhia	objetivo aprimoramento redacional e
sociedades controladas, aprovando diretrizes, políticas	e de suas <u>Subsidiárias</u> , aprovando diretrizes, políticas	alinhamento com realidade da Companhia
empresariais e objetivos básicos;	empresariais e objetivos básicos, bem como aprovar o	
	plano de negócios da Companhia e/ou de suas	
	Subsidiárias ("Plano de Negócios") e, ainda, qualquer	
	modificação ou aditamento ao Plano de Negócios em	
	vigor; sociedades controladas, aprovando diretrizes,	
	políticas empresariais e objetivos básicos;	
(vi) aprovar o orçamento anual da Companhia e/ou de	(vii)(vi) aprovar o orçamento anual da Companhia e/ou	A proposta de alteração do dispositivo tem como
suas subsidiárias ("Orçamento Anual"), bem como	de suas subsidiárias ("Orçamento Anual"), bem como	objetivo aprimoramento redacional e
qualquer modificação ou aditamento ao mesmo, sendo	qualquer modificação ou aditamento ao Orçamento	alinhamento com realidade da Companhia.
certo que, caso um Orçamento Anual não seja aprovado	Anual em vigor mesmo, sendo certo que, caso um	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
pelo Conselho de Administração por qualquer razão em	Orçamento Anual não seja aprovado pelo Conselho de	
um determinado exercício social, então o último	Administração por qualquer razão em um determinado	
Orçamento Anual será mantido e todos os números	exercício social, então o último Orçamento Anual será	
contidos em tal Orçamento Anual deverão ser	mantido e todos os números contidos em tal Orçamento	
aumentados de acordo com a variação do Índice de Preços	Anual deverão ser aumentados de acordo com a variação	
ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado	do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"),	
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	<del>calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de</del>	
no exercício social imediatamente anterior;	Geografia e Estatística IBGE no exercício social	
	imediatamente anterior;	
(vii) aprovar o plano de negócios da Companhia e/ou de	(vii) aprovar o plano de negócios da Companhia e/ou de	Competência simplificada e realocada acima.
suas subsidiárias ("Plano de Negócios") para os próximos	suas subsidiárias (" <b>Plano de Negócios</b> ") para os próximos	
5 (cinco) anos, conforme aplicável, bem como qualquer	5 (cinco) anos, conforme aplicável, bem como qualquer	
modificação ou aditamento ao mesmo, sendo certo que,	modificação ou aditamento ao mesmo, sendo certo que,	
caso um Plano de Negócios não seja aprovado pelo	caso um Plano de Negócios não seja aprovado pelo	
Conselho de Administração por qualquer razão em um	Conselho de Administração por qualquer razão em um	
determinado exercício social, então o último Plano de	determinado exercício social, então o último Plano de	
Negócios será mantido;	Negócios será mantido;	
(viii) deliberar sobre qualquer aquisição ou alienação de	(viii) deliberar sobre qualquer aquisição ou, alienação ou	A proposta de alteração do dispositivo tem como
ativos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias (exceto	investimento envolvendo quaisquer ativos ou conjunto	objetivo aprimoramento redacional e
por participações societárias em outras sociedades),	de ativos <del>pela Companhia e/ou por suas subsidiárias</del>	alinhamento com realidade da Companhia.
superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por	<del>(exceto por participações societárias em outras</del>	
operação, exceto se estiver previsto no Orçamento Anual;	sociedades), que envolva valor igual ou superior a R\$	
	500.000,00 (quinhentos mil reais) por operação <u>ou</u>	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	conjunto de operações em um mesmo exercício social,	
	exceto se estiver previsto no <u>Plano de Negócios ou no</u>	
	Orçamento Anual;	
(ix) aprovar a constituição de qualquer sociedade, bem	(ix) <del>aprovar a constituição</del> de qualquer sociedade, bem	A proposta de alteração do dispositivo tem como
como qualquer aquisição ou alienação de ações, quotas	como <del>qualquer <u>a</u> aquisição <u>ou,</u> alienação <del>de ações,</del></del>	objetivo aprimoramento redacional e
ou outros valores mobiliários que confiram ao seu titular	<del>quotas ou outros valores mobiliários que confiram ao seu</del>	alinhamento com realidade da Companhia.
direito a participação societária, emitidas por qualquer	titular direito a ou investimento em qualquer	
entidade, associações e/ou joint ventures pela Companhia	participação societária <del>, emitidas por <u>no capital social de</u></del>	
e/ou por suas subsidiárias, exceto se estiver previsto no	<u>qualquer outra Pessoa, exceto conforme previsto no</u>	
Orçamento Anual;	Plano de Negócios e/ou Orçamento Anual qualquer	
	entidade, associações e/ou joint ventures pela;	
Sem correspondência anterior	(x) abertura ou fechamento de filiais da Companhia ou de	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	suas Subsidiárias, bem como de lojas franqueadas,	objetivo aprimoramento das previsões relativas
	exceto conforme previsto no Plano de Negócios e/ou no	às competências do Conselho de Administração.
	Orçamento Anual e nos casos de decisão unilateral do	
	<u>franqueado;</u>	
(x) deliberar sobre a celebração, aditamento substancial	(xi)(x) deliberar sobre a celebração, aditamento ou	A proposta de alteração do dispositivo tem como
ou término de qualquer acordo de acionistas, acordo de	rescisão de quaisquer acordos substancial ou término de	objetivo aprimoramento redacional e
associação ou qualquer acordo de voto similar, em	<del>qualquer acordo</del> de acionistas <del>, acordo de associação</del> ou	alinhamento com realidade da Companhia
conexão com a participação societária detida pela	qualquer acordo de <u>votos com relação à </u> voto similar, em	
Companhia em outras entidades;	conexão com a participação societária detida pela	
	Companhia em outras <u>Pessoas <mark>entidades</mark>;</u>	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência anterior	(xii) aprovação de quaisquer operações, negócios ou	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	contratos com partes relacionadas em valor superior a	objetivo aprimoramento redacional e
	R\$200.000,00 (duzentos mil reais), incluindo a outorga de	alinhamento com realidade da Companhia.
	garantias de qualquer natureza a partes relacionadas;	
Sem correspondência anterior	(xiii) aprovação de qualquer forma de associação ou	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	parceria com terceiros, incluindo joint ventures, exceto	objetivo aprimoramento redacional e
	conforme previsto no Plano de Negócios e/ou no	alinhamento com realidade da Companhia
	Orçamento Anual e nos casos em que a associação ou	
	parceria envolva ações de marketing voltadas para o	
	oferecimento de produtos e serviços ao público geral;	
Sem correspondência anterior	(xiv) aprovar qualquer decisão relevante relativa a	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	<u>assuntos fiscais ou contábeis, e a alteração de quaisquer</u>	objetivo aprimoramento redacional e
	<u>práticas, metodologias, procedimentos ou políticas</u>	alinhamento com realidade da Companhia
	contábeis ou fiscais, exceto se requerido por lei ou em	
	decorrência de alterações nos princípios contábeis;	
(xi) aprovar qualquer despesa de capital pela Companhia	(xv)(xi) realização de aprovar qualquer despesa de capital	A proposta de alteração do dispositivo tem como
e/ou suas subsidiárias superior a R\$1.000.000,00 (um	(CAPEX) pela Companhia e/ou suas subsidiárias superior	objetivo aprimoramento redacional e
milhão de reais) por transação ou em uma série de	a-que não estejam previstas no Plano de Negócios e/ou	alinhamento com realidade da Companhia.
transações em um período subsequente de 12 (doze)	no Orçamento Anual (ou que excedam o valor neles	
meses, exceto se previsto no Orçamento Anual;	previsto), quando o valor acumulado de referidas	
	despesas superar R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)	
	por transação ou em uma série de transações em um	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	período subsequente de 12 (doze) meses, exceto se	
	<del>previsto no Orçamento Anual</del> ;	
(xii) aprovar resgate, recompra ou amortização de	(xvi) (xii) aprovar resgate, recompra, ou amortização,	A proposta de alteração do dispositivo tem como
qualquer valor mobiliário de emissão das subsidiárias da	conversão, grupamento, desdobramento, retirada,	objetivo aprimoramento redacional e
Companhia;	reembolso ou resgate de quaisquer valores mobiliários	alinhamento com realidade da Companhia.
	de qualquer valor mobiliário de emissão das subsidiárias	
	da Companhia;	
(xiii) deliberar sobre a constituição de gravames sobre os	(xvii)(xiii) deliberar sobre a constituição de gravames	Renumeração tendo em vista alterações acima
valores mobiliários de emissão das subsidiárias detidos	sobre os valores mobiliários de emissão das subsidiárias	
pela Companhia;	detidos pela Companhia;	
(xiv) aprovar qualquer forma de associação ou parceria da	(xiv) aprovar qualquer forma de associação ou parceria	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Companhia e/ou de suas subsidiárias com qualquer	da Companhia e/ou de suas subsidiárias com qualquer	objetivo aprimoramento redacional e
terceiro, incluindo joint ventures;	terceiro, incluindo joint ventures;	alinhamento com realidade da Companhia
(xv) aprovar a contratação de qualquer indivíduo, cuja	(xviii)(xv) aprovar a contratação de qualquer Diretor	A proposta de alteração do dispositivo tem como
remuneração anual e total, incluindo salário, bônus e	estatutário da Companhia ou de suas Subsidiárias e/ou	objetivo aprimoramento redacional e
outros benefícios, seja superior a R\$250.000,00 (duzentos	outras Pessoas que se reportem diretamente ao Diretor	alinhamento com realidade da Companhia.
e cinquenta mil reais) por ano;	<u>Presidente da Companhia</u> indivíduo, cuja remuneração	
	anual e total, incluindo salário, bônus e outros benefícios,	
	seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil	
	reais) por ano;	
Sem correspondência anterior	(xix) fixar metas e remuneração dos administradores da	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	Companhia e/ou de suas Subsidiárias;	objetivo aprimoramento das previsões relativas
		às competências do Conselho de Administração.



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
(xvi) nomear e destituir o auditor independente da	(xx)(xvi) nomear, contratar, e destituir e substituir o	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Companhia e/ou de suas subsidiárias;	auditor independente da Companhia e/ou de suas	objetivo aprimoramento redacional.
	subsidiárias;	
(xvii) deliberar sobre qualquer decisão ou escolha	(xvii) deliberar sobre qualquer decisão ou escolha	A proposta de alteração do dispositivo tem como
relevante com respeito a matérias tributária ou contábil,	relevante com respeito a matérias tributária ou contábil,	objetivo aprimoramento redacional e
e modificação de qualquer método, prática,	e modificação de qualquer método, prática,	alinhamento com realidade da Companhia
procedimento ou política relevante sobre contabilidade	procedimento ou política relevante sobre contabilidade	
tributária, exceto se tal modificação seja obrigatória pela	tributária, exceto se tal modificação seja obrigatória pela	
lei aplicável;	<del>lei aplicável;</del>	
(xvii) celebrar quaisquer contratos que poderiam limitar	(xxi) (xvii) aprovar a celebração de quaisquer contratos	A proposta de alteração do dispositivo tem como
ou restringir qualquer direito de propriedade intelectual	que limitem ou restrinjam qualquer direito de	objetivo aprimoramento redacional e
da Companhia e/ou de suas subsidiárias;	propriedade intelectual de titularidade da Companhia	alinhamento com realidade da Companhia.
	e/ou de suas Subsidiárias, incluindo quaisquer	
	aditamentos aos contratos de franquia, bem como,	
	independentemente do valor envolvido, a celebração ou	
	término de, ou qualquer aditamento a, qualquer	
	contrato envolvendo a marca "Espaçolaser", fora do	
	escopo normal dos negócios celebrar quaisquer	
	contratos que poderiam limitar ou restringir qualquer	
	direito de propriedade intelectual da Companhia e/ou de	
	<del>suas subsidiárias</del> ;	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
(xviii) aprovar o ajuizamento de qualquer litígio ou	(xxii) autorizar o início de qualquer processo	A proposta de alteração do dispositivo tem como
celebrar acordo sobre qualquer litígio envolvendo valor	judicial ou arbitral, ou a celebração de acordos no âmbito	objetivo aprimoramento redacional e
acima de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em nome da	do processo em questão, com potencial para impactar de	alinhamento com realidade da Companhia
Companhia e/ou de suas subsidiárias;	forma relevante as atividades ou as operações da	
	Companhia ou de suas Subsidiárias, ou cujo valor	
	envolvido seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil	
	aprovar o ajuizamento de qualquer litígio ou celebrar	
	acordo sobre qualquer litígio envolvendo valor acima de	
	R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em nome da	
	Companhia e/ou de suas subsidiárias;	
(xx) declarar dividendos intermediários ou intercalares,	(xxiii) (xx) declarar dividendos intermediários ou	A proposta de alteração do dispositivo tem como
conforme previsto no Erro! Fonte de referência não	intercalares, conforme previsto neste no Erro! Fonte de	objetivo aprimoramento redacional.
encontrada. deste Estatuto Social, observado o disposto	referência não encontrada. deste Estatuto Social,	
em lei;	observado o disposto em lei;	
(xxi) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos	(xxiv) (xxi) autorizar a emissão de ações, opções de	Proposta de ajuste para aprimoramento de
limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social,	compra de ações, de debêntures conversíveis em ações e	redação, realocação de previsões e
fixando as condições de emissão, incluindo o preço e	de bônus de subscrição, dentro do limite do capital	aprimoramento das competências do conselho
prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou	autorizado, fixando as condições de emissão, incluindo o	de administração.
reduzir o prazo para exercício) o direito de preferência nas	preço e prazo de integralização da Companhia, nos	
emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures	limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social,	
conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em	fixando as condições de emissão, incluindo o preço e	
bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de	prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou	
aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;	reduzir o prazo para exercício) o direito de preferência	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures	
	conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda	
	em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública	
	de aquisição de controle, nos termos da legislação	
	vigente;	
(xxii) autorizar a emissão pública ou privada de	(xxv)(xxii) autorizar a emissão pública ou privada de	Proposta de ajuste para aprimoramento da
debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros	debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros	redação
títulos de valores mobiliários não conversíveis em ações;	títulos de valores mobiliários não conversíveis em ações,	
	fixando as condições de emissão;	
Sem correspondência anterior	(xxvi) autorizar a contratação de empréstimos, assunção	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	de obrigações e/ou concessão de garantias a terceiros	objetivo aprimoramento redacional e
	que gere um aumento do endividamento total da	alinhamento com realidade da Companhia.
	Companhia, em um valor que exceda 3,0 (três) vezes o	
	EBITDA da Companhia, referente ao período de 12 (doze)	
	meses imediatamente anterior;	
(xxiii) aprovar o registro de qualquer das subsidiárias da	(xxiii) aprovar o registro de qualquer das subsidiárias da	Proposta de exclusão sugerida para simplificação
Companhia como companhia aberta ou companhia com	Companhia como companhia aberta ou companhia com	do estatuto.
permissão para emitir qualquer tipo de valor mobiliário	permissão para emitir qualquer tipo de valor mobiliário	
admitido a negociação no mercado de capitais, bem como	admitido a negociação no mercado de capitais, bem	
de qualquer outra oferta pública de ações ou valores	como de qualquer outra oferta pública de ações ou	
mobiliários de emissão de qualquer das subsidiárias da	valores mobiliários de emissão de qualquer das	
Companhia;	subsidiárias da Companhia;	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
(xxiv) outorgar opção de compra de ações a seus	(xxvii)(xxiv) outorgar opção de compra de ações a seus	A proposta de alteração do dispositivo tem como
administradores, empregados e prestadores de serviços,	administradores, empregados e prestadores de serviços	objetivo aprimoramento redacional.
assim como os administradores, empregados e	pessoas naturais da Companhia ou de suas Subsidiárias,	
prestadores de serviços de suas controladas e coligadas,	sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos	
sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos	termos dos planos aprovados em Assembleia Geral,	
termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;	observado o limite do capital autorizado, assim como os	
	administradores, empregados e prestadores de serviços	
	<del>de suas controladas e coligadas, sem direito de</del>	
	preferência para os atuais acionistas, nos termos dos	
	<del>planos aprovados em Assembleia Geral</del> ;	
Sem correspondência anterior	(xxviii) aprovar programas de incentivo de longo prazo e	A proposta de inclusão do dispositivo tem como
	programas de bonificação a administradores,	objetivo aprimorar as competências do Conselho
	empregados e prestadores de serviços pessoas naturais	de Administração, de forma a alinhá-las com a
	da Companhia ou de suas Subsidiárias;	estrutura organizacional da Companhia.
(xxv) autorizar a aquisição de ações de emissão da	(xxix) (xxv) autorizar a negociação aquisição de ações de	A proposta de alteração do dispositivo tem como
Companhia para permanência em tesouraria ou	emissão da Companhia <u>incluindo a aquisição de ações da</u>	objetivo aprimoramento redacional.
cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos	<u>própria</u> para permanência em tesouraria ou	
expressamente previstos na regulamentação vigente;	cancelamento, ou posterior alienação, <u>observada exceto</u>	
	nos casos expressamente previstos na regulamentação	
	<u>aplicável</u> <del>vigente</del> ;	
(xxvi) independentemente do valor envolvido e exceto se	(xxvi) independentemente do valor envolvido e exceto se	A proposta de exclusão considera a transferência
previsto no Orçamento Anual, a celebração ou término	previsto no Orçamento Anual, a celebração ou término	da previsão.
de, ou qualquer aditamento a, qualquer contrato	de, ou qualquer aditamento a, qualquer contrato	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
envolvendo a marca "Espaçolaser", fora do escopo normal	envolvendo a marca "Espaçolaser", fora do escopo	
dos negócios;	normal dos negócios;	
Sem correspondência anterior	(xxx) aprovar o cancelamento de listagem da Companhia	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	no Novo Mercado da B3;	objetivo alinhas as competências do Conselho de
		Administração com a regulamentação aplicável.
(xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente a	(xxxi) (xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente	A proposta de alteração do dispositivo tem como
respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações	a respeito de qualquer <del>oferta pública de aquisição de</del>	objetivo aprimoramento redacional.
("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da	<del>ações ("</del> OPA <del>")</del> que tenha por objeto as ações de emissão	
Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado,	da Companhia, por meio de parecer prévio	
divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital	fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da	
da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a	publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no	
conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse	mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto	
da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação	ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas	
ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos	e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a	
valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos	liquidez <u>das ações</u> <del>dos valores mobiliários de sua</del>	
estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à	titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo	
Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA	ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas	
disponíveis no mercado;	à aceitação da OPA disponíveis no mercado;	
(xviii) cumprir as demais atribuições que lhe são fixadas	(xviii) cumprir as demais atribuições que lhe são fixadas	A proposta de exclusão do dispositivo tem como
em lei e neste Estatuto Social; e	em lei e neste Estatuto Social; e	objetivo a simplificação do Estatuto Social.
(xxix) definir e gerir o nível de exposição ao risco na	(xxxii) (xxix) definir e gerir o nível de exposição ao risco	Renumeração do dispositivo em razão das
condução dos negócios da Companhia.	na condução dos negócios da Companhia.	alterações realizadas acima.



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência anterior	(xxxiii) deliberar acerca do voto a ser proferido pela	A proposta de inclusão do dispositivo tem como
	Companhia, na qualidade de acionista, nas assembleias	objetivo prever que seja do Conselho de
	de sócios das suas Subsidiárias;	Administração competências relativas às
		controladas, de forma a possibilitar maior
		agilidade à condução das atividades da
		Companhia.
Sem correspondência anterior	(xxxiv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação,	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	cisão, incorporação de ações, transformação do tipo	objetivo aprimoramento redacional e
	societário ou outra operação de reorganização societária	alinhamento com realidade da Companhia.
	envolvendo, direta ou indiretamente, as Subsidiárias da	
	Companhia;	
Sem correspondência anterior	(xxxv) deliberar sobre operações de drop down de ativos	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	ou cessão de estabelecimento comercial envolvendo a	objetivo aprimoramento redacional e
	Companhia ou suas Subsidiárias, bem como a venda,	alinhamento com realidade da Companhia.
	arrendamento, transferência, licença exclusiva ou outra	
	<u>forma de alienação envolvendo todos, ou</u>	
	substancialmente todos, os ativos da Companhia ou de	
	suas Subsidiárias;	
Sem correspondência anterior	(xxxvi) autorizar os administradores das Subsidiárias da	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	Companhia a confessar falência ou recuperação judicial	objetivo aprimoramento redacional e
	ou extrajudicial das Subsidiárias, bem como aceitar	alinhamento com realidade da Companhia.
	pedido de falência das Subsidiárias da Companhia,	
	ressalvado o disposto na legislação aplicável;	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência anterior	(xxxvii) aprovar qualquer processo de negociação com	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	credores da Companhia ou de suas Subsidiárias, seja no	objetivo aprimoramento redacional e
	âmbito de processo de recuperação judicial ou	alinhamento com realidade da Companhia.
	extrajudicial, incluindo decreto de falência judicial ou	
	extrajudicial, observadas as competências da Assembleia	
	Geral; e	
Sem correspondência anterior	(xxxviii) aprovar a dissolução ou liquidação das	A proposta de alteração do dispositivo tem como
	Subsidiárias da Companhia e a nomeação e destituição de	objetivo aprimoramento redacional e
	liquidantes, bem como o encerramento das atividades	alinhamento com realidade da Companhia.
	das Subsidiárias em caso de liquidação, e o encerramento	
	do processo de liquidação, conforme o caso.	
Sem correspondência anterior	Para os fins deste Estatuto:	Aprimoramento redacional do Estatuto.
	"Pessoa" significa qualquer pessoa física, pessoa jurídica,	
	sociedade por ações, sociedade em comandita simples,	
	sociedade em comandita por ações, sociedade de	
	responsabilidade limitada, sociedade sem personalidade	
	jurídica, sociedade em conta de participação, sindicato,	
	consórcio, truste, associação, organização, fundo de	
	investimento privado ou qualquer outro tipo de fundo,	
	qualquer autoridade governamental ou qualquer outra	
	pessoa ou entidade, incluindo qualquer sucessor, por	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	fusão ou de outra forma de quaisquer dos mencionados	
	anteriormente; e	
	"Subsidiária" significa, em relação a qualquer Pessoa,	
	qualquer sociedade ou outra organização, com ou sem	
	personalidade jurídica, (a) na qual tal Pessoa ou qualquer	
	outra subsidiária de tal Pessoa seja uma acionista ou	
	sócia (excluindo participações em que tal Pessoa ou	
	qualquer de suas subsidiárias possua um investimento	
	passivo), ou (b) outras entidades que sejam direta ou	
	indiretamente detidas ou controladas por tal Pessoa e/ou	
	por uma ou mais Subsidiárias.	
Parágrafo 2º. Ao Conselho de Administração caberá ainda	Parágrafo 2º. Ao Conselho de Administração caberá	Exclusão para proposta melhor organização,
acompanhar e fiscalizar a gestão da Diretoria da	ainda acompanhar e fiscalizar a gestão da Diretoria da	tendo em vista que o assunto será tratado em
Companhia, examinando a qualquer tempo documentos,	Companhia, examinando a qualquer tempo documentos,	novo dispositivo
livros e papeis da Companhia, e solicitando informações	livros e papeis da Companhia, e solicitando informações	
sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e	sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e	
quaisquer outros atos, incluindo eventuais acordos de	quaisquer outros atos, incluindo eventuais acordos de	
acionistas devidamente arquivados na sede da	acionistas devidamente arquivados na sede da	
Companhia, contratos com partes relacionadas,	Companhia, contratos com partes relacionadas,	
programas de opção de aquisição de ações e de outros	programas de opção de aquisição de ações e de outros	
títulos conversíveis de emissão da Companhia.	títulos conversíveis de emissão da Companhia.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Parágrafo 3º. Ressalvadas as transações entre partes	Parágrafo 3º. Ressalvadas as transações entre partes	
relacionadas de valor inferior a R\$200.000,00 (duzentos	relacionadas de valor inferior a R\$200.000,00 (duzentos	
mil reais), todas e quaisquer operações celebradas entre	mil reais), todas e quaisquer operações celebradas entre	
a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas	a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas	
deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do	deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do	
Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente	Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente	
todos os conselheiros independentes.	todos os conselheiros independentes.	
Parágrafo 4º. Para fins do disposto no Parágrafo 4º deste	Parágrafo 4° - Para fins do disposto no Parágrafo 4° deste	Exclusão para simplificação do estatuto
Erro! Fonte de referência não encontrada., prevalecerá a	Erro! Fonte de referência não encontrada., prevalecerá	
competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito	a competência da Assembleia Geral na ocasião de	
entre as matérias a serem submetidas à deliberação da	<del>conflito entre as matérias a serem submetidas à</del>	
Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.	deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de	
	Administração.	
Parágrafo 5º. Exceto no caso dos conselheiros	Parágrafo 5º. Exceto no caso dos conselheiros	Exclusão para proposta melhor organização,
independentes, o exercício do direito de voto pelos	independentes, o exercício do direito de voto pelos	tendo em vista que o assunto será tratado em
membros do Conselho de Administração nas matérias	membros do Conselho de Administração nas matérias	novo dispositivo
previstas neste Erro! Fonte de referência não	previstas neste <b>Erro! Fonte de referência não</b>	
encontrada. e em quaisquer outras de sua competência,	encontrada. e em quaisquer outras de sua competência,	
em especial, nas deliberações a respeito do exercício do	em especial, nas deliberações a respeito do exercício do	
direito de voto pela Companhia no âmbito de suas	direito de voto pela Companhia no âmbito de suas	
controladas e coligadas, deverá observar as disposições	controladas e coligadas, deverá observar as disposições	
previstas em eventuais acordos de acionistas arquivados	previstas em eventuais acordos de acionistas arquivados	
na sede da Companhia, conforme aplicável.	na sede da Companhia, conforme aplicável.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Parágrafo 6º. Os valores previstos neste Erro! Fonte de	Parágrafo 6º. Os valores previstos neste Erro! Fonte de	Exclusão para simplificação do estatuto
referência não encontrada. deverão ser corrigidos, ao	referência não encontrada. deverão ser corrigidos, ao	
final de cada exercício social, pela variação positiva do	final de cada exercício social, pela variação positiva do	
IPCA no exercício social inteiro em questão, ou por outro	IPCA no exercício social inteiro em questão, ou por outro	
índice com base similar que venha a substituí-lo.	índice com base similar que venha a substituí-lo.	
Parágrafo 7º. Até 30 de novembro de cada exercício	Parágrafo 7º. Até 30 de novembro de cada exercício	Exclusão para simplificação do estatuto
social, a Diretoria deverá apresentar proposta ao	social, a Diretoria deverá apresentar proposta ao	
Conselho de Administração referente ao Orçamento	Conselho de Administração referente ao Orçamento	
Anual para o exercício social subsequente e ajustes ao	Anual para o exercício social subsequente e ajustes ao	
plano de negócios da Companhia para os próximos	<del>plano de negócios da Companhia para os próximos</del>	
5 (cinco) exercícios sociais.	<del>5 (cinco) exercícios sociais.</del>	
Seção III – Da Diretoria	Seção III — Da Diretoria	Sem alteração
Artigo 20. A Diretoria será composta por, no mínimo, 3	Artigo 2030. A Diretoria será composta por, no mínimo,	A proposta de alteração do dispositivo tem como
(três) membros e, no máximo, 9 (nove) membros,	3 (três) membros e, no máximo, 9 (nove) membros,	objetivo aprimoramento redacional em linha
acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo	acionistas ou não, residentes no <del>país</del> <u>Brasil ou no</u>	com a legislação aplicável.
Conselho de Administração e por ele destituíveis a	exterior, todos eleitos <u>e destituíveis</u> pelo Conselho de	
qualquer tempo, permitida a reeleição, sendo composta	Administração <del>e por ele destituíveis </del> a qualquer tempo,	
pelos seguintes cargos: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um)	para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a	
Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor	reeleição, sendo composta pelos seguintes cargos: 1 (um)	
Financeiro e os demais serão Diretores sem designação	Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com	
específica, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois)	Investidores, 1 (um) Diretor Financeiro e os demais <del>serão</del>	
anos.	Diretores sem designação específica. <del>, eleitos para um</del>	
	mandato unificado de 2 (dois) anos.	

Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência anterior	Parágrafo 1º. É permitida a cumulação de cargos da	Previsão realocada, para melhor organização, e
	Diretoria por uma mesma pessoa, observado o número	ajustada para aprimoramento da redação e das
	mínimo de membros. As competências dos cargos de	regras
	Diretores que não tiverem sido preenchidos serão	
	exercidas pelo Diretor Presidente até a designação do	
	membro que assumirá o respectivo cargo.	
Parágrafo 1º. Compete ao Diretor Presidente a busca do	Parágrafo 24º. Compete ao Diretor Presidente a busca do	Renumeração em razão das alterações realizadas
crescimento, a gestão estratégica da Companhia e de suas	crescimento, a gestão estratégica da Companhia e de	acima e aprimoramento redacional.
controladas, a condução geral dos negócios, a efetivação	suas <u>Subsidiárias</u> <del>controladas</del> , a condução geral dos	
de novos negócios, a representação institucional, o	negócios, a efetivação de novos negócios, a	
planejamento estratégico, a promoção de políticas	representação institucional, o planejamento estratégico,	
corporativas, a valorização do negócio e a maximização do	a promoção de políticas corporativas, a valorização do	
retorno dos investimentos dos acionistas.	negócio e a maximização do retorno dos investimentos	
	dos acionistas.	
Parágrafo 2º. Compete ao Diretor de Relações com	Parágrafo 32º. Compete ao Diretor de Relações com	Renumeração em razão das alterações realizadas
Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de	Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de	acima.
informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de	informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de	
valores ou mercados de balcão, nacionais e	valores ou mercados de balcão, nacionais e	
internacionais, bem como às entidades de regulação e	internacionais, bem como às entidades de regulação e	
fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os	fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os	
registros da Companhia nessas instituições;	registros da Companhia nessas instituições;	
(ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de	(ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de	
valores e demais entidades do mercado de capitais, bem	valores e demais entidades do mercado de capitais, bem	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
como prestar informações relevantes aos investidores, ao	como prestar informações relevantes aos investidores,	
mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções	ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções	
estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.	estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.	
Parágrafo 3º. Compete ao Diretor Financeiro a	Parágrafo 43º. Compete ao Diretor Financeiro a	Renumeração em razão das alterações realizadas
capitalização e a gestão financeira da Companhia, bem	capitalização e a gestão financeira da Companhia, bem	acima.
como o relacionamento com o mercado financeiro.	como o relacionamento com o mercado financeiro.	
Adicionalmente, responde pelas funções corporativas de	Adicionalmente, responde pelas funções corporativas de	
planejamento econômico-financeiro, finanças e	planejamento econômico-financeiro, finanças e	
controladoria da Companhia.	controladoria da Companhia.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 5º. Compete aos Diretores sem designação	A proposta de inclusão do dispositivo tem como
	específica, além das atribuições específicas que venham	objetivo aprimorar as previsões relativas às
	a ser determinadas por deliberação do Conselho de	competências dos diretores.
	Administração: (i) auxiliar o Diretor Presidente ou	
	<u>qualquer outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente</u>	
	no exercício de suas respectivas atribuições; e (ii) praticar	
	atos normais de gestão da Companhia, isoladamente ou	
	em conjunto com outros Diretores da Companhia, nos	
	termos deste Estatuto.	
Parágrafo 4º. Caberá ao Conselho de Administração	Parágrafo <u>6</u> 4º. <u>O</u> <del>Caberá ao</del> Conselho de Administração	A proposta de alteração do dispositivo tem como
determinar atribuições adicionais aos membros da	poderá determinar atribuições adicionais aos membros	objetivo aprimoramento redacional.
Diretoria da Companhia além das já previstas no presente	da Diretoria da Companhia além das já previstas no	
Estatuto Social.	presente Estatuto <del>Social</del> .	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Parágrafo 5º. Os Diretores ficam dispensados de prestar	Parágrafo 5°. Os Diretores ficam dispensados de prestar	A proposta de exclusão do dispositivo considera
caução, como permitido por lei.	<del>caução, como permitido por lei.</del>	a transferência da previsão sobre a matéria, para
		melhor organização.
Parágrafo 6º. O cargo de Diretor de Relações com	Parágrafo 6º. O cargo de Diretor de Relações com	A proposta de exclusão do dispositivo considera
Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da	Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da	a transferência da previsão sobre a matéria, para
Companhia.	Companhia.	melhor organização.
Parágrafo 7º. Os Diretores permanecerão em seus cargos	Parágrafo 7°. Os Diretores permanecerão em seus cargos	A proposta de exclusão do dispositivo considera
até a posse e a investidura dos seus respectivos	até a posse e a investidura dos seus respectivos	a transferência da previsão sobre a matéria, para
substitutos. As competências dos cargos de Diretores que	substitutos. As competências dos cargos de Diretores que	melhor organização.
não tiverem sido preenchidos, ou cujo respectivo Diretor	não tiverem sido preenchidos, ou cujo respectivo Diretor	
esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor	esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor	
Presidente, até a designação do Diretor que assumirá o	Presidente, até a designação do Diretor que assumirá o	
respectivo cargo.	respectivo cargo.	
Parágrafo 8º. Os Diretores deverão ser pessoas com	Parágrafo 8º. Os Diretores deverão ser pessoas com	A proposta de exclusão do dispositivo tem como
reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua	reputação ilibada, comprovada experiência prática na	objetivo a simplificação do Estatuto Social.
área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos	sua área de atuação e ausência de conflito de interesse,	
mandatos devem ter caráter de exclusividade.	cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.	
Sem correspondência anterior	Artigo 31. Em caso de ausência ou impedimento	A proposta de inclusão de dispositivo visa ao
	temporário do Diretor Presidente, esse será substituído	aprimoramento das regras de substituição.
	pelo Diretor que indicar.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 1º. Em caso de ausência e/ou impedimento	A proposta de inclusão de dispositivo visa ao
	temporário de qualquer outro Diretor que não o Diretor	aprimoramento das regras de substituição.
	Presidente, as competências serão exercidas pelo Diretor	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	Presidente ou outro Diretor indicado pelo Diretor	
	Presidente, que acumulará as atribuições e	
	responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares	
	do Diretor ausente ou temporariamente impedido,	
	enquanto no exercício do cargo do Diretor substituído.	
	Parágrafo 2º. Em caso de vacância no cargo de qualquer	Previsão realocada, para melhor organização, e
	de Diretor, o Conselho de Administração elegerá o	ajustada para aprimoramento da redação e das
	respectivo substituto, que completará o mandato do	regras
	<u>Diretor substituído.</u>	
Artigo 21. Compete à Diretoria, observadas as disposições	Artigo <u>32</u> 21. Compete <del>à Diretoria</del> <u>aos Diretores,</u>	Ajustes para aprimoramento das regras relativas
deste Estatuto Social, especialmente as competências	observadas as disposições deste Estatuto <del> Social</del> ,	às competências da Diretoria.
específicas constantes do Erro! Fonte de referência não	especialmente as competências específicas constantes	
encontrada. deste Estatuto Social, a administração dos	do Artigo <del>20 deste Estatuto [</del> <u>30,</u> a administração dos	
negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos	negócios sociais <del>em geral</del> e a prática <del>, para tanto,</del> de todos	
os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles	os atos necessários ou convenientes <del>, ressalvados aqueles</del>	
para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja	para <del>os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja</del>	
atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao	atribuída a competência à tanto, observadas as	
Conselho de Administração. No exercício de suas funções,	<u>competências da</u> Assembleia Geral <u>ou ao e do</u> Conselho	
os Diretores poderão realizar todas as operações e	de Administração. No exercício de suas funções, os	
praticar todos os atos necessários à consecução dos	Diretores <del>poderão</del> <u>têm poderes para</u> realizar <del>todas as</del>	
objetivos de seu cargo, observadas as disposições	<del>operações</del> e praticar todos <del>os <u>e</u> quaisquer</del> atos	
previstas neste Estatuto Social quanto à forma de	necessários à <u>gestão da Companhia e</u> consecução <del>dos</del>	
representação, à alçada para a prática de determinados	objetivos de do seu cargo objeto social, observadas as	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo	disposições <del>previstas neste</del> <u>legais e deste</u> Estatuto <del>Social</del>	
Conselho de Administração, incluindo:	quanto à forma de representação, à alçada para a prática	
	de determinados atos, e a orientação geral dos negócios	
	estabelecida pelo pertinentes, e as deliberações da	
	Assembleia Geral e do Conselho de Administração,	
	incluindo <del>(i) deliberar sobre e aprovar a</del> <u>poderes para</u> :	
(i) deliberar sobre e aprovar a aplicação de	(i) <del>deliberar sobre e aprovar a aplicação de</del> <u>aplicar</u>	Ajustes para aprimoramento das regras relativas
recursos;	recursos;	às competências da Diretoria.
(ii) transigir, renunciar, ceder direitos; confessar dívidas;	(ii) transigir, renunciar, ceder direitos; confessar dívidas;	Sem alteração.
(iii) fazer acordos;	(iii) fazer acordos;	Sem alteração.
(iv) firmar compromissos;	(iv) firmar compromissos;	Sem alteração.
(v) contrair obrigações;	(v) contrair obrigações;	Sem alteração.
(vi) celebrar contratos;	(vi) celebrar contratos;	Sem alteração.
(vii) adquirir, transferir e onerar bens móveis e imóveis da	(vii) adquirir, transferir e onerar bens móveis e imóveis	Aprimoramento da redação
Companhia;	<del>da Companhia</del> ;	
(viii) prestar caução, avais e fianças;	(viii) prestar caução, avais e fianças;	Sem alteração
(ix) emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar	(ix) emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e	Aprimoramento de redação.
títulos em geral; assim como	avalizar títulos em geral; <del>assim como</del>	
(x) abrir, movimentar e encerrar contas em	(x) abrir, movimentar e encerrar contas em	Simplificação do estatuto.
estabelecimentos de crédito observadas as restrições e	estabelecimentos de crédito <del>observadas as restrições e</del>	
limites da lei, bem como aquelas estabelecidas neste	limites da lei, bem como aquelas estabelecidas neste	
Estatuto Social.	Estatuto Social.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Artigo 22. Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será	Artigo 22. Em caso de vacância dos cargos de Diretor,	Proposta de exclusão considerando a
convocada reunião do Conselho de Administração para	será convocada reunião do Conselho de Administração	transferência de dispositivo que trata da matéria.
eleição do respectivo substituto, que completará o	para eleição do respectivo substituto, que completará o	
mandato do Diretor substituído, dentro de 45 (quarenta e	mandato do Diretor substituído, dentro de 45 (quarenta	
cinco) dias contados da data da vacância do cargo ou	e cinco) dias contados da data da vacância do cargo ou	
verificação do impedimento.	verificação do impedimento.	
Artigo 23. Observados os termos abaixo, a Companhia	Artigo 3323. Ressalvadas as hipóteses previstas em lei e	Aprimoramento redacional.
ficará obrigada:	neste Estatuto, a Companhia realiza atos, em juízo ou	
	fora dele, e assume quaisquer obrigações pela atuação:	
	Observados os termos abaixo, a Companhia ficará	
	<del>obrigada:</del>	
(i) com relação a qualquer obrigação que tenha sido	(i) com relação a qualquer obrigação que tenha sido	Aprimoramento redacional.
expressa e previamente aprovada pela Assembleia Geral	expressa e previamente aprovada pela Assembleia Geral	
de acionistas ou pelo Conselho de Administração da	de acionistas ou pelo Conselho de Administração da	
Companhia:	Companhia:	
• pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois)	• pela assinatura conjunta de por quaisquer 2	Aprimoramento redacional.
Diretores; e	(dois) Diretores em conjunto; ou; e	
pela assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto	• <del>pela assinatura de</del> <u>por</u> 1 (um) Diretor em	Aprimoramento redacional.
com 1 (um) procurador, devidamente constituído	conjunto com 1 (um) procurador, devidamente	
na forma do Parágrafo 1º abaixo.	constituído na forma <u>deste Estatuto</u> <del>do</del>	
	Parágrafo 1º abaixo.	
(ii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção de	(ii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção de	Aprimoramento redacional.
obrigações para a Companhia em montante inferior a	obrigações para a Companhia em montante inferior a	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou	R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação	
em uma série de transações em um período subsequente	ou em uma série de transações <u>relacionadas</u> em um	
de 12 (doze) meses:	período subsequente de 12 (doze) meses:	
• pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois)	• <del>pela assinatura conjunta de quaisquer</del> <u>por</u> 2	Aprimoramento redacional.
Diretores; e	(dois) Diretores; e	
pela assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto	• <del>pela assinatura de</del> <u>por</u> 1 (um) Diretor em	Aprimoramento redacional.
com 1 (um) procurador, devidamente constituído	conjunto com 1 (um) procurador, devidamente	
na forma do Parágrafo 1º abaixo.	constituído na forma <u>deste Estatuto</u> <del>do</del>	
	<del>Parágrafo 1º abaixo</del> .	
(iii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção de	(iii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção	Aprimoramento redacional.
obrigações para a Companhia em montante superior a	de obrigações para a Companhia em montante superior	
R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou	a R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação	
em uma série de transações em um período subsequente	ou em uma série de transações <u>relacionadas</u> em um	
de 12 (doze) meses:	período subsequente de 12 (doze) meses:	
• pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois)	• <del>pela assinatura conjunta de quaisquer</del> <u>por</u> 2	Aprimoramento redacional.
Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o	(dois) Diretores <u>em conjunto</u> , sendo um deles,	
Diretor Financeiro; e	obrigatoriamente, o Diretor Financeiro; <u>eou</u>	
pela assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto	• <del>pela assinatura de</del> <u>por</u> 1 (um) Diretor em	Aprimoramento redacional.
com 1 (um) procurador, devidamente constituído	conjunto com 1 (um) procurador, devidamente	
na forma do Parágrafo 1º abaixo (com assinatura	constituído na forma <u>deste Estatuto</u> <del>do</del>	
do Diretor Financeiro).	Parágrafo 1º abaixo (com assinatura do Diretor	
	<del>Financeiro)</del> .	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência	Parágrafo único. O Diretor de Relações com Investidores	Ajustes para aprimoramento das regras relativas
	pode, individualmente, representar a Companhia perante	às competências da Diretoria.
	a CVM, bolsas de valores, instituição financeira	
	prestadora dos serviços de escrituração da Companhia e	
	entidades administradoras de mercados organizados nos	
	quais os valores mobiliários da Companhia estejam	
	<u>admitidos à negociação</u>	
Parágrafo 2º. As procurações serão outorgadas pela	Artigo 34 Parágrafo 2º. As procurações serão outorgadas	Inclusão proposta de forma a aprimorar as regras
assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores (sendo, no caso	pela assinatura conjunta de <u>quaisquer_</u> 2 (dois) <u>Diretores</u>	relativas à representação da Companhia.
do disposto no Erro! Fonte de referência não	(sendo, no caso do disposto no Artigo 23, inciso (iii),	
encontrada., inciso (iii), alínea (b) acima, que um dos	<del>alínea (b) acima, que um dos</del> Diretores <del>deverá ser o</del>	
Diretores deverá ser o Diretor Financeiro) e conterão	Diretor Financeiro) e conterão poderes expressos para o	
poderes expressos para o desempenho de atividades	desempenho de atividades específicas <del>, vedado o</del>	
específicas, vedado o substabelecimento, e válidas para	substabelecimento, e válidas para um período limitado	
um período limitado de, no máximo, um ano. Procurações	de, no máximo, um ano. Procurações com cláusula ad	
com cláusula ad juditia et extra poderão ser outorgadas	<del>juditia et extra poderão ser outorgadas por prazo</del>	
por prazo indeterminado e permitir o substabelecimento.	indeterminado e permitir o substabelecimento. Para as	
	representações previstas: a) no Artigo 33, iii, o Diretor	
	<u>Financeiro necessariamente deverá ser um dos</u>	
	signatários da procuração; b) no Artigo 33, parágrafo	
	<u>único, o Diretor com Investidores poderá assinar a</u>	
	procuração de forma isolada.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência	Parágrafo 1º. As procurações outorgadas pela	Inclusão proposta de forma a aprimorar as regras
	Companhia devem vedar o substabelecimento, e terão	relativas à representação da Companhia.
	validade para um período limitado de, no máximo, um	
	ano, exceto as procurações com cláusula ad judicia et	
	extra, que poderão ser outorgadas por prazo	
	indeterminado e permitir o substabelecimento.	
Parágrafo 3º. É vedado aos Diretores e procuradores	Parágrafo 23º. É vedado aos Diretores e procuradores	Renumeração em razão da inclusão dos
comprometer a Companhia em operações estranhas ao	comprometer a Companhia em operações estranhas ao	dispositivos acima.
negócio, objetivos e interesses da Companhia.	negócio, objetivos e interesses da Companhia.	
Artigo 24. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos	Artigo 3524. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos	Renumeração em razão da inclusão dos
negócios da Companhia praticado por acionistas,	negócios da Companhia praticado por acionistas,	dispositivos acima e aprimoramento de redação.
membros do Conselho da Administrado, da Diretoria,	membros do Conselho da <u>Administração</u> Administrado,	
procuradores ou empregados da Companhia, como, por	da Diretoria, procuradores ou empregados da	
exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas	Companhia, como, por exemplo, <u>empréstimos a</u>	
em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e	<u>terceiros,</u> avais, fianças, endossos e outras garantias	
deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros,	dadas em benefício de terceiros, <u>é</u> são expressamente	
exceto se prévia e expressamente autorizado neste	<u>proibido</u> proibidas e <u>deverá</u> deverão ser <u>ineficaz</u> ineficazes	
Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho	perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e	
de Administração, conforme o caso.	expressamente autorizado neste Estatuto-Social, pela	
	Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração,	
	conforme o caso.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Artigo 25. As subsidiárias da Companhia deverão possuir	Artigo 25. As subsidiárias da Companhia deverão possuir	A proposta de exclusão do dispositivo tem por
uma Diretoria composta pelos mesmos indivíduos eleitos	uma Diretoria composta pelos mesmos indivíduos eleitos	objetivo simplificar a redação do Estatuto Social.
para ocupar os cargos de Diretores da Companhia, de	para ocupar os cargos de Diretores da Companhia, de	
tempos em tempos.	tempos em tempos.	
Capítulo V - Do Conselho Fiscal	Capítulo V - Do Conselho Fiscal	Sem alteração.
Artigo 26. A Companhia terá um Conselho Fiscal	Artigo 3626. A Companhia terá um Conselho Fiscal, de	Aprimoramento redacional em linha com a
composto por 3 (três) membros efetivos e igual número	funcionamento não permanente, que será composto por ¿	redação constante da Lei das S.A.
de suplentes, acionistas da Companhia ou não, o qual não	no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros	
funcionará em caráter permanente e somente será	efetivos e igual número de suplentes, <del>acionistas da</del>	
instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a	Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter	
pedido dos acionistas, nos termos da legislação e da	permanente e somente será instalado por deliberação da	
regulamentação aplicáveis.	Assembleia Geral, ou <del>a pedido dos acionistas, nos termos</del>	
	da legislação e da regulamentação aplicáveis. <u>nas</u>	
	hipóteses previstas em lei.	
Sem correspondência anterior	Parágrafo 1º. O presidente do Conselho Fiscal será eleito	Proposta de inclusão do dispositivo para
	na primeira reunião do órgão.	aprimorar regras relativas ao Conselho Fiscal.
Parágrafo 1º. Os membros do Conselho Fiscal, pessoas	Parágrafo 21º. Os membros do O Conselho Fiscal,	Aprimoramento redacional em linha com a
naturais, residentes no país, legalmente qualificadas,	pessoas naturais, residentes no país, legalmente	redação constante da Lei das S.A.
serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a	qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que	
instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a	deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato	
primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após	quando instalado, funcionará até a primeira Assembleia	
a eleição.		



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	Geral Ordinária que se realizar após <del>a eleição.</del> <u>sua</u>	
	<u>instalação.</u>	
Parágrafo 2º. A posse dos membros do Conselho Fiscal, se	Parágrafo 32º. A posse dos membros do Conselho Fiscal,	Ajustado em linha com a redação proposta nos
e quando instalado nos termos deste Estatuto Social, dar-	se <u>efetivos</u> e <del>quando instalado nos termos deste Estatuto</del>	termos da regulação aplicável
se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo	Social, dar-se-á por termo lavrado em livro próprio,	
referido membro empossado e contemplando a sua	assinado pelo referido membro empossado e	
sujeição à cláusula compromissória de que trata o <b>Erro!</b>	contemplando a suplentes, fica condicionada à	
Fonte de referência não encontrada. deste Estatuto	assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua	
Social e estará condicionada ao atendimento dos	sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo	
requisitos legais aplicáveis.	<del>50</del> —deste Estatuto— <del>Social e estará condicionada ao</del>	
	atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	
Parágrafo 3º. Os membros do Conselho Fiscal farão jus à	Parágrafo 43º. Os membros do Conselho Fiscal farão jus	Proposta de aprimoramento da redação e regras
remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.	à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral,	
	observados as determinações legais aplicáveis. Os	
	membros suplentes farão jus a remuneração no período	
	em que, instalado o Conselho Fiscal, estejam no efetivo	
	exercício da função.	
Parágrafo 4º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro	Artigo 37. Parágrafo 4º. Os membros do Conselho Fiscal	Aprimoramento redacional.
do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu	serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo	
lugar.	respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de	
	membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente	
	ocupará seu lugar <u>; não havendo suplente, a Assembleia</u>	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	Geral será convocada para proceder à eleição de membro	
	para o cargo vago.	
Parágrafo 5º. Não poderá ser eleito para o cargo de	Parágrafo 5°. Não poderá ser eleito para o cargo de	A proposta de exclusão do dispositivo tem como
membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que	membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que	objetivo a simplificação do Estatuto Social, dado
incorra em qualquer hipótese legal de inelegibilidade,	incorra em qualquer hipótese legal de inelegibilidade,	se tratar de disposição legal.
incluindo o caso em que ocupe cargo em sociedade que	incluindo o caso em que ocupe cargo em sociedade que	
possa ser considerada concorrente da Companhia.	possa ser considerada concorrente da Companhia.	
Artigo 27. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as	Artigo 3827. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as	Aprimoramento redacional.
atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as	atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as	
funções de seus membros. O Regimento Interno do	funções de seus membros. O Regimento Interno do	
Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado	Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado	
por seus membros na primeira reunião convocada após a	por seus membros <del>na primeira reunião convocada após a</del>	
sua instalação.	<del>sua instalação</del> .	
Capítulo VI - Exercício Social e Lucros	Capítulo VI - Exercício Social e Lucros	Sem alterações
Artigo 28. O exercício social terá início em 1° de janeiro e	Artigo 3928. O exercício social terá início em 1° de janeiro	Aprimoramento redacional.
término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que	e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em	
o balanço patrimonial e as demais demonstrações	que <del>o balanço patrimonial e </del> as demais demonstrações	
financeiras deverão ser preparados de acordo com os	financeiras deverão ser <del>preparados </del> preparadas de	
prazos e demais condições previstas na legislação	acordo com os prazos e <del>demais condições previstas na</del>	
aplicável.	<u>conforme</u> legislação aplicável	
Parágrafo único. As demonstrações financeiras da	Parágrafo único. As demonstrações financeiras da	Aprimoramento redacional.
Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação	Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
aplicável, por auditor independente, devidamente	aplicável, por auditor independente, devidamente	
registrado na CVM.	registrado na CVM.	
Artigo 29. Do resultado do exercício serão deduzidos,	Artigo 4029. Do resultado do exercício serão deduzidos,	Aprimoramento redacional.
antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados,	antes de qualquer participação destinação, os prejuízos	
se houver, e a provisão de imposto de renda e	acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda	
contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício	e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do	
será obrigatoriamente absorvido pelos lucros	exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros	
acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal,	acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal,	
nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na	nessa ordem. <del>O lucro líquido deverá ser alocado na</del>	
seguinte forma:	seguinte for	
Sem correspondência anterior.	Artigo 41. Do saldo remanescente do resultado do	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
	exercício, se houver, devem ser deduzidas,	disposições legais.
	sucessivamente e nesta ordem, eventuais participações	
	de debêntures, de empregados e de administradores no	
	<u>resultado.</u>	
Com correspondêncie enterior	Autice 43 Days fine docto Estatuto considera de lucra	Drawasta de inglueão de dispositivo em limba com
Sem correspondência anterior.	Artigo 42. Para fins deste Estatuto, considera-se lucro	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
	líquido do exercício a parcela do resultado do exercício	disposições legais.
	que remanescer depois dos ajustes e deduções legais	
	previstos nos Artigos 40 e 41 acima.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Sem correspondência anterior.	Artigo 43. A administração deve submeter à Assembleia	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
	Geral proposta de destinação do lucro líquido apurado	disposições legais.
	em cada exercício social, se houver, observadas as	
	seguintes regras:	
(D 50///	(1)	
(i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva	(i) <u>parcela correspondente a 5</u> % (cinco por cento) <del>serão</del>	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital	destinados do lucro líquido será destinada para a reserva	disposições legais.
social;	legal, <del>que não excederá 20% (vinte por cento) do capital</del>	
	social observados os limites e as hipóteses de não	
	constituição previstos em lei;	
Sem correspondência anterior.	(ii) a parcela do lucro líquido do exercício	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
	remanescente pode ser destinada à formação de reserva	disposições legais.
	para contingências, nos termos das normas aplicáveis;	
Sem correspondência anterior.	(iii) a parcela do lucro líquido do exercício decorrente	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
	de doações ou subvenções governamentais para	disposições legais.
	investimentos pode ser destinada para a reserva de	
	incentivos fiscais;	
Sem correspondência anterior.	(iv) a parcela da reserva para contingências	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
	constituída em exercícios anteriores e correspondente a	disposições legais.
	perdas efetivamente incorridas ou não materializadas	
	deve ser revertida;	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
(ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão	(v)(ii) do saldo remanescente após as deduções e	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
destinados para o pagamento do dividendo obrigatório	reversões mencionadas nos incisos acima, se houver,	disposições legais.
devido aos acionistas, observadas as demais disposições	parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento),	
deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e	no mínimo, serão destinados para o pagamento do	
	dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas	
	as demais disposições deste Estatuto <del>Social</del> e a legislação	
	aplicável; e	
Sem correspondência anterior.	(vi) após as deduções e reversões mencionadas nos itens	Criação de reserva estatutária de forma otimizar
	acima, a parcela remanescente pode ser aplicada na	as possibilidades para destinação dos resultados.
	formação de reserva "Reserva de Investimentos", que	
	terá por fim assegurar recursos para reforço de capital e	
	de programas de recompra de ações que sejam	
	<u>aprovados pela Companhia, aquisição de ativos e para a</u>	
	expansão das atividades da Companhia e de suas	
	Subsidiárias, até que tal reserva atinja valor equivalente	
	a 80% (oitenta por cento) do valor do capital, observado	
	o disposto no art. 199 da Lei das S.A.	
(iii) eventual saldo será destinado de acordo com	(vii) (iii) eventual a parcela ou totalidade do saldo será	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
deliberação da Assembleia Geral.	destinado de acordo com deliberação da remanescente	disposições legais.
	pode, por proposta da administração, ser retida para	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	execução de orçamento de capital aprovado pela	
	Assembleia Geral; <u>e</u>	
Sem correspondência anterior.	(viii) o saldo remanescente, se houver, deve ser	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
	distribuído aos acionistas como dividendo adicional.	disposições legais.
Sem correspondência anterior.	Parágrafo único. No exercício em que o montante do	Proposta de inclusão de dispositivo em linha com
	dividendo obrigatório, calculado nos termos deste	disposições legais.
	Estatuto, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido	
	do exercício, a Assembleia Geral pode, por proposta da	
	administração, destinar o excesso à constituição de	
	reserva de lucros a realizar. Os valores registrados na	
	reserva de lucros a realizar, se não forem absorvidos por	
	prejuízos supervenientes, somente podem ser utilizados	
	para o pagamento do dividendo obrigatório.	
Artigo 30. A Companhia poderá:	Artigo 44. Artigo 30. A Companhia poderá: levantar	Aprimoramento redacional em linha com
	balanços e demonstrações financeiras intermediários,	disposições legais.
	semestrais, trimestrais ou em períodos menores.	
(i) declarar dividendos intermediários, à conta do lucro	Parágrafo 1º-(i) Observada a legislação aplicável, o	Aprimoramento redacional em linha com
apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;	Conselho de Administração poderá deliberar a	disposições legais.
	distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio	
	com base no lucro do exercício em curso, apurado em	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
	demonstrações financeiras intermediárias. O Conselho e	
	Administração poderá, ainda, declarar dividendos	
	intermediários, à ou juros sobre capital próprio com base	
	<u>na</u> conta <del>do lucro apurado, dos</del> <u>de</u> lucros acumulados <u>e</u>	
	da reserva ou de reservas de lucros; existentes no último	
	balanço anual ou intermediário, nos termos das normas	
	aplicáveis.	
(ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um	(ii)-levantar balanços relativos a períodos inferiores a um	Exclusão para proposta melhor organização,
semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o	semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que	tendo em vista que o assunto será tratado em
total de dividendos pagos em cada semestre do exercício	o total de dividendos pagos em cada semestre do	novo dispositivo
social não exceda o montante das reservas de capital de	exercício social não exceda o montante das reservas de	
que trata o artigo 182, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades	capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1°, da Lei das	
por Ações; e	<del>Sociedades por Ações; e</del>	
(iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que	Parágrafo 2º (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na	A proposta de alteração do dispositivo tem como
decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão	periodicidade que decidir, Os dividendos intermediários	objetivo aprimoramento redacional, em linha
imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a	<u>e intercalares e</u> juros sobre o capital próprio <del>, os quais</del>	com disposições legais.
integrá-los para todos os efeitos legais.	serão declarados poderão ser imputados ao valor do	
	dividendo <u>mínimo</u> obrigatório, <del>passando a integrá-los</del>	
	<del>para todos os efeitos legais</del> <u>conforme normas aplicáveis.</u>	
Parágrafo único. Revertem em favor da Companhia os	Artigo 45. Parágrafo único. Revertem São revertidos em	Renumeração do dispositivo em razão das
dividendos e juros sobre capital próprio que não forem	favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital	alterações realizadas acima e ajuste redacional.



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3	próprio que não forem reclamados por seus beneficiários	
(três) anos contados da data em que foram colocados à	dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que	
disposição dos acionistas.	foram colocados à disposição dos acionistas.	
Artigo 31. Salvo deliberação em contrário da Assembleia	Artigo 31. Salvo deliberação em contrário da Assembleia	Proposta de exclusão do dispositivo para fins de
Geral, os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias	Geral, os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta)	simplificação do documento.
contados da data em que forem declarados e, de qualquer	dias contados da data em que forem declarados e, de	
modo, dentro do exercício social.	<del>qualquer modo, dentro do exercício social.</del>	
Capítulo VII - Alienação de Controle, Cancelamento	Capítulo VII - Alienação de Controle, Cancelamento	Sem alteração
de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo	de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo	
Mercado	Mercado	
Artigo 32. A alienação direta ou indireta de controle da	Artigo 32.46 A alienação direta ou indireta de controle da	Renumeração tendo em vista alterações acima
Companhia, tanto por meio de uma única operação,	Companhia, tanto por meio de uma única operação,	
quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser	quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser	
contratada sob condição de que o adquirente se obrigue	contratada sob condição de que o adquirente se obrigue	
a efetivar OPA, tendo por objeto as ações de emissão da	a efetivar OPA, tendo por objeto as ações de emissão da	
Companhia de titularidade dos demais acionistas da	Companhia de titularidade dos demais acionistas da	
Companhia, observando as condições e os prazos	Companhia, observando as condições e os prazos	
previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo	previstos na legislação vigente e no Regulamento do	
Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário	Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento	
àquele dado ao acionista controlador alienante.	igualitário àquele dado ao acionista controlador	
	alienante.	

Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Artigo 33. A saída da Companhia do Novo Mercado	Artigo 3347. A saída da Companhia do Novo Mercado	Ajuste considerando propostas de alteração das
poderá ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista	poderá ocorrer em decorrência (i) de decisão do	competências do conselho de administração
controlador ou da Companhia; (ii) do descumprimento de	Conselho de Administração da Companhia, conforme	
obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do	previsto no Artigo 29, item xxxi deste Estatuto; do	
cancelamento de registro de companhia aberta da	<del>acionista controlador ou da Companhia;</del> (ii) do	
Companhia ou da conversão de categoria do registro na	descumprimento de obrigações do Regulamento do	
CVM.	Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de	
	companhia aberta da Companhia ou da conversão de	
	categoria do registro na CVM.	
Artigo 34. A saída voluntária da Companhia do Novo	Artigo 3448. A saída voluntária da Companhia do Novo	Aprimorando redacional
Mercado deverá ser precedida de OPA, respeitadas as	Mercado deverá ser precedida de OPA (salvo no caso de	
disposições legais e regulamentares aplicáveis, em	dispensa desse procedimento por força de deliberação	
especial os procedimentos previstos na regulamentação	da Assembleia Geral), respeitadas as disposições legais e	
da CVM sobre OPA para cancelamento de registro de	regulamentares aplicáveis, em especial os	
companhia aberta, e observados os seguintes requisitos:	procedimentos previstos na regulamentação da CVM	
(i) o preço ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser	sobre OPA para cancelamento de registro de companhia	
obtido conforme disposto no Erro! Fonte de referência	aberta, e observados os seguintes requisitos: (i) o preço	
<b>não encontrada.</b> deste Estatuto Social e nas demais	ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser obtido	
disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo	conforme disposições legais e regulamentaras aplicáveis	
possível o pedido de nova avaliação da Companhia; e (ii)	disposto no Errol Fonte de referência não encontrada.	
acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações	deste Estatuto Social e nas demais disposições legais e	
em circulação, deverão aceitar a OPA ou concordar	regulamentares aplicáveis, sendo possível o pedido de	
	nova avaliação da Companhia; e (ii) os acionistas titulares	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
expressamente com a saída do Novo Mercado sem	de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação,	
efetuar a venda das ações.	deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com	
	a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda das ações.	
Parágrafo 1º. Os aceitantes da OPA não poderão ser	Parágrafo 1º. Os aceitantes da OPA não poderão ser	Simplificação do estatuto
submetidos a rateio na alienação de sua participação,	submetidos a rateio na alienação de sua participação,	
observados os procedimentos de dispensa dos limites	observados os procedimentos de dispensa dos limites	
previstos na regulamentação aplicável.	previstos na regulamentação aplicável.	
Parágrafo 2º O ofertante ficará obrigado a adquirir as	Parágrafo 2º O ofertante ficará obrigado a adquirir as	Simplificação do estatuto
ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um)	ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um)	
mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço	mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço	
final do leilão da OPA, atualizado até a data do efetivo	final do leilão da OPA, atualizado até a data do efetivo	
pagamento, nos termos do edital, da legislação e da	pagamento, nos termos do edital, da legislação e da	
regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no	regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no	
máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da	máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício	
faculdade pelo acionista.	<del>da faculdade pelo acionista.</del>	
Parágrafo 3º. Independentemente da previsão contida no	Parágrafo 3º. Parágrafo único. Independentemente da	Renumeração tendo em vista alterações acima
caput deste Erro! Fonte de referência não encontrada., a	previsão contida no <i>caput</i> deste <del>Erro! Fonte de</del>	
saída voluntária da Companhia do Novo Mercado poderá	referência não encontrada. Artigo 48, a saída voluntária	
ocorrer na hipótese de dispensa de realização da OPA	da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer na	
aprovada pela maioria dos votos dos acionistas titulares	hipótese de dispensa de realização da OPA aprovada pela	
de ações em circulação presentes em Assembleia Geral,	maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em	
desde que instalada em (i) primeira convocação, com a	circulação presentes em Assembleia Geral, desde que	
presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3	instalada em (i) primeira convocação, com a presença de	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
(dois terços) do total das ações em circulação, ou (ii)	acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços)	
segunda convocação, com a presença de qualquer	do total das ações em circulação, ou (ii) segunda	
número de acionistas titulares de ações em circulação.	convocação, com a presença de qualquer número de	
	acionistas titulares de ações em circulação.	
Artigo 35. Na OPA a ser feita pelo acionista controlador ou	Artigo 35. Na OPA a ser feita pelo acionista controlador	Simplificação do estatuto
pela Companhia para o cancelamento do registro de	ou pela Companhia para o cancelamento do registro de	
companhia aberta, o preço a ser ofertado deverá	companhia aberta, o preço a ser ofertado deverá	
corresponder ao preço justo, ao menos igual ao valor de	corresponder ao preço justo, ao menos igual ao valor de	
avaliação da Companhia apurado em laudo de avaliação	avaliação da Companhia apurado em laudo de avaliação	
de que tratam os Parágrafos 1° e 2° deste Erro! Fonte de	de que tratam os Parágrafos 1° e 2° deste <b>Erro! Fonte de</b>	
referência não encontrada., respeitadas as normas legais	referência não encontrada., respeitadas as normas legais	
e regulamentares aplicáveis.	e regulamentares aplicáveis.	
Parágrafo 1º. O laudo de avaliação mencionado no caput	Parágrafo 1º. O laudo de avaliação mencionado no caput	Simplificação do estatuto
deste Erro! Fonte de referência não encontrada. deverá	deste Errol Fonte de referência não encontrada. deverá	
ser elaborado por instituição ou empresa especializada,	ser elaborado por instituição ou empresa especializada,	
com experiência comprovada e independência quanto ao	com experiência comprovada e independência quanto ao	
poder de decisão da Companhia, de seus administradores	poder de decisão da Companhia, de seus administradores	
e/ou acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os	e/ou acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os	
requisitos do artigo 8°, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades	requisitos do artigo 8°, parágrafo 1°, da Lei das	
por Ações, e conter a responsabilidade prevista no	Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade	
parágrafo 6° desse mesmo artigo.	prevista no parágrafo 6° desse mesmo artigo.	
Parágrafo 2º. A escolha da instituição ou empresa	<del>Parágrafo 2º. A escolha da instituição ou empresa</del>	Simplificação do estatuto
especializada responsável pela determinação do preço	especializada responsável pela determinação do preço	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
justo a ser ofertado nos termos deste Erro! Fonte de	justo a ser ofertado nos termos deste <b>Erro! Fonte de</b>	
referência não encontrada. é de competência privativa da	referência não encontrada. é de competência privativa	
Assembleia Geral, observado os requisitos previstos no	da Assembleia Geral, observado os requisitos previstos	
Erro! Fonte de referência não encontrada. acima.	no Erro! Fonte de referência não encontrada. acima.	
Artigo 36. Na hipótese de operação de reorganização	Artigo 36. Na hipótese de operação de reorganização	Simplificação do estatuto
societária que envolva a transferência da base acionária	societária que envolva a transferência da base acionária	
da Companhia, a(s) sociedade(s) resultante(s) deverá(ão)	da Companhia, a(s) sociedade(s) resultante(s) deverá(ão)	
pleitear o ingresso no Novo Mercado no prazo de 120	pleitear o ingresso no Novo Mercado no prazo de 120	
(cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral	(cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral	
que aprovou a referida operação.	<del>que aprovou a referida operação.</del>	
Parágrafo único. Caso a operação de reorganização	Parágrafo único. Caso a operação de reorganização	Simplificação do estatuto
societária envolva sociedade resultante que não pretenda	societária envolva sociedade resultante que não	
pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos	pretenda pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria	
titulares das ações em circulação da Companhia presentes	dos titulares das ações em circulação da Companhia	
na Assembleia Geral deverão anuir com essa decisão.	presentes na Assembleia Geral deverão anuir com essa	
	<del>decisão.</del>	
Artigo 37. A saída da Companhia do Novo Mercado em	Artigo 37. A saída da Companhia do Novo Mercado em	Simplificação do estatuto
razão de descumprimento de obrigações constantes do	razão de descumprimento de obrigações constantes do	
Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à	Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à	
efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas	efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas	
características descritas no Erro! Fonte de referência não	características descritas no Erro! Fonte de referência não	
encontrada. deste Estatuto Social.	encontrada. deste Estatuto Social.	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
Parágrafo único. Na hipótese de não atingimento do	Parágrafo único. Na hipótese de não atingimento do	Simplificação do estatuto
percentual de que trata o caput do Erro! Fonte de	percentual de que trata o caput do Erro! Fonte de	
referência não encontrada. deste Estatuto Social, após a	referência não encontrada. deste Estatuto Social, após a	
realização de OPA, as ações de emissão da Companhia	realização de OPA, as ações de emissão da Companhia	
ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no	ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no	
Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA.	Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA.	
Capítulo VIII - Dissolução e Liquidação	Capítulo VIII - Dissolução e Liquidação	Sem alteração
Artigo 38. O falecimento, falência, insolvência, declaração	Artigo 38. O falecimento, falência, insolvência,	Proposta de exclusão do dispositivo, para
de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas	declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos	simplificação do estatuto.
não dissolverá a Companhia, que continuará com os	acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará	
demais acionistas.	com os demais acionistas.	
Artigo 39. A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos	Artigo 49 39. A Companhia dissolver-se-á nos casos	Renumeração tendo em vista alterações acima
em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso,	previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando	
determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho	for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o	
Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da	Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no	
liquidação, fixando-lhes a remuneração.	período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.	
Capítulo IX - Resolução de Disputas	Capítulo IX - Resolução de Disputas	Sem alteração
Artigo 40. A Companhia, seus acionistas, administradores	Artigo <u>50</u> <u>40</u> . A Companhia, seus acionistas,	Renumeração do dispositivo em razão das
e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se	administradores e membros do conselho fiscal, efetivos	alterações realizadas acima e ajuste redacional.
houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem,	e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio	
perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma	de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do	
de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa	Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer	
surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua	controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
condição de emissor, acionistas, administradores e	ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas,	
membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes	administradores e membros do conselho fiscal, e em	
das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de	especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº	
dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das	6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na	
Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho	Lei das <del>Sociedades por Ações <u>S.A.</u>,</del> nas normas editadas	
Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela	pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central	
CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas	do Brasil e pela CVM, neste Estatuto <del>Social</del> , bem como	
aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores	nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do	
mobiliários em geral, além daquelas constantes do	mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas	
Regulamento do Novo Mercado, dos demais	constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos	
regulamentos da B3 e do contrato de participação no	demais regulamentos da B3 e do contrato de participação	
Novo Mercado.	no Novo Mercado.	
Capítulo X - Disposições Gerais	Capítulo X - Disposições Gerais	
Artigo 41. Este Estatuto Social rege-se pela Lei das	Artigo 51. 41. Este Estatuto Social rege-se pela Lei das	
Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto	Sociedades por Ações <u>S.A</u> . Os casos omissos neste	
Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados	Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e	
de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por	regulados de acordo com o que preceitua a Lei das	
Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.	Sociedades por Ações S.A., respeitado o Regulamento do	
	Novo Mercado.	
Artigo 42. A Companhia observará, no que aplicável, as	Artigo 42. A Companhia observará, no que aplicável, as	A proposta de exclusão do dispositivo considera
regras de divulgação de informações previstas na	regras de divulgação de informações previstas na	a propostas de realocação dos dispositivos que
regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a	regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a	tratam da matéria.



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
companhias listadas em geral e no segmento especial de	companhias listadas em geral e no segmento especial de	
listagem denominado Novo Mercado, em particular.	listagem denominado Novo Mercado, em particular.	
Artigo 43. A Companhia poderá indenizar e/ou manter	Artigo 43. A Companhia poderá indenizar e/ou manter	A proposta de exclusão do dispositivo considera
indenes seus administradores, conselheiros fiscais e	indenes seus administradores, conselheiros fiscais e	a propostas de realocação dos dispositivos que
demais funcionários que exerçam cargo ou função de	demais funcionários que exerçam cargo ou função de	tratam da matéria.
gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou	gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou	
isoladamente "Beneficiários"), custeando ou	isoladamente "Beneficiários"), custeando ou	
reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer	reembolsando diretamente os Beneficiários por	
despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a	quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente	
qualquer tempo e que estejam diretamente ou	incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente	
indiretamente relacionados ao exercício de suas funções	ou indiretamente relacionados ao exercício de suas	
na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários	funções na Companhia, incluindo mas não limitados a	
advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e	honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas	
multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou	<del>processuais e multas e indenizações nas esferas</del>	
penal, nos termos e condições de contratos de	administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de	
indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada	contratos de indenização a serem celebrados entre a	
um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho	Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante	
de Administração da Companhia.	<del>aprovação pelo Conselho de Administração da</del>	
	Companhia.	
Parágrafo 1º. Não são passíveis de indenização as	Parágrafo 1º. Não são passíveis de indenização as	A proposta de exclusão do dispositivo considera
despesas decorrentes de atos dos Beneficiários praticados	despesas decorrentes de atos dos Beneficiários	a propostas de realocação dos dispositivos que
(i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé,	praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii)	tratam da matéria.
dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse	com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii)	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social	em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do	
da Companhia.	interesse social da Companhia.	
Parágrafo 2º. Caso a Companhia delibere pelo	Parágrafo 2º. Caso a Companhia delibere pelo	A proposta de exclusão do dispositivo considera
adiantamento de despesas antes de decisão final no	adiantamento de despesas antes de decisão final no	a propostas de realocação dos dispositivos que
âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário	âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário	tratam da matéria.
estará obrigado a devolver os valores adiantados nos	estará obrigado a devolver os valores adiantados nos	
casos em que, após tal decisão, restar comprovado que o	casos em que, após tal decisão, restar comprovado que o	
ato praticado pelo administrador não é passível de	ato praticado pelo administrador não é passível de	
indenização nos termos do Parágrafo 1º deste <b>Erro! Fonte</b>	indenização nos termos do Parágrafo 1º deste <b>Errol</b>	
de referência não encontrada. ou do respectivo contrato	Fonte de referência não encontrada, ou do respectivo	
de indenização.	<del>contrato de indenização.</del>	
Artigo 44. A Companhia observará os acordos de	Artigo 52.44 A Companhia observará os acordos de	A proposta de alteração do dispositivo tem como
acionistas arquivados em sua sede, na forma do artigo 118	acionistas arquivados em sua sede <del>, na forma</del> <del>do artigo</del>	objetivo aprimoramento redacional.
da Lei das Sociedades por Ações.	118 da Lei das Sociedades por Ações.	
Artigo 45. As disposições contidas no Erro! Fonte de	Artigo 45. As disposições contidas no Errol Fonte de	Proposta de exclusão do dispositivo transitório
referência não encontrada.º; no Erro! Fonte de	referência não encontrada.º; no Erro! Fonte de	não mais aplicável à Companhia.
referência não encontrada.º; nos itens (x) e, no que se	referência não encontrada.º; nos itens (x) e, no que se	
refere ao cancelamento de registro de companhia aberta	refere ao cancelamento de registro de companhia aberta	
ou da conversão de categoria de registro perante a CVM,	ou da conversão de categoria de registro perante a CVM,	
(xi) do Erro! Fonte de referência não encontrada.; e no	(xi) do Erro! Fonte de referência não encontrada.; e no	
Parágrafo 5º do <b>Erro! Fonte de referência não</b>	Parágrafo 5º do <b>Erro! Fonte de referência não</b>	
encontrada. somente terão eficácia a partir da data de	encontrada. somente terão eficácia a partir da data de	



Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
concessão do registro de companhia aberta da	concessão do registro de companhia aberta da	
Companhia pela CVM. As disposições contidas nos	Companhia pela CVM. As disposições contidas nos	
Parágrafos 1°, 2° e 3° do Erro! Fonte de referência não	Parágrafos 1°, 2° e 3° do Erro! Fonte de referência não	
encontrada.º; nos itens (ix) e, no que se refere à saída do	encontrada.º; nos itens (ix) e, no que se refere à saída do	
Novo Mercado, (xi) do Erro! Fonte de referência não	Novo Mercado, (xi) do Errol Fonte de referência não	
encontrada.; no Parágrafo 1º do Artigo 14; nos Parágrafos	encontrada.; no Parágrafo 1º do Artigo 14; nos	
1°, 2° e 5º do Erro! Fonte de referência não encontrada.;	Parágrafos 1°, 2° e 5º do Erro! Fonte de referência não	
no item (xxvii) e nos Parágrafo 3° e 4º do Erro! Fonte de	encontrada.; no item (xxvii) e nos Parágrafo 3° e 4º do	
referência não encontrada.; no Parágrafo 2° do Erro!	Erro! Fonte de referência não encontrada.; no Parágrafo	
Fonte de referência não encontrada.; e nos Capítulos VII	2° do Erro! Fonte de referência não encontrada.; e nos	
e IX deste Estatuto Social somente terão eficácia com a	Capítulos VII e IX deste Estatuto Social somente terão	
entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo	eficácia com a entrada em vigor do Contrato de	
Mercado, a ser assinado entre a Companhia e a B3.	Participação no Novo Mercado, a ser assinado entre a	
	Companhia e a B3.	



# MPM CORPÓREOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607 | Código CVM n.º 02544-5

# PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM [=] DE MAIO DE 2024

ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL EM MARCAS COM ALTERAÇÕES PROPOSTAS

(CONFORME 12, I, DA RCVM 81)



# MPM CORPÓREOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607 | Código CVM n.º 02544-5

#### **ESTATUTO SOCIAL**

# Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração

**Artigo 1º.** A MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade anônima de capital autorizado, regida pelo presente estatuto social ("**Estatuto-Social**") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, notadamente pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

Parágrafo <u>Único</u> 1º- Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Novo Mercado", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal conselho fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo 2º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço fixado pelo Conselho de Administração. O endereço da sede poderá ser alterado a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, desde que, no mesmo Município, na Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050.



**Parágrafo único.** A Companhia poderá abrir, manter, transferir, e extinguir e alterar endereço de filiais, escritórios, agências, depósitos, representações e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer ponto do país ou do exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

**Artigo 3º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

**Artigo 4º** A Companhia tem por objeto social a participação como acionista, sócia ou quotista deem sociedades empresárias, personificadas ou não, no Brasil ou no exterior, que desenvolvam direta ou indiretamente atividades de depilação, estética facial, capilar e, de modo geral, corporal e a comercialização de produtos cosméticos e de cuidados corporais.

# Capítulo II - Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 191.483.830.682,1.303.361.932,19 (um bilhão, trezentos e três milhões, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos um bilhão, quatrocentos e oitenta e três milhões, oitocentos e trinta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos) dividido em 244.235.566 (duzentos e quarenta e quatro milhões, duzentas e trinta e cinco mil, quinhentas e sessenta e seis) 361.423.066 (trezentas e sessenta e um milhões, quatrocentas e vinte e três mil e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas da Companhia. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 2º. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio

Parágrafo 2º. Todas as da Companhia deverão ser escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com as quais a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A Companhia poderá autorizar a instituição financeira encarregada do registro das ações escriturais a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observadas as normas aplicáveis.



Parágrafo 3º. Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 3º. O valor de reembolso devido aos acionistas dissidentes que exercerem o direito de retirada nas hipóteses previstas em lei será determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras individuais aprovadas pela Assembleia Geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 4º. Para fins de reembolso, de acordo com as hipóteses previstas em lei, o valor da ação será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 6º. Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até que o capital social total da Companhia atinja o limite de 542.000.000 (quinhentos e quarenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante a emissão de novasaté 240.000.000 (duzentas e quarenta milhões de ações) de ações ordinárias dapela-Companhia, ou da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem emissão de novas ações.

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição incluindo número de ações, forma-e, prazo e condições de integralização, preço por ação de emissão, forma de colocação subscrição (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

Parágrafo 2º. Dentro do limite do capital autorizado, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá emitir debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, bem como outorgar opções de compra ou de subscrição de ações da Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral e na forma da legislação aplicável.

Parágrafo 2º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou



bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação e na regulamentação aplicáveis, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º. As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

Parágrafo único. Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações

**Artigo 8º.** Fica vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 79º. Observado o disposto neste Estatuto e na Lei das S.A., Social, notadamente o disposto no Erro! Fonte de referência não encontrada.º, Parágrafo 2º, e na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de sua respectiva participação acionária, subscrever ações, bônus de subscrição e outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 1º. Dentro das hipóteses permitidas pela legislação, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência dos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, na subscrição do aumento de capital, emissão de ações, de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos termos estabelecidos na legislação e na regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo das demais hipóteses estabelecidas neste Estatuto, na lei e na regulamentação aplicável, o acionista não tem direito de preferência: (i) na conversão em ações de debêntures conversíveis em ações; (ii) na emissão de ações decorrente do exercício de direitos previstos em bônus de subscrição; e (iii) na outorga e no exercício de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia.

**Artigo** <u>8º10</u>. A não integralização do valor subscrito pelo subscritor, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com <u>os artigos 106 e 107 da</u> Lei das <u>Sociedades por Ações-S.A.</u>, sujeitando-se o subscritor <u>em mora</u> ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de



juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

#### Capítulo III - Assembleia Geral de Acionistas

Artigo <u>9º11</u>. <u>As Assembleias Gerais Geral de acionistas</u> realizar-se-<u>á</u>ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento <u>ao término</u> de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto <u>Social</u> ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

**Parágrafo único.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Artigo 1012. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleia Geral será convocada Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio de seu Presidente, de acordo com os prazos e procedimentos previstos na legislação aplicável. sem prejuízo das demais hipóteses previstas no artigo 123, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo 1º. Assembleia Geral também poderá ser convocada, nas hipóteses previstas na Lei das S.A., pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se instalado.

Parágrafo 2º. Independentemente de qualquer formalidade de convocação, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Artigo 11 Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável, a Assembleia Geral as Assembleias Gerais somentes instalará, instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelasdas ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.



Parágrafo 1º. Somente o acionista, por si ou por seu representante constituído nos termos das normas aplicáveis e observados os requisitos da Lei das S.A. e deste Estatuto, pode comparecer à Assembleia Geral, permitindo-se a presença de administradores, fiscais, avaliadores, consultores e assessores da Companhia que possam prestar esclarecimentos sobre os assuntos objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º. O edital de convocação deverá indicar a hora, data e local em que será realizada a Assembleia Geral, bem como as matérias a serem deliberadas na respectiva Assembleia Geral, sendo que a ordem do dia não poderá incluir itens genéricos como "outras matérias de interesse da Companhia".

Parágrafo 2º 3º. Para ser admitido à Assembleia Geral, o acionista ou seu representante deverá apresentar, além do documento hábil de identidade, dos documentos de representação e demais documentos e informações que sejam especificados no anúncio de convocação, comprovante expedido pela instituição escrituradora contendo a respectiva participação acionária e, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º4º. Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia Geral, a Companhia poderá solicitar o depósito de cópia dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com antecedência da data da Assembleia Geral. Sem prejuízo do disposto neste Parágrafo, o O-acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, necessários até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia Geral, assembleia poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente, observada a faculdade da Companhia de exigir depósito prévio para a participação nos casos de participação por sistema eletrônico.

<u>Artigo 12 Parágrafo 5º</u>. As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria por ele indicado, <u>ou, na ausência dessa indicação</u>, <u>por qualquer pessoa escolhida pela maioria dos votos dos acionistas presentes</u>, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes.



Parágrafo 6°. exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordos de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 7º. Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 8º. O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto acima, o presidente da mesa da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de acordos de acionistas eventualmente arquivados na sede da Companhia, não sendo permitido o cômputo de votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos de acionistas, nos termos do artigo 118, parágrafo 8º, da Lei das S.A.

<u>Artigo 13.</u> Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, desconsideradas as abstenções.

Artigo 14Parágrafo 9º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio na forma de sumário dos fatos ocorridos, assinada pelos membros da mesa e/ou pelos acionistas presentes, na forma da legislação e regulamentação das normas aplicáveis. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais, ficando autorizada a publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, observados os requisitos legais.

Artigo <u>15</u>13. Sem prejuízo das demais <u>atribuições neste Estatuto e na legislação e</u> <u>regulamentação aplicáveis, matérias previstas em lei,</u> compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as <u>seguintes</u> matérias <u>indicadas nos artigos 122, 132 e</u> <u>136 da Lei das Sociedades por Ações e, ainda</u>:

- (i) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- (ii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iii)(iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;



(iv)(iii) deliberar, <u>a partir da de acordo com</u> proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do <u>resultado do exercício lucro do exercício e a distribuição de dividendos</u>;

(v)(iv) alterar este Estatuto Social e/ou deliberar acerca do voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de acionista, nas assembleias de sócios das subsidiárias da Companhia, com relação à alteração do estatuto social ou contrato social das referidas sociedades;

(vi)(v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão e, consolidação ou outra reorganização societária ou transformação do tipo societário da Companhia em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;

(vii)(vi)-aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados e prestadores de serviço pessoa natural da Companhia ou de suas Subsidiárias (conforme definidas no Artigo 29 deste Estatuto), assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;

(viii) (vii) autorizar os administradores a confessarem deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como aceitar pedido de falência, ressalvado o disposto na legislação aplicável no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;

(ix)(viii) aprovar a dissolução ou liquidação da Companhia e a nomeação e destituição de liquidantes, bem como o encerramento das atividades da Companhia em caso de liquidação, e o encerramento do processo de liquidação, conforme o caso eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(x) aprovar a celebração de transações com partes relacionadas, bem como a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado;

(xi) aumentar ou reduzir o capital social da Companhia, sem prejuízo das competências do Conselho de Administração nos termos deste Estatuto e da legislação aplicável;



(xii) aprovar a emissão, pública ou privada, de valores mobiliários ou de qualquer título de dívida, conversível em ações;

(ix) aprovar a saída do Novo Mercado;

(xiii)(x) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro da Companhia como de companhia aberta perante a CVM;

(xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria de registro perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Erro! Fonte de referência não encontrada, deste Estatuto Social;

(xii) aprovar a venda, disposição, arrendamento, locação ou transferência de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(xiii) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia, observado o disposto no artigo 117, parágrafo 1º, alínea (a), da Lei das Sociedades por Ações;

(xiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto acima, o presidente da mesa da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de acordos de acionistas eventualmente arquivados na sede da Companhia, não sendo permitido o cômputo de votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos de acionistas, nos termos do artigo 118, parágrafo 8º, da Lei das Sociedades por Ações.

#### Capítulo IV - Dos Órgãos da Administração

### Seção I - Das Disposições Comuns

**Artigo** <u>16</u>14. A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto <del>Social</del>.



Parágrafo 1º. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria darse á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador ou conselheiro empossado e contemplando a administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 40 50 deste Estatuto-Social, sendo dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis

Parágrafo 2º. A assinatura do termo de posse deverá ser realizada nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, sob pena da nomeação tornar-se sem efeito, salvo justificação aceita pelo respectivo órgão da administração para o qual o administrador tiver sido eleito.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão formalizar sua adesão às políticas internas em vigor da Companhia na data de posse.

Parágrafo 24º. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos e/ou novos titulares, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 5°. Observado o disposto na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Companhia deverá divulgar a renúncia ou a destituição dos seus administradores até o dia útil seguinte em que a Companhia for comunicada da referida renúncia ou em que for aprovada referida destituição.

Artigo 17. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, observado o estabelecido nas normas e regulamentação aplicáveis.

Artigo 18 Parágrafo 6º. A Assembleia Geral fixará a remuneração, de forma individual ou global, anual para distribuição entre os dos administradores, e caberá ao Conselho de Administração efetuar determinar a distribuição da remuneração individualmente. global entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como a repartição entre parcela fixa e variável.

Parágrafo 7°. Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.



Artigo 19. Sem prejuízo da contratação de seguro específico, a Companhia poderá estabelecer políticas, programas, compromissos ou instrumentos para indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas Subsidiárias ("Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções.

Parágrafo 1º. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer a outorga e as diretrizes, condições, limitações e demais termos e condições das políticas, programas, compromissos ou instrumentos de indenização e/ou indenidade, podendo, a seu exclusivo critério, delegar a implantação, execução e monitoramento desses instrumentos a comitê ou órgão de assessoramento.

Parágrafo 2º. Não serão passíveis de indenização pela Companhia as despesas decorrentes de atos dos Beneficiários praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia.

Parágrafo 3º. Caso a Companhia delibere pelo adiantamento de despesas antes de decisão final no âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário estará obrigado a devolver os valores adiantados nos casos em que, após tal decisão, verifiquese que o ato praticado pelo administrador não é passível de indenização nos termos Parágrafo 2º deste Artigo 19 ou do respectivo contrato ou instrumento de indenização ou indenidade.

#### Seção II - Do Conselho de Administração

**Artigo** 2015. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) membros conselheiros ou 20% (vinte por cento) dos membros, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização como conselheiro independente ser deliberada pela Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s), enquanto houver acionista controlador, o(s)



conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4° e 5°, da Lei das <u>S.A. Sociedades por Ações</u>.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º. O Conselho de Administração terá um Presidente eleito <u>na primeira</u> reunião pela maioria de votos dos membros do Conselho de Administração <u>que ocorrer</u> imediatamente após a eleição de seus membros ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naquele cargo. Em caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, as suas funções serão exercidas pelo membro do Conselho de Administração indicado na forma do Erro! Fonte de referência não encontrada., Parágrafo 1º, deste Estatuto Social.

**Parágrafo 4º.** O Presidente <u>do Conselho de Administração</u> terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Parágrafo 5º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deverá (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Artigo 21. Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas por outro conselheiro que tenha sido indicado, por escrito, pelo Presidente.

Parágrafo único. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro membro do Conselho de Administração, o membro ausente poderá indicar, por escrito, dentre os demais membros do Conselho de Administração, aquele que o substituirá. Nessa hipótese, o membro que estiver substituindo o membro temporariamente ausente, além de seu próprio voto, expressará o voto do membro substituído.

Artigo 22. Parágrafo 64. Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, incluindo do Presidente, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear



substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da vacância ou impedimento do cargo. Para os fins deste Artigo, ocorrerá a vacância de um cargo de membro do Conselho de Administração quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento permanente comprovado, invalidez ou perda do mandato do membro.

<u>Parágrafo 1º.</u> No caso de vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

<u>Parágrafo 2º.Em caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração,</u> compete à Diretoria convocar a Assembleia Geral para eleger os conselheiros.

**Artigo** <u>23</u><u>16</u>. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, de acordo com cronograma a ser definido pelos membros do Conselho de Administração <del>na primeira reunião de cada ano</del>, e extraordinariamente, sempre que for necessário.

Artigo 24. A convocação das reuniões do Conselho de Administração, com a designação de dia, hora e a especificação detalhada das matérias que serão objeto de discussão e deliberação, será encaminhada, por escrito, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, em 1º (primeira) convocação, e 3 (três) dias de antecedência, em 2º (segunda) convocação.

<u>Parágrafo 1º.</u> Ficam dispensados os procedimentos de convocação quando todos os conselheiros em exercício estiverem presentes na reunião.

<u>Parágrafo 2º.</u> Os assuntos que não tenham sido incluídos na notificação de convocação somente serão deliberados caso todos os membros do Conselho de Administração em exercício compareçam à reunião e concordem em deliberá-lo.

Artigo 25 Parágrafo 1º. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear nomeará o secretário da reunião, um dos presentes (o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário. Em caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração sem a indicação de seu substituto, na forma prevista neste Estatuto, a maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião, cabendo ao substituto presidente da reunião indicar entre os presentes aquele que atuará como o secretário da reunião.

Parágrafo 2º. O Presidente do Conselho de Administração poderá dispensar uma reunião do Conselho de Administração, em até 5 (cinco) dias da sua realização, se não houver matérias a serem discutidas e aprovadas pelo Conselho de Administração,



exceto se ao menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração requererem a realização de tal reunião ao Presidente dentro de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação de dispensa. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente ou por qualquer outro membro, se e quando solicitado e autorizado pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º. Sem prejuízo do disposto acima, a convocação das reuniões do Conselho de Administração, com a designação de dia, hora e a especificação detalhada das matérias que serão objeto de discussão e deliberação, será encaminhada por escrito e/ou por correspondência eletrônica, aos membros do Conselho de Administração, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, em 1º (primeira) convocação, e 3 (três) dias de antecedência, em 2º (segunda) convocação.

Parágrafo 4°. Não obstante as formalidades previstas no Parágrafo 1° acima, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas devidamente instaladas e regulares quando a totalidade de seus membros estiver presente, nos termos do Erro! Fonte de referência não encontrada., Parágrafo 7°, acima e reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas pela maioria dos votos dos presentes, ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e observado o disposto no Erro! Fonte de referência não encontrada., Parágrafo 2°, deste Estatuto Social.

Artigo <u>26</u>17. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas <del>com a presença, inclusive de forma remota, (i)</del> em 1ª (primeira) convocação, com a presença de todos os membros eleitos do Conselho de Administração, e <del>(ii)</del> em 2ª (segunda) convocação, com a presença da maioria dos membros <u>em exercício eleitos</u> do Conselho de Administração.

Artigo 27. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes, desconsideradas as abstenções, ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto.

Parágrafo 1º. Os membros do Conselho de Administração poderão participar remotamente das reuniões do Conselho de Administração, por teleconferência ou videoconferência, desde que (i) seja possível a identificação do(s) membro(s) que estiver(em) participando remotamente; e (ii) enviem por carta ou comunicação eletrônica (e-mail) (com confirmação de recebimento) para o Presidente do Conselho de Administração, na data de ocorrência da referida reunião do Conselho de Administração, cópia assinada do voto proferido na reunião do Conselho de Administração da qual participou de forma remota, voto este que deverá ser arquivado na sede da Companhia. Na presente hipótese, a reunião deverá ser considerada realizada no local onde se encontrava o Presidente do Conselho de Administração.



Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º abaixo, no caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro ausente poderá indicar seu substituto dentre os demais membros do Conselho de Administração, para representá-lo e deliberar e votar, na reunião a qual não puder estar presente, as matérias especificadas na autorização, por meio de carta entregue ou correio eletrônico ao Presidente do Conselho de Administração, com prova de recebimento. Tais autorizações devem ser arquivadas no livro próprio em que forem lavradas as atas das reuniões do Conselho de Administração, nos termos do Parágrafo 4º abaixo.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração que indicarem representantes, nos termos do Parágrafo 2º acima, serão considerados, para todos os efeitos, presentes à respectiva reunião.

Parágrafo 4°. Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, observado o disposto no parágrafo anterior, devendo ser arquivadas na Junta Comercial e publicadas aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 5°. Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Parágrafo 6º. É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

Artigo 28 Artigo 18. O Conselho de Administração poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para—analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, podendo eleger e destituir seus membros a qualquer tempo e aprovar ou modificar seus regimentos internos, e estabelecer suas respectivas remunerações. em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

Artigo <u>29</u>19. Compete ao Conselho de Administração<u>, sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Estatuto e além das demais atribuições estabelecidas na </u>



legislação e regulamentação aplicáveis, deliberar sobre as seguintes matérias: aplicável ou neste Estatuto Social, observado que, em relação às matérias que sejam de competência dos órgãos deliberativos das subsidiárias da Companhia, a atribuição do Conselho de Administração da Companhia consistirá na definição do voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de acionista, nas referidas deliberações:

- (i) eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia e de suas subsidiárias e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- (ii) fiscalizar <u>a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis</u> <u>da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia;</u>
- (iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social;
- (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (v) observadas as regras do Regulamento do Novo Mercado, deliberar pela distribuição de dividendos de forma diversa da prevista no presente Estatuto;
- (vi)(v) fixar estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas <u>Subsidiárias</u>, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos, bem como aprovar o plano de negócios da <u>Companhia e/ou de suas Subsidiárias ("Plano de Negócios")</u> e, ainda, qualquer modificação ou aditamento ao Plano de Negócios em vigor; sociedades controladas, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos;

(vii)(vi) aprovar o orçamento anual da Companhia e/ou de suas subsidiárias ("Orçamento Anual"), bem como qualquer modificação ou aditamento ao Orçamento Anual em vigor mesmo, sendo certo que, caso um Orçamento Anual não seja aprovado pelo Conselho de Administração por qualquer razão em um determinado exercício social, então o último Orçamento Anual será mantido e todos os números contidos em tal Orçamento Anual deverão ser aumentados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no exercício social imediatamente anterior;

(vii) aprovar o plano de negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias ("Plano de Negócios") para os próximos 5 (cinco) anos, conforme aplicável, bem como qualquer



modificação ou aditamento ao mesmo, sendo certo que, caso um Plano de Negócios não seja aprovado pelo Conselho de Administração por qualquer razão em um determinado exercício social, então o último Plano de Negócios será mantido;

(viii) deliberar sobre qualquer aquisição ou investimento envolvendo quaisquer ativos ou conjunto de ativos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias (exceto por participações societárias em outras sociedades), que envolva valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por operação ou conjunto de operações em um mesmo exercício social, exceto se estiver previsto no Plano de Negócios ou no Orçamento Anual;

(ix) aprovar a constituição de qualquer sociedade, bem como qualquer a aquisição ou alienação de ações, quotas ou outros valores mobiliários que confiram ao seu titular direito a ou investimento em qualquer participação societária, emitidas por no capital social de qualquer outra Pessoa, exceto conforme previsto no Plano de Negócios e/ou Orçamento Anual qualquer entidade, associações e/ou joint ventures pela;

(x) abertura ou fechamento de filiais da Companhia ou de suas Subsidiárias, bem como de lojas franqueadas, exceto conforme previsto no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual e nos casos de decisão unilateral do franqueado;

(xi)(x) deliberar sobre a celebração, aditamento <u>ou rescisão de quaisquer acordos</u> substancial ou término de qualquer acordo de acionistas, acordo de associação ou qualquer acordo de <u>votos com relação à voto similar, em conexão com a</u> participação societária detida pela Companhia em outras <u>Pessoas entidades</u>;

(xii) aprovação de quaisquer operações, negócios ou contratos com partes relacionadas em valor superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), incluindo a outorga de garantias de qualquer natureza a partes relacionadas;

(xiii) aprovação de qualquer forma de associação ou parceria com terceiros, incluindo joint ventures, exceto conforme previsto no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual e nos casos em que a associação ou parceria envolva ações de marketing voltadas para o oferecimento de produtos e serviços ao público geral;

(xiv) aprovar qualquer decisão relevante relativa a assuntos fiscais ou contábeis, e a alteração de quaisquer práticas, metodologias, procedimentos ou políticas contábeis ou fiscais, exceto se requerido por lei ou em decorrência de alterações nos princípios contábeis;



(xv)(xi) realização de aprovar qualquer despesa de capital (CAPEX) pela Companhia e/ou suas subsidiárias superior a que não estejam previstas no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual (ou que excedam o valor neles previsto), quando o valor acumulado de referidas despesas superar R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por transação ou em uma série de transações em um período subsequente de 12 (doze) meses, exceto se previsto no Orçamento Anual;

(xvi) (xii) aprovar resgate, recompra, ou amortização, conversão, grupamento, desdobramento, retirada, reembolso ou resgate de quaisquer valores mobiliários de qualquer valor mobiliário de emissão das subsidiárias da Companhia;

(xvii)(xiii) deliberar sobre a constituição de gravames sobre os valores mobiliários de emissão das subsidiárias detidos pela Companhia;

(xiv) aprovar qualquer forma de associação ou parceria da Companhia e/ou de suas subsidiárias com qualquer terceiro, incluindo joint ventures;

(xviii) (xv) aprovar a contratação <u>de qualquer Diretor estatutário da Companhia ou de suas Subsidiárias e/ou outras Pessoas que se reportem diretamente ao Diretor Presidente da Companhia indivíduo, cuja remuneração anual e total, incluindo salário, bônus e outros benefícios, seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por ano;</u>

(xix) fixar metas e remuneração dos administradores da Companhia e/ou de suas Subsidiárias;

(xx)(xvi) nomear, contratar, e destituir e substituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(xvii) deliberar sobre qualquer decisão ou escolha relevante com respeito a matérias tributária ou contábil, e modificação de qualquer método, prática, procedimento ou política relevante sobre contabilidade tributária, exceto se tal modificação seja obrigatória pela lei aplicável;

(xxi) (xxii) aprovar a celebração de quaisquer contratos que limitem ou restrinjam qualquer direito de propriedade intelectual de titularidade da Companhia e/ou de suas Subsidiárias, incluindo quaisquer aditamentos aos contratos de franquia, bem como, independentemente do valor envolvido, a celebração ou término de, ou qualquer aditamento a, qualquer contrato envolvendo a marca "Espaçolaser", fora do escopo normal dos negócios celebrar quaisquer contratos que poderiam limitar



ou restringir qualquer direito de propriedade intelectual da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(xxii) (xxiii) autorizar o início de qualquer processo judicial ou arbitral, ou a celebração de acordos no âmbito do processo em questão, com potencial para impactar de forma relevante as atividades ou as operações da Companhia ou de suas Subsidiárias, ou cujo valor envolvido seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil aprovar o ajuizamento de qualquer litígio ou celebrar acordo sobre qualquer litígio envolvendo valor acima de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em nome da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(xxiii) (xx) declarar dividendos intermediários ou intercalares, conforme previsto neste no Erro! Fonte de referência não encontrada, deste Estatuto Social, observado o disposto em lei;

(xxiv) (xxi) autorizar a emissão de ações, opções de compra de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para exercício) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;

(xxv)(xxii) autorizar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos de valores mobiliários não conversíveis em ações, fixando as condições de emissão;

(xxvi) autorizar a contratação de empréstimos, assunção de obrigações e/ou concessão de garantias a terceiros que gere um aumento do endividamento total da Companhia, em um valor que exceda 3,0 (três) vezes o EBITDA da Companhia, referente ao período de 12 (doze) meses imediatamente anterior;

(xxiii) aprovar o registro de qualquer das subsidiárias da Companhia como companhia aberta ou companhia com permissão para emitir qualquer tipo de valor mobiliário admitido a negociação no mercado de capitais, bem como de qualquer outra oferta pública de ações ou valores mobiliários de emissão de qualquer das subsidiárias da Companhia;



(xxvii)(xxiv) outorgar opção de compra de ações a seus-administradores, empregados e prestadores de serviços pessoas naturais da Companhia ou de suas Subsidiárias, sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, observado o limite do capital autorizado, assim como os administradores, empregados e prestadores de serviços de suas controladas e coligadas, sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

(xxviii) aprovar programas de incentivo de longo prazo e programas de bonificação a administradores, empregados e prestadores de serviços pessoas naturais da Companhia ou de suas Subsidiárias;

(xxix) (xxv) autorizar a negociação aquisição de ações de emissão da Companhia incluindo a aquisição de ações da própria para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, observada exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação aplicável vigente;

(xxvi) independentemente do valor envolvido e exceto se previsto no Orçamento Anual, a celebração ou término de, ou qualquer aditamento a, qualquer contrato envolvendo a marca "Espaçolaser", fora do escopo normal dos negócios;

(xxx) aprovar o cancelamento de listagem da Companhia no Novo Mercado da B3:

(xxxi) (xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xviii) cumprir as demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social;

(xxxii) (xxix) definir e gerir o nível de exposição ao risco na condução dos negócios da Companhia.

(xxxiii) deliberar acerca do voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de acionista, nas assembleias de sócios das suas Subsidiárias;



(xxxiv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações, transformação do tipo societário ou outra operação de reorganização societária envolvendo, direta ou indiretamente, as Subsidiárias da Companhia;

(xxxv) deliberar sobre operações de drop down de ativos ou cessão de estabelecimento comercial envolvendo a Companhia ou suas Subsidiárias, bem como a venda, arrendamento, transferência, licença exclusiva ou outra forma de alienação envolvendo todos, ou substancialmente todos, os ativos da Companhia ou de suas Subsidiárias;

(xxxvi) autorizar os administradores das Subsidiárias da Companhia a confessar falência ou recuperação judicial ou extrajudicial das Subsidiárias, bem como aceitar pedido de falência das Subsidiárias da Companhia, ressalvado o disposto na legislação aplicável;

(xxxvii) aprovar qualquer processo de negociação com credores da Companhia ou de suas Subsidiárias, seja no âmbito de processo de recuperação judicial ou extrajudicial, incluindo decreto de falência judicial ou extrajudicial, observadas as competências da Assembleia Geral; e

(xxxviii) aprovar a dissolução ou liquidação das Subsidiárias da Companhia e a nomeação e destituição de liquidantes, bem como o encerramento das atividades das Subsidiárias em caso de liquidação, e o encerramento do processo de liquidação, conforme o caso.

#### Para os fins deste Estatuto:

"Pessoa" significa qualquer pessoa física, pessoa jurídica, sociedade por ações, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade de responsabilidade limitada, sociedade sem personalidade jurídica, sociedade em conta de participação, sindicato, consórcio, truste, associação, organização, fundo de investimento privado ou qualquer outro tipo de fundo, qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo qualquer sucessor, por fusão ou de outra forma de quaisquer dos mencionados anteriormente; e

"Subsidiária" significa, em relação a qualquer Pessoa, qualquer sociedade ou outra organização, com ou sem personalidade jurídica, (a) na qual tal Pessoa ou qualquer outra subsidiária de tal Pessoa seja uma acionista ou sócia (excluindo participações em que tal Pessoa ou qualquer de suas subsidiárias possua um investimento passivo), ou (b)



<u>outras entidades que sejam direta ou indiretamente detidas ou controladas por tal</u> Pessoa e/ou por uma ou mais Subsidiárias.

Parágrafo 2º. Ao Conselho de Administração caberá ainda acompanhar e fiscalizar a gestão da Diretoria da Companhia, examinando a qualquer tempo documentos, livros e papeis da Companhia, e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, incluindo eventuais acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia, contratos com partes relacionadas, programas de opção de aquisição de ações e de outros títulos conversíveis de emissão da Companhia.

Parágrafo 3º. Ressalvadas as transações entre partes relacionadas de valor inferior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), todas e quaisquer operações celebradas entre a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente todos os conselheiros independentes.

Parágrafo 4°. Para fins do disposto no Parágrafo 4° deste Erro! Fonte de referência não encontrada., prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 5°. Exceto no caso dos conselheiros independentes, o exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração nas matérias previstas neste Errol Fonte de referência não encontrada, e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, conforme aplicável.

Parágrafo 6°. Os valores previstos neste Erro! Fonte de referência não encontradado deverão ser corrigidos, ao final de cada exercício social, pela variação positiva do IPCA no exercício social inteiro em questão, ou por outro índice com base similar que venha a substituí-lo.

Parágrafo 7º. Até 30 de novembro de cada exercício social, a Diretoria deverá apresentar proposta ao Conselho de Administração referente ao Orçamento Anual para o exercício social subsequente e ajustes ao plano de negócios da Companhia para os próximos 5 (cinco) exercícios sociais.



Artigo 2030. A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no país—Brasil\_ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo composta pelos seguintes cargos: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Financeiro e os demais serão—Diretores sem designação específica., eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos.

Parágrafo 1º. É permitida a cumulação de cargos da Diretoria por uma mesma pessoa, observado o número mínimo de membros. As competências dos cargos de Diretores que não tiverem sido preenchidos serão exercidas pelo Diretor Presidente até a designação do membro que assumirá o respectivo cargo.

Parágrafo 21º. Compete ao Diretor Presidente a busca do crescimento, a gestão estratégica da Companhia e de suas <u>Subsidiárias</u>controladas, a condução geral dos negócios, a efetivação de novos negócios, a representação institucional, o planejamento estratégico, a promoção de políticas corporativas, a valorização do negócio e a maximização do retorno dos investimentos dos acionistas.

Parágrafo 22. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 43º. Compete ao Diretor Financeiro a capitalização e a gestão financeira da Companhia, bem como o relacionamento com o mercado financeiro. Adicionalmente, responde pelas funções corporativas de planejamento econômico-financeiro, finanças e controladoria da Companhia.

Parágrafo 5º. Compete aos Diretores sem designação específica, além das atribuições específicas que venham a ser determinadas por deliberação do Conselho de Administração: (i) auxiliar o Diretor Presidente ou qualquer outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente no exercício de suas respectivas atribuições; e (ii) praticar atos normais de gestão da Companhia, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores da Companhia, nos termos deste Estatuto.



**Parágrafo** <u>6</u>4º. <u>O</u> <u>Caberá ao</u> Conselho de Administração <u>poderá</u> determinar atribuições adicionais aos membros da Diretoria da Companhia além das já previstas no presente Estatuto <u>Social</u>.

Parágrafo 5°. Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo 6°. O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo 7°. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências dos cargos de Diretores que não tiverem sido preenchidos, ou cujo respectivo Diretor esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do Diretor que assumirá o respectivo cargo.

Parágrafo 8º. Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

<u>Artigo 31.</u> Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, esse será substituído pelo Diretor que indicar.

Parágrafo 1º. Em caso de ausência e/ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor que não o Diretor Presidente, as competências serão exercidas pelo Diretor Presidente ou outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor ausente ou temporariamente impedido, enquanto no exercício do cargo do Diretor substituído.

Parágrafo 2º. Em caso de vacância no cargo de qualquer de Diretor, o Conselho de Administração elegerá o respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído.

Artigo <u>32</u>21. Compete <u>à Diretoria aos Diretores</u>, observadas as disposições deste Estatuto <u>Social</u>, especialmente as competências específicas constantes do Artigo <u>20</u> deste Estatuto [30, a administração dos negócios sociais <u>em geral</u> e a prática, <u>para tanto</u>, de todos os atos necessários ou convenientes, <u>ressalvados aqueles</u> para <u>os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à tanto, observadas as competências da Assembleia Geral <u>ou ao e do</u> Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores <u>poderão têm poderes para</u> realizar <u>todas as operações</u> e praticar todos <u>os e quaisquer</u> atos necessários à <u>gestão da Companhia</u> e consecução <del>dos</del></u>



<u>e deste</u> Estatuto <u>Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo pertinentes, e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, incluindo (i) deliberar sobre e aprovar a poderes para:</u>

- (ii) deliberar sobre e aprovar a aplicação de aplicar recursos;

  (iii) transigir, renunciar, ceder direitos; confessar dívidas;

  (iii) fazer acordos;

  (iv) firmar compromissos;

  (v) contrair obrigações;

  (vi) celebrar contratos;

  (vii) adquirir, transferir e onerar bens móveis e imóveis da Companhia;

  (viii) prestar caução, avais e fianças;

  (ix) emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral; assim como
- (x) abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito observadas as restrições e limites da lei, bem como aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Artigo 22. Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da vacância do cargo ou verificação do impedimento.

Artigo <u>33</u>23. <u>Ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Estatuto, a Companhia realiza atos, em juízo ou fora dele, e assume quaisquer obrigações pela atuação: Observados os termos abaixo, a Companhia ficará obrigada:</u>

(i) com relação a qualquer obrigação que tenha sido expressa e previamente aprovada pela Assembleia Geral de acionistas ou pelo Conselho de Administração da Companhia:



- pela assinatura conjunta de <u>por</u> quaisquer 2 (dois) Diretores <u>em conjunto; ou</u>; e
- pela assinatura de por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma deste Estatuto do Parágrafo 1º abaixo.

(ii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção de obrigações para a Companhia em montante inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou em uma série de transações <u>relacionadas</u> em um período subsequente de 12 (doze) meses:

- pela assinatura conjunta de quaisquer por 2 (dois) Diretores; e
- pela assinatura de <u>por</u> 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma <u>deste Estatuto</u> do Parágrafo 1º abaixo.

(iii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção de obrigações para a Companhia em montante superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou em uma série de transações <u>relacionadas</u> em um período subsequente de 12 (doze) meses:

- pela assinatura conjunta de quaisquer por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Financeiro; eou
- pela assinatura de <u>por</u> 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma <u>deste Estatuto</u> do Parágrafo 1º abaixo (com assinatura do Diretor Financeiro).

Parágrafo único. O Diretor de Relações com Investidores pode, individualmente, representar a Companhia perante a CVM, bolsas de valores, instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia e entidades administradoras de mercados organizados nos quais os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação.

Artigo 34 Parágrafo 2º. As procurações serão outorgadas pela assinatura conjunta de quaisquer\_2 (dois) Diretores (sendo, no caso do disposto no Artigo 23, inciso (iii), alínea (b) acima, que um dos Diretores deverá ser o Diretor Financeiro) e conterão poderes expressos para o desempenho de atividades específicas, vedado o substabelecimento, e válidas para um período limitado de, no máximo, um ano. Procurações com cláusula ad juditia et extra poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e permitir o substabelecimento. Para as representações previstas: a) no Artigo 33, iii, o Diretor Financeiro necessariamente deverá ser um dos signatários da procuração; b) no Artigo 33, parágrafo único, o Diretor com Investidores poderá assinar a procuração de forma isolada.



Parágrafo 1º. As procurações outorgadas pela Companhia devem vedar o substabelecimento, e terão validade para um período limitado de, no máximo, um ano, exceto as procurações com cláusula ad judicia et extra, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e permitir o substabelecimento.

Parágrafo 23º. É vedado aos Diretores e procuradores comprometer a Companhia em operações estranhas ao negócio, objetivos e interesses da Companhia.

Artigo <u>35</u>24. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da <u>Administração Administrado</u>, da Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, <u>empréstimos a terceiros</u>, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, <u>ésão</u> expressamente <u>proibido proibidas</u> e <u>deverá deverão</u> ser <u>ineficaz ineficazes</u> perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto—<u>Social</u>, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 25. As subsidiárias da Companhia deverão possuir uma Diretoria composta pelos mesmos indivíduos eleitos para ocupar os cargos de Diretores da Companhia, de tempos em tempos.

#### Capítulo V - Do Conselho Fiscal

Artigo <u>3626</u>. A Companhia terá um Conselho Fiscal, <u>de funcionamento não permanente</u>, <u>que será</u> composto por, <u>no mínimo</u>, 3 (três) e, <u>no máximo</u>, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, <del>acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente</del> e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis. <u>nas</u> hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 1º. O presidente do Conselho Fiscal será eleito na primeira reunião do órgão.

Parágrafo <u>2</u>1º. Os membros do <u>O</u> Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato <u>quando instalado, funcionará</u> até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após <u>a eleição.</u> <u>sua instalação.</u>

Parágrafo 32º. A posse dos membros do Conselho Fiscal, se efetivos e quando instalado nos termos deste Estatuto Social, dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo referido membro empossado e contemplando a suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula



compromissória de que trata o Artigo <del>50</del>-deste Estatuto <del>Social e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis</del>.

Parágrafo 43º. Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral, observados as determinações legais aplicáveis. Os membros suplentes farão jus a remuneração no período em que, instalado o Conselho Fiscal, estejam no efetivo exercício da função.

Artigo 37. Parágrafo 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 5°. Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que incorra em qualquer hipótese legal de inelegibilidade, incluindo o caso em que ocupe cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia.

**Artigo** <u>38</u>27. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros <del>na primeira reunião convocada após a sua instalação</del>.

## Capítulo VI - Exercício Social e Lucros

**Artigo** 3928. O exercício social terá início em 1° de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na conforme legislação aplicável.

**Parágrafo único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM.

**Artigo 4029.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação destinação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte for



Artigo 41. Do saldo remanescente do resultado do exercício, se houver, devem ser deduzidas, sucessivamente e nesta ordem, eventuais participações de debêntures, de empregados e de administradores no resultado.

Artigo 42. Para fins deste Estatuto, considera-se lucro líquido do exercício a parcela do resultado do exercício que remanescer depois dos ajustes e deduções legais previstos nos Artigos 40 e 41 acima.

Artigo 43. A administração deve submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido apurado em cada exercício social, se houver, observadas as seguintes regras:

(i) <u>parcela correspondente a 5</u>% (cinco por cento) <del>serão destinados</del> <u>do lucro líquido</u> <u>será destinada</u> para a reserva legal, <del>que não excederá 20% (vinte por cento) do capital</del> <u>social observados os limites e as hipóteses de não constituição previstos em lei;</u>

(ii) a parcela do lucro líquido do exercício remanescente pode ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos das normas aplicáveis;

(iii) a parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos pode ser destinada para a reserva de incentivos fiscais;

(iv) a parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida;

(v)(ii) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas nos incisos acima, se houver, parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e

(vi) após as deduções e reversões mencionadas nos itens acima, a parcela remanescente pode ser aplicada na formação de reserva "Reserva de Investimentos", que terá por fim assegurar recursos para reforço de capital e de programas de recompra de ações que sejam aprovados pela Companhia, aquisição de ativos e para a expansão das atividades da Companhia e de suas Subsidiárias, até que tal reserva atinja valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor do capital, observado o disposto no art. 199 da Lei das S.A.



(vii) (iii) eventual a parcela ou totalidade do saldo será destinado de acordo com deliberação da remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral; e

(viii) o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional.

Parágrafo único. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral pode, por proposta da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Os valores registrados na reserva de lucros a realizar, se não forem absorvidos por prejuízos supervenientes, somente podem ser utilizados para o pagamento do dividendo obrigatório.

<u>Artigo 44.</u> Artigo 30. A Companhia poderá: <u>levantar balanços e demonstrações</u> financeiras intermediários, semestrais, trimestrais ou em períodos menores.

Parágrafo 1º-(i) Observada a legislação aplicável, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias. O Conselho e Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários, à ou juros sobre capital próprio com base na conta do lucro apurado, dos de lucros acumulados e da reserva ou de reservas de lucros; existentes no último balanço anual ou intermediário, nos termos das normas aplicáveis.

(ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades por Ações; e

<u>Parágrafo 2º.</u> (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, <u>Os</u> <u>dividendos intermediários e intercalares e</u> juros sobre o capital próprio, <del>os quais serão</del> <u>declarados poderão ser</u> imputados ao <del>valor do</del> dividendo <u>mínimo</u> obrigatório, <del>passando</del> <u>a integrá-los para todos os efeitos legais</u> <u>conforme normas aplicáveis.</u>

<u>Artigo 45.</u> Parágrafo único. Revertem <u>São revertidos</u> em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.



Artigo 31. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias contados da data em que forem declarados e, de qualquer modo, dentro do exercício social.

# Capítulo VII - Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 32.46 A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente se obrigue a efetivar OPA, tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 3347. A saída da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer em decorrência (i) de decisão do Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Artigo 29, item xxxi deste Estatuto; do acionista controlador ou da Companhia; (ii) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM.

Artigo 3448. A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA (salvo no caso de dispensa desse procedimento por força de deliberação da Assembleia Geral), respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial os procedimentos previstos na regulamentação da CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta, e observados os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser obtido conforme disposições legais e regulamentaras aplicáveis disposto no Erro! Fonte de referência não encontrada, deste Estatuto Social e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia; e (ii) os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação, deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo 1º. Os aceitantes da OPA não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 2º O ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão da OPA, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do



edital, da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Parágrafo 3º. Parágrafo único. Independentemente da previsão contida no caput deste Erro! Fonte de referência não encontrada. Artigo 48, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer na hipótese de dispensa de realização da OPA aprovada pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes em Assembleia Geral, desde que instalada em (i) primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, ou (ii) segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

Artigo 35. Na OPA a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço a ser ofertado deverá corresponder ao preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia apurado em laudo de avaliação de que tratam os Parágrafos 1° e 2° deste Erro! Fonte de referência não encontrada, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º. O laudo de avaliação mencionado no caput deste Erro! Fonte de referência não encontrada, deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do artigo 8°, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6° desse mesmo artigo.

Parágrafo 2º. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do preço justo a ser ofertado nos termos deste Erro! Fonte de referência não encontrada. é de competência privativa da Assembleia Geral, observado os requisitos previstos no Erro! Fonte de referência não encontrada. acima.

Artigo 36. Na hipótese de operação de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, a(s) sociedade(s) resultante(s) deverá(ão) pleitear o ingresso no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo único. Caso a operação de reorganização societária envolva sociedade resultante que não pretenda pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão anuir com essa decisão.



Artigo 37. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas características descritas no Erro! Fonte de referência não encontrada, deste Estatuto Social.

Parágrafo único. Na hipótese de não atingimento do percentual de que trata o caput do Erro! Fonte de referência não encontrada. deste Estatuto Social, após a realização de OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA.

## Capítulo VIII - Dissolução e Liquidação

Artigo 38. O falecimento, falência, insolvência, declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará com os demais acionistas.

<u>Artigo 49</u>-39. A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

#### Capítulo IX - Resolução de Disputas

Artigo 50\_40. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações—S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

## Capítulo X - Disposições Gerais

**Artigo <u>51.</u> 41.** Este Estatuto <u>Social</u> rege-se pela Lei das <u>Sociedades por Ações-S.A.</u> Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados



de acordo com o que preceitua a Lei das <del>Sociedades por Ações <u>S.A.</u></del>, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 42. A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

Artigo 43. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo 1º. Não são passíveis de indenização as despesas decorrentes de atos dos Beneficiários praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia.

Parágrafo 2º. Caso a Companhia delibere pelo adiantamento de despesas antes de decisão final no âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário estará obrigado a devolver os valores adiantados nos casos em que, após tal decisão, restar comprovado que o ato praticado pelo administrador não é passível de indenização nos termos do Parágrafo 1º deste Erro! Fonte de referência não encontrada. ou do respectivo contrato de indenização.

Artigo-52.44 A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sedena forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 45. As disposições contidas no Erro! Fonte de referência não encontrada.º; no Erro! Fonte de referência não encontrada.º; nos itens (x) e, no que se refere ao cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria de registro perante a CVM, (xi) do Erro! Fonte de referência não encontrada.; e no Parágrafo 5º do Erro! Fonte de referência não encontrada. somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM. As disposições



contidas nos Parágrafos 1°, 2° e 3° do Erro! Fonte de referência não encontrada.º; nos itens (ix) e, no que se refere à saída do Novo Mercado, (xi) do Erro! Fonte de referência não encontrada.; no Parágrafo 1º do Artigo 14; nos Parágrafos 1°, 2° e 5º do Erro! Fonte de referência não encontrada.; no item (xxvii) e nos Parágrafo 3° e 4º do Erro! Fonte de referência não encontrada.; no Parágrafo 2° do Erro! Fonte de referência não encontrada.; no Parágrafo 2° do Erro! Fonte de referência não encontrada.; e nos Capítulos VII e IX deste Estatuto Social somente terão eficácia com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser assinado entre a Companhia e a B3.



## MPM CORPÓREOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607 | Código CVM n.º 02544-5

# PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM [=] DE MAIO DE 2024

ANEXO III - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO



## MPM CORPÓREOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607 | Código CVM n.º 02544-5

#### **ESTATUTO SOCIAL**

#### Capítulo I - Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração

**Artigo 1º.** A MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade anônima, regida pelo presente estatuto social ("**Estatuto**") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, notadamente pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**").

**Parágrafo único**. Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo no endereço fixado pelo Conselho de Administração. O endereço da sede poderá ser alterado a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, desde que, no mesmo Município.

**Parágrafo único**. A Companhia poderá abrir, transferir e extinguir filiais, escritórios, agências, depósitos, representações e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer ponto do país ou do exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

- **Artigo 3º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado.
- **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social a participação como acionista, sócia ou quotista em sociedades empresárias, personificadas ou não, no Brasil ou no exterior, que desenvolvam direta ou indiretamente atividades de depilação, estética facial, capilar e, de modo geral, corporal e a comercialização de produtos cosméticos e de cuidados corporais.

#### Capítulo II - Capital Social e Ações

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.483.830.682,19 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e três milhões, oitocentos e



trinta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos) dividido em 361.423.066 (trezentas e sessenta e um milhões, quatrocentas e vinte e três mil e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas da Companhia.

Parágrafo 2º. Todas as ações da Companhia deverão ser escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com as quais a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A Companhia poderá autorizar a instituição financeira encarregada do registro das ações escriturais a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observadas as normas aplicáveis.

Parágrafo 3º. O valor de reembolso devido aos acionistas dissidentes que exercerem o direito de retirada nas hipóteses previstas em lei será determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras individuais aprovadas pela Assembleia Geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia.

**Artigo 6º.** Mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até que o capital social total da Companhia atinja o limite de 542.000.000 (quinhentos e quarenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante a emissão de novas ações ordinárias da Companhia, ou da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem emissão de novas ações.

**Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, incluindo número de ações, forma, prazo e condições de integralização, preço de emissão, forma de subscrição (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

Parágrafo 2º. Dentro do limite do capital autorizado, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá emitir debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, bem como outorgar opções de compra ou de subscrição de ações da Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral e na forma da legislação aplicável.

**Artigo 7º.** Observado o disposto neste Estatuto e na Lei das S.A., os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de sua respectiva participação acionária,



subscrever ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 1º. Dentro das hipóteses permitidas pela legislação, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência dos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, na subscrição do aumento de capital, emissão de ações, de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos termos estabelecidos na legislação e na regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo das demais hipóteses estabelecidas neste Estatuto, na lei e na regulamentação aplicável, o acionista não tem direito de preferência: (i) na conversão em ações de debêntures conversíveis em ações; (ii) na emissão de ações decorrente do exercício de direitos previstos em bônus de subscrição; e (iii) na outorga e no exercício de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia.

Artigo 8º. A não integralização do valor subscrito pelo subscritor, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando-se o subscritor em mora ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

#### Capítulo III - Assembleia Geral

Artigo 9º. A Assembleia Geral realizar-se-á: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

**Parágrafo único.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

**Artigo 10º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, por meio de seu Presidente, de acordo com os prazos e procedimentos previstos na legislação aplicável.



**Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral também poderá ser convocada, nas hipóteses previstas na Lei das S.A., pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se instalado.

Parágrafo 2º. Independentemente de qualquer formalidade de convocação, será considerada regularmente instalada-a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Artigo 11º. Ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável, a Assembleia Geral se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto-e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 1º. Somente o acionista, por si ou por seu representante constituído nos termos das normas aplicáveis e observados os requisitos da Lei das S.A. e deste Estatuto, pode comparecer à Assembleia Geral, permitindo-se a presença de administradores, fiscais, avaliadores, consultores e assessores da Companhia que possam prestar esclarecimentos sobre os assuntos objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º. Para ser admitido à Assembleia Geral, o acionista ou seu representante deverá apresentar, além do documento hábil de identidade, dos documentos de representação e demais documentos e informações que sejam especificados no anúncio de convocação, comprovante expedido pela instituição escrituradora contendo a respectiva participação acionária e, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Parágrafo 3º. Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia Geral, a Companhia poderá solicitar o depósito de cópia dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com antecedência da data da Assembleia Geral. Sem prejuízo do disposto neste Parágrafo, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos necessários até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente, observada a faculdade da Companhia de exigir depósito prévio para a participação nos casos de participação por sistema eletrônico.

**Artigo 12º.** As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria por ele indicado, ou, na ausência dessa indicação, por qualquer pessoa escolhida pela maioria dos votos dos acionistas presentes, competindolhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes.



**Parágrafo único.** Sem prejuízo do disposto acima, o presidente da mesa da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de acordos de acionistas eventualmente arquivados na sede da Companhia, não sendo permitido o cômputo de votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos de acionistas, nos termos do artigo 118, parágrafo 8º, da Lei das S.A.

**Artigo 13º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, desconsideradas as abstenções.

**Artigo 14º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio na forma de sumário dos fatos ocorridos, assinada pelos membros da mesa e/ou pelos acionistas presentes, na forma das normas aplicáveis, ficando autorizada a publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, observados os—requisitos legais.

**Artigo 15º.** Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Estatuto e na legislação e regulamentação aplicáveis, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração-e do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- (ii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iii) fixar a remuneração global anual do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (iv) deliberar, a partir da proposta apresentada pela administração,-sobre a destinação do resultado do exercício;
- (v) alterar este Estatuto;
- (vi) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão e transformação do tipo societário da Companhia;
- (vii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseados em ações a administradores, empregados e prestadores de serviço pessoa natural da



- Companhia ou de suas Subsidiárias (conforme definidas no Artigo 29 deste Estatuto);
- (viii) autorizar os administradores a confessarem falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como aceitar pedido de falência, ressalvado o disposto na legislação aplicável;
- (ix) aprovar a dissolução ou liquidação da Companhia e a nomeação e destituição de liquidantes, bem como o encerramento das atividades da Companhia em caso de liquidação, e o encerramento do processo de liquidação, conforme o caso;
- (x) aprovar a celebração de transações com partes relacionadas, bem como a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado;
- (xi) aumentar ou reduzir o capital social da Companhia, sem prejuízo das competências do Conselho de Administração nos termos deste Estatuto e da legislação aplicável;
- (xii) aprovar a emissão, pública ou privada, de valores mobiliários ou de qualquer título de dívida, conversível em ações;
- (xiii) aprovar o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a CVM; e
- (xiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

## Capítulo IV - Dos Órgãos da Administração

#### Seção I – Das Disposições Comuns

**Artigo 16º.** A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto.

Parágrafo 1º. A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 50 deste Estatuto, sendo dispensada qualquer garantia de gestão-



- Parágrafo 2º. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos e/ou novos titulares, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.
- **Artigo 17º.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, observado o estabelecido nas normas e regulamentação aplicáveis.
- **Artigo 18º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global dos administradores, e caberá ao Conselho de Administração determinar a distribuição da remuneração global entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como a repartição entre parcela fixa e variável.
- **Artigo 19º.** Sem prejuízo da contratação de seguro específico, a Companhia poderá estabelecer políticas, programas, compromissos ou instrumentos para indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas Subsidiárias ("**Beneficiários**"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções.
- Parágrafo 1º. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer a outorga e as diretrizes, condições, limitações e demais termos e condições das políticas, programas, compromissos ou instrumentos de indenização e/ou indenidade, podendo, a seu exclusivo critério, delegar a implantação, execução e monitoramento desses instrumentos a comitê ou órgão de assessoramento.
- Parágrafo 2º. Não serão passíveis de indenização pela Companhia as despesas decorrentes de atos dos Beneficiários praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia.
- Parágrafo 3º. Caso a Companhia delibere pelo adiantamento de despesas antes de decisão final no âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário estará obrigado a devolver os valores adiantados nos casos em que, após tal decisão, verifiquese que o ato praticado pelo administrador não é passível de indenização nos termos Parágrafo 2º deste Artigo 19 ou do respectivo contrato ou instrumento de indenização ou indenidade.



#### Seção II - Do Conselho de Administração

**Artigo 20º.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) membros ou 20% (vinte por cento) dos membros, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização como conselheiro independente ser deliberada pela Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s), enquanto houver acionista controlador, o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4° e 5°, da Lei das S.A.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Parágrafo 3º.** O Conselho de Administração terá um Presidente eleito na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a eleição de seus membros ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naquele cargo.

Parágrafo 4º. O Presidente do Conselho de Administração terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

**Artigo 21º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas por outro conselheiro que tenha sido indicado, por escrito, pelo Presidente.

**Parágrafo único**. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro membro do Conselho de Administração, o membro ausente poderá indicar, por escrito, dentre os demais membros do Conselho de Administração, aquele que o substituirá. Nessa hipótese, o membro que estiver substituindo o membro temporariamente ausente, além de seu próprio voto, expressará o voto do membro substituído.

**Artigo 22º.** Em caso de vacância de cargo, de qualquer membro do Conselho de Administração, incluindo do Presidente, os membros do Conselho de Administração



remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia. Para os fins deste Artigo, ocorrerá a vacância de um cargo de membro do Conselho de Administração quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento permanente comprovado, invalidez ou perda do mandato do membro.

- **Parágrafo 1º.** No caso de vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.
- Parágrafo 2º. Em caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria convocar a Assembleia Geral para eleger os conselheiros.
- **Artigo 23º.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, de acordo com cronograma a ser definido pelos membros do Conselho de Administração, e extraordinariamente, sempre que for necessário.
- **Artigo 24º.** A convocação das reuniões do Conselho de Administração, com a designação de dia, hora e a especificação detalhada das matérias que serão objeto de discussão e deliberação, será encaminhada, por escrito, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, em 1º (primeira) convocação, e 3 (três) dias de antecedência, em 2º (segunda) convocação.
- Parágrafo 1º. Ficam dispensados os procedimentos de convocação quando todos os conselheiros em exercício estiverem presentes na reunião.
- **Parágrafo 2º.** Os assuntos que não tenham sido incluídos na notificação de convocação somente serão deliberados caso todos os membros do Conselho de Administração em exercício compareçam à reunião e concordem em deliberá-lo.
- **Artigo 25º.** O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração e nomeará o secretário da reunião, o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração. Em caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração sem a indicação de seu substituto, na forma prevista neste Estatuto, a maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.
- **Artigo 26º.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em 1º (primeira) convocação, com a presença de todos os membros eleitos do Conselho de Administração, e em 2º (segunda) convocação, com a presença da maioria dos membros em exercício do Conselho de Administração.
- **Artigo 27º.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes, desconsideradas as abstenções, ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto.



**Artigo 28º.** O Conselho de Administração poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para assessorar o Conselho de Administração, podendo eleger e destituir seus membros a qualquer tempo e aprovar ou modificar seus regimentos internos, e estabelecer suas respectivas remunerações, conforme aplicáveis. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

**Artigo 29º.** Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Estatuto e na legislação e regulamentação aplicáveis, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia e de suas Subsidiárias, a qualquer tempo, e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- (ii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos em lei ou neste Estatuto;
- (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (v) observadas as regras do Regulamento do Novo Mercado, deliberar pela distribuição de dividendos de forma diversa da prevista no presente Estatuto;
- (vi) fixar a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas Subsidiárias, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos, bem como aprovar o plano de negócios da Companhia e/ou de suas Subsidiárias ("Plano de Negócios") e, ainda, qualquer modificação ou aditamento ao Plano de Negócios em vigor;
- (vii) aprovar o orçamento anual da Companhia e/ou de suas Subsidiárias ("Orçamento Anual"), bem como qualquer modificação ou aditamento ao Orçamento Anual em vigor;



- (viii) qualquer aquisição, alienação ou investimento envolvendo qualquer ativo, ou conjunto de ativos, que envolva valor igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por operação ou conjunto de operações em um mesmo exercício social, exceto se estiver previsto no Plano de Negócios ou no Orçamento Anual;
- (ix) constituição de qualquer sociedade, bem como a aquisição, alienação ou investimento em qualquer participação societária no capital social de qualquer outra Pessoa, exceto conforme previsto no Plano de Negócios e/ou Orçamento Anual;
- (x) abertura ou fechamento de filiais da Companhia ou de suas Subsidiárias, bem como de lojas franqueadas, exceto conforme previsto no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual e nos casos de decisão unilateral do franqueado;
- (xi) celebração, aditamento ou rescisão de quaisquer acordos de acionistas, acordo de quotistas ou qualquer acordo de votos com relação à participação societária detida pela Companhia em outras Pessoas;
- (xii) aprovação de quaisquer operações, negócios ou contratos com partes relacionadas em valor superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), incluindo a outorga de garantias de qualquer natureza a partes relacionadas;
- (xiii) aprovação de qualquer forma de associação ou parceria com terceiros, incluindo joint ventures, exceto conforme previsto no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual e nos casos em que a associação ou parceria envolva ações de marketing voltadas para o oferecimento de produtos e serviços ao público geral;
- (xiv) aprovar qualquer decisão relevante relativa a assuntos fiscais ou contábeis, e a alteração de quaisquer práticas, metodologias, procedimentos ou políticas contábeis ou fiscais, exceto se requerido por lei ou em decorrência de alterações nos princípios contábeis;
- (xv) realização de despesas de capital (CAPEX) pela Companhia e/ou suas Subsidiárias que não estejam previstas no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual (ou que excedam o valor neles previsto), quando o valor acumulado de referidas despesas superar R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);



- (xvi) aprovar recompra, amortização, conversão, grupamento, desdobramento, retirada, reembolso ou resgate de quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (xvii) deliberar sobre a constituição de gravames sobre os valores mobiliários de emissão das Subsidiárias detidos pela Companhia;
- (xviii) aprovar a contratação de qualquer Diretor estatutário da Companhia ou de suas Subsidiárias e/ou outras Pessoas que se reportem diretamente ao Diretor Presidente da Companhia;
- (xix) fixar metas e remuneração dos administradores da Companhia e/ou de suas Subsidiárias;
- (xx) nomear, contratar, destituir e substituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas Subsidiárias;
- (xxi) aprovar a celebração de quaisquer contratos que limitem ou restrinjam qualquer direito de propriedade intelectual de titularidade da Companhia e/ou de suas Subsidiárias, incluindo quaisquer aditamentos aos contratos de franquia, bem como, independentemente do valor envolvido, a celebração ou término de, ou qualquer aditamento a, qualquer contrato envolvendo a marca "Espaçolaser", fora do escopo normal dos negócios;
- (xxii) autorizar\_o\_início de qualquer processo judicial ou arbitral, ou a celebração de acordos no âmbito do processo em questão, com potencial para impactar de forma relevante as atividades ou as operações da Companhia ou de suas Subsidiárias, ou cujo valor envolvido seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (xxiii) declarar dividendos intermediários ou intercalares, conforme previsto neste Estatuto, observado o disposto em lei;
- (xxiv) autorizar a emissão de ações, opções de compra de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização;



- (xxv) autorizar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias, notas comerciais, e outros valores mobiliários não conversíveis em ações, fixando as condições de emissão;
- (xxvi) autorizar a contratação de empréstimos, assunção de obrigações e/ou concessão de garantias a terceiros que gere um aumento do endividamento total da Companhia, em um valor que exceda 3,0 (três) vezes o EBITDA da Companhia, referente ao período de 12 (doze) meses imediatamente anterior;
- (xxvii) outorgar opção de compra e subscrição de ações a administradores, empregados e prestadores de serviços pessoas naturais da Companhia ou de suas Subsidiárias, sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, observado o limite do capital autorizado;
- (xxviii) aprovar programas de incentivo de longo prazo e programas de bonificação a administradores, empregados e prestadores de serviços pessoas naturais da Companhia ou de suas Subsidiárias;
- (xxix) autorizar a negociação de ações de emissão da Companhia, incluindo a aquisição de ações da própria Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, observada regulamentação aplicável;
- (xxx) aprovar o cancelamento de listagem da Companhia no-Novo Mercado da B3;
- (xxxi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- (xxxii) definir e gerir o nível de exposição ao risco na condução dos negócios da Companhia.;



- (xxxiii) deliberar acerca do voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de acionista, nas assembleias de sócios das suas Subsidiárias;
- (xxxiv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações, transformação do tipo societário ou outra operação de reorganização societária envolvendo, direta ou indiretamente, as Subsidiárias da Companhia;
- (xxxv) deliberar sobre operações de *drop down* de ativos ou cessão de estabelecimento comercial envolvendo a Companhia ou suas Subsidiárias, bem como a venda, arrendamento, transferência, licença exclusiva ou outra forma de alienação envolvendo todos, ou substancialmente todos, os ativos da Companhia ou de suas Subsidiárias;
- (xxxvi) autorizar os administradores das Subsidiárias da Companhia a confessar falência ou recuperação judicial ou extrajudicial das Subsidiárias, bem como aceitar pedido de falência das Subsidiárias da Companhia, ressalvado o disposto na legislação aplicável;
- (xxxvii) aprovar qualquer processo de negociação com credores da Companhia ou de suas Subsidiárias, seja no âmbito de processo de recuperação judicial ou extrajudicial, incluindo decreto de falência judicial ou extrajudicial, observadas as competências da Assembleia Geral; e
- (xxxviii) aprovar a dissolução ou liquidação das Subsidiárias da Companhia e a nomeação e destituição de liquidantes, bem como o encerramento das atividades das Subsidiárias em caso de liquidação, e o encerramento do processo de liquidação, conforme o caso.

Para os fins deste Estatuto:

"Pessoa" significa qualquer pessoa física, pessoa jurídica, sociedade por ações, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade de responsabilidade limitada, sociedade sem personalidade jurídica, sociedade em conta de participação, sindicato, consórcio, truste, associação, organização, fundo de investimento privado ou qualquer outro tipo de fundo, qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo qualquer sucessor, por fusão ou de outra forma de quaisquer dos mencionados anteriormente; e

"Subsidiária" significa, em relação a qualquer Pessoa, qualquer sociedade ou outra organização, com ou sem personalidade jurídica, (a) na qual tal Pessoa ou qualquer



outra subsidiária de tal Pessoa seja uma acionista ou sócia (excluindo participações em que tal Pessoa ou qualquer de suas subsidiárias possua um investimento passivo), ou (b) outras entidades que sejam direta ou indiretamente detidas ou controladas por tal Pessoa e/ou por uma ou mais Subsidiárias.

#### Seção III – Da Diretoria

Artigo 30º. A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo composta pelos seguintes cargos: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Financeiro e os demais Diretores sem designação específica.

Parágrafo 1º. É permitida a cumulação de cargos da Diretoria por uma mesma pessoa, observado o número mínimo de membros. As competências dos cargos de Diretores que não tiverem sido preenchidos serão exercidas pelo Diretor Presidente até a designação do membro que assumirá o respectivo cargo.

Parágrafo 2º. Compete ao Diretor Presidente a busca do crescimento, a gestão estratégica da Companhia e de suas Subsidiárias, a condução geral dos negócios, a efetivação de novos negócios, a representação institucional, o planejamento estratégico, a promoção de políticas corporativas, a valorização do negócio e a maximização do retorno dos investimentos dos acionistas.

Parágrafo 3º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

**Parágrafo 4º.** Compete ao Diretor Financeiro a capitalização e a gestão financeira da Companhia, bem como o relacionamento com o mercado financeiro. Adicionalmente, responde pelas funções corporativas de planejamento econômico-financeiro, finanças e controladoria da Companhia.

Parágrafo 5º. Compete aos Diretores sem designação específica, além das atribuições específicas que venham a ser determinadas por deliberação do Conselho de



Administração: (i) auxiliar o Diretor Presidente ou qualquer outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente no exercício de suas respectivas atribuições; e (ii) praticar atos normais de gestão da Companhia, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores da Companhia, nos termos deste Estatuto.

**Parágrafo 6º.** O Conselho de Administração poderá determinar atribuições adicionais aos membros da Diretoria da Companhia além das já previstas no presente Estatuto.

**Artigo 31º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, esse será substituído pelo Diretor que indicar.

Parágrafo 1º. Em caso de ausência e/ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor que não o Diretor Presidente, as competências serão exercidas pelo Diretor Presidente ou outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor ausente ou temporariamente impedido, enquanto no exercício do cargo do Diretor substituído.

Parágrafo 2º. Em caso de vacância no cargo de qualquer de Diretor, o Conselho de Administração elegerá o respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído.

Artigo 32º. Compete aos Diretores, observadas as disposições deste Estatuto, especialmente as competências específicas constantes do Artigo 30, a administração dos negócios sociais e a prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, observadas as competências da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores têm poderes para realizar e praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Companhia e consecução do seu objeto social, observadas as disposições legais e deste Estatuto pertinentes, e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, incluindo poderes para:

- (i) aplicar recursos;
- (ii) transigir, renunciar, ceder direitos; confessar dívidas;
- (iii) fazer acordos;
- (iv) firmar compromissos;
- (v) contrair obrigações;
- (vi) celebrar contratos;



- (vii) adquirir, transferir e onerar bens móveis e imóveis;
- (viii) prestar caução, avais e fianças;
- (ix) emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral; e
- (x) abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito.
- **Artigo 33º.** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Estatuto, a Companhia realiza atos, em juízo ou fora dele, e assume quaisquer obrigações pela atuação:
  - (i) com relação a qualquer obrigação que tenha sido expressa e previamente aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia:
    - por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; ou
    - por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma deste Estatuto
  - (ii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção de obrigações para a Companhia em montante inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas em um período subsequente de 12 (doze) meses:
    - por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; ou
    - por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma-deste Estatuto.
  - (iii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção de obrigações para a Companhia em montante superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas em um período subsequente de 12 (doze) meses:
    - por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Financeiro; ou
    - por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma deste Estatuto.



**Parágrafo único.** O Diretor de Relações com Investidores pode, individualmente, representar a Companhia perante a CVM, bolsas de valores, instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia e entidades administradoras de mercados organizados nos quais os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação.

**Artigo 34º.** As procurações serão outorgadas pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores e conterão poderes expressos para o desempenho de atividades específicas. Para as representações previstas: a) no artigo 33, iii, o Diretor Financeiro necessariamente deverá ser um dos signatários da procuração; e b) no artigo 33, parágrafo único, o Diretor com Investidores poderá assinar a procuração de forma isolada.

**Parágrafo 1º.** As procurações outorgadas pela Companhia devem vedar o substabelecimento, e terão validade para um período limitado de, no máximo, um ano, exceto as procurações com cláusula *ad judicia et extra*, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e permitir o substabelecimento.

Parágrafo 2º. É vedado aos Diretores e procuradores comprometer a Companhia em operações estranhas ao negócio, objetivos e interesses da Companhia.

Artigo 35º. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administração, Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, empréstimos a terceiros, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, é expressamente proibido e deverá ser ineficaz perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

#### Capítulo V - Do Conselho Fiscal

**Artigo 36º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral-ou nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 1º. O presidente do Conselho Fiscal será eleito na primeira reunião do órgão.

Parágrafo 2º. O Conselho Fiscal, quando instalado, funcionará até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua instalação.



**Parágrafo 3º.** A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 50 deste Estatuto

**Parágrafo 4º.** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral, observados as determinações legais aplicáveis. Os membros suplentes farão jus a remuneração no período em que, instalado o Conselho Fiscal, estejam no efetivo exercício da função.

**Artigo 37º.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.-Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Artigo 38º.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros.

#### Capítulo VI - Exercício Social e Lucros

**Artigo 39º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e conforme legislação aplicável.

**Parágrafo único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM.

- **Artigo 40º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.
- **Artigo 41º.** Do saldo remanescente do resultado do exercício, se houver, devem ser deduzidas, sucessivamente e nesta ordem, eventuais participações de debêntures, de empregados e de administradores no resultado.
- **Artigo 42º.** Para fins deste Estatuto, considera-se lucro líquido do exercício a parcela do resultado do exercício que remanescer depois dos ajustes e deduções legais previstos nos Artigos 40 e 41 acima.



- **Artigo 43º.** A administração deve submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido apurado em cada exercício social, se houver, observadas as seguintes regras:
  - (i) a parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para a reserva legal, observados os limites e as hipóteses de não constituição previstos em lei;
  - a parcela do lucro líquido do exercício remanescente pode ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos das normas aplicáveis;
  - (iii) a parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos pode ser destinada para a reserva de incentivos fiscais;
  - (iv) a parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida;
  - (v) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas nos itens acima, se houver, a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, será destinada para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto e a legislação aplicável;
  - (vi) após as deduções e reversões mencionadas nos itens acima, a parcela remanescente pode ser aplicada na formação de reserva "Reserva de Investimentos", que terá por fim assegurar recursos para reforço de capital e de programas de recompra de ações que sejam aprovados pela Companhia, aquisição de ativos e para a expansão das atividades da Companhia e de suas Subsidiárias, até que tal reserva atinja valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor do capital, observado o disposto no art. 199 da Lei das S.A.;
  - (vii) a parcela ou a totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral; e
  - (viii) o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional.



Parágrafo único. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral pode, por proposta da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Os valores registrados na reserva de lucros a realizar, se não forem absorvidos por prejuízos supervenientes, somente podem ser utilizados para o pagamento do dividendo obrigatório.

**Artigo 44º.** A Companhia poderá levantar balanços e demonstrações financeiras intermediários, semestrais, trimestrais ou em períodos menores.

Parágrafo 1º. Observada a legislação aplicável, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos ou juros sobre capital próprio com base na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário, nos termos das normas aplicáveis.

Parágrafo 2º. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio declarados poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, conforme normas aplicáveis.

**Artigo 45º.** São revertidos em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

## Capítulo VII - Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 46º. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente se obrigue a efetivar OPA, tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

**Artigo 47º.** A saída da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer em decorrência: (i) de deliberação do Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Artigo 29, item xxxi deste Estatuto; (ii) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM.

Artigo 48º. A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA (salvo no caso de dispensa desse procedimento por força de deliberação da Assembleia Geral), respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial os procedimentos previstos na regulamentação da CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta, e observados os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser obtido conforme disposições legais e regulamentares aplicáveis; e (ii) os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo único. Independentemente da previsão contida no *caput* deste Artigo 48, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer na hipótese de dispensa de realização da OPA aprovada pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes em Assembleia Geral, desde que instalada em: (i) primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, ou (ii) segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

#### Capítulo VIII - Dissolução e Liquidação

**Artigo 49º.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

### Capítulo IX - Resolução de Disputas

**Artigo 50º.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.



**Artigo 51º.** Este Estatuto rege-se pela Lei das S.A. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 52º.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede.